

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

LAYSE MARIA LEITE PEREIRA

**ESPIRITUALIDADE EM PROL DAS PRÁTICAS CIDADÃS: UM ESTUDO SOBRE
VOLUNTÁRIOS INFORMAIS NO ESTADO DA PARAÍBA**

JOÃO PESSOA

2019

LAYSE MARIA LEITE PEREIRA

**ESPIRITUALIDADE EM PROL DAS PRÁTICAS CIDADÃS: UM ESTUDO SOBRE
VOLUNTÁRIOS INFORMAIS NO ESTADO DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba, na área de Administração e Sociedade, linha de pesquisa em Organização e Sociedade, com ênfase em Estado e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Cavalcante

João Pessoa

2019

LAYSE MARIA LEITE PEREIRA

**ESPIRITUALIDADE EM PROL DAS PRÁTICAS CIDADÃS: ESTUDO COM
VOLUNTÁRIOS INFORMAIS NO ESTADO DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba, na área de Administração e Sociedade, linha de pesquisa em Organização e Sociedade, com ênfase em Estado e Trabalho.

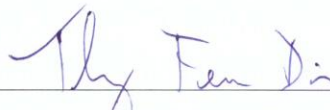
Apresentado em: ____/____/____



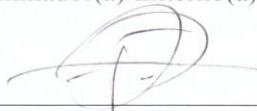
Prof.^(a) Dr.^(a) Carlos Eduardo Cavalcante
Orientador(a) – PPGA/UFPB



Prof.^(a) Dr.^(a) Diogo Henrique Helal
Examinador(a) Interno(a) – PPGA/UFPB



Prof.^(a) Dr.^(a) Thiago Ferreira Dias
Examinador(a) Externo(a) - UFRN



Prof.^(a) Dr.^(a) Francisco José da Costa
Coordenador do PPGA/UFPB

Layse Maria Leite Pereira
Mestrando(a)

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo suporte e força concedida.

À minha mãe, por ser minha razão de viver e insistir em seguir adiante.

Aos amigos que construí durante o mestrado: Aline Lacerda, Jardel Alves, Lucas Nogueira e Lucas Siqueira. “Olhem só aonde a gente chegou!”

Ao orientador Carlos Eduardo Cavalcante pela orientação sempre precisa e pela compreensão dos obstáculos durante a trajetória.

À CAPES pelo subsídio da pesquisa em todo o seu período de duração.

RESUMO

Este trabalho objetivou evidenciar a influência da espiritualidade através da gestão dos voluntários informais para o exercício das práticas cidadãs. Provar a existência destas relações, para a área da administração, contribui para o entendimento das especificidades existentes na gestão das organizações sem fins lucrativos, que em muito diferem das organizações com fins lucrativos. Para a realização deste estudo, optou-se por uma pesquisa quantitativa. Foram realizados os seguintes tipos de análises: análise descritiva, regressão logística, análise fatorial exploratória, análise fatorial confirmatória e teste de hipóteses na análise de equações estruturais. Através da análise dos resultados, pode-se constatar que a espiritualidade aumenta a probabilidade de um indivíduo se tornar um voluntário informal. Entretanto, a espiritualidade por si só não é capaz de determinar a ocorrência do voluntariado informal, podendo existir outros fatores que impactem na decisão. Identificou-se a superioridade das práticas cidadãs ativas na amostra dos voluntários informais através das estatísticas descritivas dos quatro construtos que formam o fator práticas cidadãs. Por fim, através da análise de equações estruturais, identificou-se a influência positiva da espiritualidade nos voluntários informais para as práticas cidadãs civis, sociais e difusas contemporâneas. Na amostra referente aos não voluntários, identificou-se que a espiritualidade dos indivíduos impacta positivamente na dimensão civil e política das práticas cidadãs.

Palavras-chave: Espiritualidade. Práticas cidadãs. Voluntariado informal.

ABSTRACT

This study aims to bespeak that the impact of spirituality through the management of informal volunteers for the accomplishment of citizens' practices. To prove the existence of these relations for the administration area, contributes to the understanding the specificities existing in the management of non-profit organizations which tends to be very different from for-profit organizations. For the accomplishment of this study, we opted for a quantitative research. The types of analyzes were carried out was: descriptive analysis, logistic regression, exploratory factorial analysis, confirmatory factorial analysis and hypothesis test in the analysis of structural equations. The data analyzed showed that spirituality increases the likelihood of a person becoming an informal volunteer. However, only spirituality does not determine the occurrence of informal volunteering, there may be other factors that impact the decision. The superiority of active citizen practices in the sample of informal volunteers was identified through the descriptive statistics of the four constructs that form the citizen practices factor. Finally, through the analysis of structural equations the positive impact of spirituality on the informal volunteers was identified for civil, social and current practices. In the sample of non-volunteers, it was identified that people's spirituality impacts positively on the civil and political dimension of citizen practices.

Key-Words: Spirituality. Citizen practices. Informal Volunteering.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Análise de Equações Estruturais
AFC	Análise Fatorial Confirmatória
AFE	Análise Fatorial Exploratória
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CFI	<i>Comparative fit index</i>
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
GETS	Grupo de Estudos do Terceiro Setor
GFI	<i>Goodness of fit</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INE	Instituto Nacional de Estatística
KMO	<i>Kaiser-Meyer-Olkin</i>
MEE	Modelo de Equações Estruturais
NFI	<i>Normed fit index</i>
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Práticas Cidadãs Cívicas
PCDC	Práticas Cidadãs Difusas Contemporâneas
PCS	Práticas Cidadãs Sociais
PCP	Práticas Cidadãs Políticas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RMSEA	<i>Root Mean Square Error of Approximation</i>
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
WHOQOL-SRPB	<i>World Health Organization's Quality of Life Measure for assessment of Spirituality, Religion and Personal Beliefs</i>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Tipos de trabalho voluntário.....	24
Figura 2	Modelo teórico da pesquisa.....	38
Figura 3	Modelo de equações estruturais final.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Resumo das características dos conceitos de trabalho voluntário.....	22
Quadro 2	Construção da pesquisa.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Indicadores da escala de espiritualidade WHOQOL SRPB.....	41
Tabela 2	Indicadores da escala de cidadania.....	42
Tabela 3	Descrição das amostras na variável gênero.....	47
Tabela 4	Descrição das amostras na variável idade.....	47
Tabela 5	Descrição das amostras na variável estado civil.....	48
Tabela 6	Descrição das amostras na variável grau de formação.....	50
Tabela 7	Descrição das amostras na variável renda familiar mensal.....	50
Tabela 8	Medidas descritivas dos itens e do construto espiritualidade em voluntários e não voluntários.....	52
Tabela 9	Medidas descritivas dos itens e dos construtos pertencentes às práticas cidadãs em voluntários e não voluntários.....	56
Tabela 10	Variáveis na equação da regressão logística.....	64
Tabela 11	Resultado do teste da Hipótese 1 através da regressão logística.....	65
Tabela 12	KMO e Teste de Bartlett do modelo de Espiritualidade.....	69
Tabela 13	Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada no modelo de espiritualidade.....	70
Tabela 14	KMO e Teste de Bartlett do modelo de práticas cidadãs.....	71
Tabela 15	Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada do modelo de práticas cidadãs.....	72
Tabela 16	Alfa de Cronbach geral da pesquisa.....	76
Tabela 17	Validade e confiabilidade dos construtos presentes no modelo teórico da pesquisa.....	77
Tabela 18	Resultado do teste de hipótese do modelo teórico através da regressão linear (H2 à H5).....	78
Tabela 19	Regressão linear na AFE.....	79
Tabela 20	Índices de ajuste do modelo final.....	85

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1. Contextualização do tema, delimitação do problema de pesquisa e justificativa	11
1.2. Objetivos da pesquisa	20
1.2.1. Geral	20
1.2.2. Específicos.....	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1. Trabalho voluntário	21
2.1.1 Voluntariado informal.....	23
2.2. Espiritualidade.....	26
2.3 Cidadania	29
2.4 Hipóteses da pesquisa	33
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	39
4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	46
4.1 Análise Descritiva das Amostras.....	46
4.2 Análises Descritivas dos Construtos.....	51
4.3 Relações entre Espiritualidade e Voluntariado Informal Através da Regressão Logística.....	63
4.4 Análise fatorial e teste das hipóteses na modelagem de equações estruturais	68
4.4.1 Análise fatorial exploratória (AFE).....	69
4.5 Análise das hipóteses	76
4.5.1 Procedimentos de teste de hipóteses via AFE	77
4.5.2 Procedimentos de teste de hipóteses via AFC.....	82
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE 1: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DE ESPIRITUALIDADE	101
APÊNDICE 2: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DAS PRÁTICAS CIDADÃS.....	103

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está estruturada em cinco partes: introdução, referencial teórico, procedimentos metodológicos, discussão dos resultados e considerações finais. A introdução é dividida em dois pontos para melhor organização das ideias apresentadas: contextualização do tema, delimitação do problema de pesquisa e justificativa, seguida dos objetivos do trabalho. Em seguida se apresenta o referencial teórico – base de sustentação da proposta, os procedimentos metodológicos delineados para a construção do trabalho, a discussão referente aos resultados encontrados e por fim, as considerações finais acerca do estudo.

1.1. Contextualização do tema, delimitação do problema de pesquisa e justificativa

Esta pesquisa busca analisar a relação entre a espiritualidade e o voluntariado informal, e, se esta relação, através da gestão do voluntariado, impacta positivamente ou negativamente nas práticas cidadãs que estes voluntários exercem. Provar a existência destas relações, para a área da administração, significa dar mais um passo em direção ao entendimento das especificidades existentes na gestão das organizações sem fins lucrativos, que em muito diferem das organizações com fins lucrativos. As principais diferenças envolvem o retorno monetário da atividade, dedicação em tempo do trabalhador, recrutamento e seleção, respeito às regras e valores da organização e avaliações de desempenho (CNAAN; CASCIO, 1998).

Entender, por exemplo, que são os indivíduos mais espiritualizados os mais prováveis de executarem o voluntariado informal, pode trazer grandes contribuições para a gestão dos recursos humanos nas organizações sem fins lucrativos e influenciar no aumento do desempenho destas que atuam na informalidade. Tais contribuições de grande relevância para o setor envolvem o aprimoramento e as práticas acerca do gerenciamento dos voluntários, considerando a existência significativa de rotatividade dos indivíduos neste segmento (AMORIM, 2018; LEMOS, 2016; SILVA FILHO; FERREIRA, 2015; CAVALCANTE, 2012; CAVALCANTE, 2005).

A princípio, este estudo pode causar estranhamento pela ousadia da proposta e pela conexão inesperada dos construtos (voluntariado informal, cidadania e espiritualidade), mas ao longo desta introdução é apresentada ao leitor uma série de informações e dados com o

objetivo de clarear o seu entendimento e organizar as ideias. As relações propostas no primeiro parágrafo desta contextualização, e que norteiam esta pesquisa, podem ser identificadas uma a uma nas linhas e entrelinhas de estudos e teorias já consolidados, como será visto mais adiante.

Antes de apoiar este estudo em dados e autores, faz-se necessário informar que a autora desta proposta coordenou durante seis anos um projeto social informal na cidade de Campina Grande – PB, realizando durante este tempo mais de cem ações sociais nos mais diversos tipos de organizações (orfanatos, creches, escolas, asilos, centros de reabilitação para dependentes químicos, hospitais, manicômios, entre outros) e comunidades carentes. Nestes seis anos de coordenação, estima-se que a pesquisadora gerenciou, em média, 500 voluntários.

Outra informação necessária para compreensão inicial deste estudo é a origem da proposta, que se deu a partir das reflexões estimuladas e derivadas do Grupo de Estudos do Terceiro Setor (GETS), situado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Esta pesquisa representa uma continuação dos trabalhos anteriores do grupo, nos quais o voluntariado e a cidadania são construtos recorrentes e que ainda apresentam várias lacunas no contexto brasileiro (AMORIM, 2018; FERRAZ, 2017; LEMOS, 2016; AGEU, 2015; AQUINO, 2015).

Amorim (2018) e Ferraz (2017) identificaram em suas pesquisas as lacunas teóricas existentes em estudos brasileiros envolvendo os construtos cidadania e voluntariado, principalmente com a tentativa de estabelecer uma relação entre estes. Em âmbito internacional, esta relação é mais comum e pode ser evidenciada em algumas pesquisas (BREHM; RAHN, 1997; FERGUSON, 1993; BROWN, 1999; MUSICK; WILSON, 2008).

Lemos (2016), Ageu (2015) e Aquino (2015) afirmaram em suas pesquisas relacionadas ao trabalho voluntário que ainda existem lacunas não preenchidas acerca do fenômeno do voluntariado, por exemplo, sobre a rotatividade evidenciada nesta modalidade (TEODÓSIO, 2002) ou sobre os benefícios adquiridos pelos voluntários ao realizar o trabalho, que vão além do quesito financeiro (CAVALCANTE, 2005). Apresentadas as informações relevantes e necessárias para o entendimento da origem e concepção desta proposta de pesquisa, nos próximos parágrafos serão expostas generalizações sobre os temas abordados neste trabalho e resultados de pesquisas prévias que embasam e dão suporte às relações aqui pretendidas.

O ponto de partida e pressuposto inicial para a análise proposta nesta pesquisa é o principal e mais relevante resultado encontrado por Van Tienen et al. (2011) em seu trabalho: a espiritualidade aumenta a probabilidade do voluntariado informal. Ou seja, a abertura do

indivíduo para as necessidades advindas de outrem aumenta a probabilidade de uma oferta real de ajuda. Van Tienen et al. (2011) buscaram, através do conjunto de dados SOCON 2005-2006, entender em que dimensão as características religiosas (individuais e coletivas) colaboram na explicação da formalidade e informalidade do voluntariado na Holanda no início do século XXI. Em sua pesquisa, portanto, estes autores partem do pressuposto que existem aspectos individuais e coletivos de religiosidade. Os individuais correspondem às crenças, experiências (a espiritualidade está inserida neste ponto), consequências e conhecimentos. Os aspectos coletivos se referem à prática da religiosidade, como por exemplo, a participação e afiliação religiosa, orações ou leitura da bíblia (STARK; GLOCK, 1968).

Van Tienen et al. (2011) evidenciam ainda a existência de estudos anteriores que concluíram a relevância dos aspectos coletivos de religiosidade para o voluntariado formal (PARK; SMITH, 2000; WILSON; JANOSKI, 1995). Em contrapartida, nenhum destes estudos incluiu de forma simultânea vários indicadores de religiosidade individual, estando dentre estes a espiritualidade, considerada por Stark e Glock (1968) como uma experiência particular do indivíduo.

Parte de Koenig et al. (2001) a definição utilizada nesta pesquisa como base para o construto da espiritualidade. Os autores definem a espiritualidade como a busca pessoal do indivíduo pela compreensão de soluções para questionamentos essenciais sobre a vida, sobre o seu significado ou ainda sobre as relações existentes com o transcendente ou sagrado. Os autores defendem que essas buscas podem, ou não, guiar ou despertar o desenvolvimento de rituais e comunidades religiosas.

Saroglou et al. (2004) e Fontaine et al. (2005), em pesquisas anteriores, identificaram a relação da espiritualidade com abertura a mudanças e universalismo, enquanto a religião estaria entrelaçada ao conservadorismo e à conformidade da norma. Ou seja, conforme explicitado por Van Tienen et al. (2011), a espiritualidade estaria relacionada à informalidade do voluntariado, que não se relaciona diretamente a um objetivo ou tema específico, enquanto a religiosidade se conectaria com o voluntariado formal, que ocorre de maneira mais rígida e conservadora dentro de organizações.

Para Rodrigues e Gomes (2014), compreende-se a religião em duas perspectivas: 1) uma necessidade humana; 2) um processo histórico. A primeira trata a religião distinta da realidade profana, isto é, algo que aponta para o sagrado (divindades, transcendência). A segunda compreende-a como uma forma social e pessoal de lidar com as questões existências

da vida. Os pesquisadores afirmam que a religião é uma instituição social que discute a realidade que transcende a humana e relaciona-se com questões de fé dos indivíduos.

Fowler (1992) salienta que a fé é uma preocupação humana universal, antes de alguém ser religioso ou não-religioso, antes de se identificar como católico, protestante, judeu ou muçulmano, já está engajado em questões de fé, já está preocupado com as formas pelas quais ordena sua vida e com o que a torna digna de ser vivida, procurando algo para amar, e que o ame; algo para valorizar, e que o dê valor; algo para honrar e respeitar, e que tenha o poder de amparar seu ser (VALLE, 2005). Dessa forma, os indivíduos procuram dar um sentido espiritual a sua existência.

Em 1958 em seus estudos, Clark definiu três tipos de comportamento religioso: primário (experiência interior autêntica), secundário (obrigações rotineiras) e habitual (rotina religiosa convencional) (VALLE, 1998). Dessa forma, observa-se que a religião se refere a uma realidade em que afetos, razão, valores, comportamentos humanos, crenças, bem como dimensão social, política, cultural e ética estão envolvidas (RODRIGUES; GOMES, 2014).

Park e Smith (2000), através de uma amostra envolvendo religiosos protestantes, encontraram uma relação positiva entre o trabalho voluntário e a religião. Concluiu-se que a religião influencia positiva e significativamente no contexto do voluntariado relacionado com a igreja, sugerindo, portanto, que os religiosos possuem um forte sentimento de identidade com a sua comunidade através das suas igrejas locais. Wilson e Janoski (1995), por sua vez, concluíram em sua pesquisa que o trabalho voluntário que visa atender e resolver problemas da comunidade em geral tem mais probabilidade de acontecer entre os membros que se envolvem socialmente nas igrejas e, conseqüentemente, em igrejas que priorizam as preocupações sociais do mundo.

A contribuição para os estudos que relacionam religiosidade e voluntariado, a partir da pesquisa de Van Tienen et al. (2011), envolve a investigação de mais aspectos religiosos, sejam estes individuais ou coletivos, possibilitando assim resultados mais precisos sobre quais destes aspectos são mais importantes para o comportamento voluntário. Outra contribuição considerada pelo autor é a atenção dada para o voluntariado que acontece para além das instituições formais, ou seja, o voluntariado informal.

A primeira lacuna que esta pesquisa busca preencher é evidenciada na conclusão de Van Tienen et al. (2011): uma visão de mundo espiritualizada influencia os indivíduos a intervirem ativamente quando algum tipo de ajuda lhes é solicitada? Apesar dos autores concluírem que a espiritualidade é uma fonte de voluntariado informal, estes deixam claro que tal achado precisa de outras pesquisas e novos esclarecimentos.

No ambiente organizacional, o conceito de espiritualidade está ligado aos significados que os indivíduos atribuem ao trabalho realizado, considerando para isso um contexto de comunidade. Os significados atribuídos estão relacionados com sentimentos de alegria e respeito pela vida interior (REGO; SOUTO; CUNHA, 2007).

Rego, Souto e Cunha (2007) afirmam ainda que a literatura nacional que estabelece relações entre a espiritualidade e as organizações é escassa e que esta escassez pode ser explicada por se tratarem de temas recentes quando estudados juntos. Estes autores acrescentam que, embora sejam poucos os estudos, existem motivos para que seja pressuposta esta relação com coerência. Por exemplo, Cavanagh e Bandsuch (2002) apontam que a espiritualidade que capacita um indivíduo para desenvolver virtudes e hábitos morais é vantajosa para o ambiente de trabalho, sendo esta a hipótese central da sua pesquisa.

Apesar de não ser um campo amplamente explorado pela academia, é possível encontrar trabalhos brasileiros empíricos e teóricos sobre a espiritualidade nas organizações com fins lucrativos. Esses trabalhos, de modo geral, entendem que as organizações que consideram a influência positiva da espiritualidade no local de trabalho conseguem atribuir mais significados à atividade dos colaboradores (TECCHIO; CUNHA; SANTOS, 2016; REGO; CUNHA; SOUTO, 2007; REGO; SOUTO; CUNHA, 2007).

Na revisão teórica proposta por Tecchio, Cunha e Santos (2016) se constatou que a espiritualidade nas organizações consiste em um tema crescente e encorajador, não podendo mais ser ignorado por profissionais da academia e gestores. De acordo com os autores, são necessárias novas pesquisas neste sentido, incluindo as empíricas, para que o tema seja entendido com clareza e para que se confirme a sua importância para os indivíduos e organizações. Rego, Cunha e Souto (2007) concluíram na sua pesquisa que os indivíduos que experimentam maiores níveis de espiritualidade no local de trabalho possuem mais conexão afetiva e normativa com este ambiente e, em contrapartida, apresentam um laço instrumental mais fraco.

Para Singh e Mishra (2016), a espiritualidade é um conceito amplo que inclui um sentimento de se pertencer a algo maior que o ser humano, uma ligação com o sobrenatural, uma experiência com o divino e o espiritual, sagrado, transcendente. Saks (2011) afirma que a espiritualidade nas organizações reúne as seguintes dimensões: 1) senso de comunidade; 2) conexão com outros indivíduos; 3) significado e propósito, reconhecendo que os empregados possuem uma vida interior que nutre e é abastecida por um trabalho significativo nas comunidades ou em organizações.

A espiritualidade nas organizações é considerada uma característica psicológica que envolve o desenvolvimento de uma vida pautada na integridade e no vínculo com outras pessoas (WEINBERG; LOCANDER, 2013). Percebendo que cada sujeito é conduzido individualmente por um poder interior que aumenta e mantém o sentido de valores como a honestidade, a criatividade, a bondade, a confiança, a coragem que levam a criação coletiva de um ambiente inspirador e proporcionador de um aumento de desempenho da equipe, conduzindo a organização na direção de melhores resultados (SAKS, 2011).

No âmbito internacional, é possível encontrar em maior quantidade e em diversas abordagens os estudos que relacionam a espiritualidade com o ambiente organizacional (SHARMA; SHARMA, 2018; SUBRAMANIAM; PANCHANATHAM, 2018; VASCONCELOS, 2018; GONÇALVES, 2012; CALDEIRA; GOMES; FREDERICO, 2011; NANDRAM, 2010; PAYNE, 2010; FERNANDO; JACKSON, 2006; ASHAR; LANE-MAHER, 2004; GIACALONE; JURKIEWICZ, 2003; DELBECQ, 1999; TISCHLER, 1999). Vasconcelos (2018) propôs em seu trabalho um exame dos resultados empíricos em pesquisas sobre a espiritualidade no local de trabalho em um período de dezesseis anos (2000-2015). Concluiu-se a escassez de estudos de experimentos com este tema, e os Estados Unidos como o país com maior número de pesquisas nesta área. Gonçalves (2012) constatou a existência de níveis baixos de profundidade da espiritualidade no contexto organizacional português. Em contrapartida, a autora também concluiu que a influência positiva da espiritualidade no bem-estar, na produtividade e no desempenho organizacional não pode ser negado.

Entretanto, as organizações com fins lucrativos diferem das organizações sem fins lucrativos, dificultando a comparação direta nos contextos particulares em que ambas estão inseridas. Cnaan e Cascio (1998) apresentam algumas diferenças entre estas duas: o valor monetário percebido como retorno na atividade; o tempo oferecido pelo trabalhador, sendo este inferior no caso do voluntariado; a viabilidade de participação em mais de uma organização sem fins lucrativos ao mesmo tempo; o recrutamento, que acontece geralmente em âmbito informal no trabalho voluntário; a obediência de regras e valores das organizações, que nem sempre é uma realidade no voluntariado; e, por fim, a ausência de avaliações de desempenhos em organizações sem fins lucrativos.

Há que se considerar nesta análise a autonomia do trabalhador voluntário. Acredita-se nesta pesquisa que apesar de ambas se tratarem de organizações (com e sem fins lucrativos), o contexto de trabalho em uma organização com fins lucrativos difere substancialmente do trabalho sem fins lucrativos e ainda mais do voluntariado exercido de maneira informal, pois a tendência é que existam menos regras e indícios de profissionalização.

A diferença entre voluntariado formal e informal é apresentada pela Organização das Nações Unidas (ONU) (2001), que considera o voluntariado informal como aquele que não é gerenciado, podendo ocorrer de maneira eventual e despreziosa, ou ainda entre amigos e vizinhos. O voluntariado formal, em contrapartida, estaria necessariamente ligado a uma organização, além de acontecer com maior regularidade. Ainda em relação ao voluntariado informal, Cnaan, Handy e Wadsworth (1996) vão além ao defini-lo como uma atividade autogerenciada.

Apesar de reconhecer as diferenças existentes entre as organizações com e sem fins lucrativos, nesta pesquisa a análise partirá dos resultados referentes à espiritualidade em organizações com fins lucrativos devido à ausência de trabalhos nessa temática relacionados ao trabalho voluntário, para além de Van Tienen et al. (2011). Assume-se que tais referências podem ser frágeis pela incompatibilidade das características organizacionais e que, portanto, esta é a segunda lacuna que esta pesquisa pretende solucionar, sendo uma das razões de ser deste estudo.

O segundo pressuposto de partida desta pesquisa advém dos resultados alcançados por Amorim (2018) e Ferraz (2017), mostrando, através de dados empíricos, que existe uma tendência para que os indivíduos que realizam o trabalho voluntário desenvolvam uma cidadania mais ativa através de práticas e comportamentos cidadãos. Em ambas as referências citadas se concluiu que o exercício do voluntariado possui efeito positivo na prática da cidadania. O conceito de cidadania utilizado como base na presente pesquisa é o desenvolvido por Marshall (1967) e representado com definição evolutiva, abrangendo tanto os direitos quanto os deveres determinados através de ideias, crenças e valores da sociedade em que a cidadania é desenvolvida.

Amorim (2018) defendeu a premissa que o trabalho voluntário exerce a função de terreno fértil para a prática das atitudes cidadãos ou da cidadania ativa. Além disso, são apresentadas evidências de lacunas teóricas para pesquisas em bases de dados confiáveis que relacionem os construtos voluntariado e cidadania. Ferraz (2017) pretendeu, em sua pesquisa, contribuir de forma teórica na academia brasileira relacionando os construtos cidadania e trabalho voluntário. Para a autora, compreender a relação entre estes construtos pode contribuir para uma gestão de pessoas no voluntariado com mais eficácia, além da sociedade ser positivamente impactada através de cidadãos mais ativos.

Nesta pesquisa, portanto, a terceira lacuna que se pretende aprofundar e preencher consiste em um dos pontos sugeridos por Amorim (2018) para estudos futuros. A autora sugere uma análise mais específica entre não voluntários e voluntários em face dos direitos

civis, devido ao dado de igualdade encontrado na média destes grupos. Para tanto, é preciso entender se esta igualdade se dá pelo fato de ambos os grupos entenderem os direitos civis de forma semelhante ou se os dois grupos não detêm conhecimento suficiente acerca destes direitos.

Para além da sugestão de Amorim (2018), esta pesquisa pretende ampliar a análise para os demais direitos e deveres que um indivíduo deve possuir para ser considerado um cidadão, sendo estes os civis, políticos e sociais (MIGUEL, 2015; MARSHALL, 1967). A teoria de Marshall (1967) interpreta a cidadania como um *status* conferido para os indivíduos que são integrantes plenos da sociedade, participando com totalidade em relação aos seus direitos da comunidade na qual estão inseridos.

Na teoria de Marshall (1967) o componente civil se refere aos direitos fundamentais para a liberdade do indivíduo, por exemplo, o direito de ir e vir, de se expressar, de propriedade, entre outros. Na perspectiva política, o autor vincula os direitos à participação do sujeito no funcionamento do governo político da sociedade, seja como eleitor ou como membro possuidor de autoridade para executar algum tipo de governança. O componente social, terceiro e último da teoria Marshalliana, engloba questões acerca da justiça social, como por exemplo, o direito à saúde, ao trabalho, à segurança e à educação. Contribuindo para a atualização da teoria de Marshall e partindo das diversas críticas que o autor recebeu com a evolução da sociedade, a análise se estenderá neste estudo para os direitos atualizados dos cidadãos, estando entre estes o direito às diferenças e direito das minorias (REIS, 1999), ou ainda direitos acerca da sustentabilidade e do meio ambiente (BOBBIO, 1992).

No âmbito acadêmico, esta pesquisa é relevante por não existirem pesquisas brasileiras que estudaram empiricamente o voluntariado informal, principalmente relacionando-o com espiritualidade e cidadania. Para subsidiar esta afirmação, foram realizadas pesquisas nos bancos de dados Scielo, Periódicos Capes e *Google Scholar*. Estas pesquisas envolveram os termos “voluntariado informal”, “voluntariado informal e espiritualidade”, “voluntariado informal e cidadania”, “voluntariado informal, cidadania e espiritualidade” e foram realizadas entre maio e junho de 2018, não encontrando resultados positivos em âmbito nacional.

Quanto à oportunidade, esta pesquisa justifica-se pela existência do fenômeno do voluntariado informal. Apesar da ausência de estudos empíricos no Brasil, explicada pela dificuldade de acesso à amostra, este fenômeno pode ser evidenciado através da atuação da pesquisadora durante seis anos como coordenadora de uma organização de voluntários informais. Além disso, a pesquisa PNAD Contínua (IBGE, 2018) destaca que 9% dos 7,4

milhões de voluntários brasileiros em 2017 realizam ações de forma individual, enquanto os 91% restantes se voluntariam através de empresas, organizações ou instituições.

No contexto internacional, esta pesquisa justifica-se através de estudos como Van Tienen et al. (2011), que se propôs a estudar a espiritualidade em voluntários formais e informais, assim como através de outras pesquisas situadas em diferentes contextos (LEE; BRUDNEY, 2012; HANK; STUCK, 2008; CHOI et al., 2007; FINKELSTEIN; BRANNICK, 2007). Lee e Brudney (2012) examinaram as causas de influência para o voluntário formal e informal e qual a relação existente entre estas duas modalidades do voluntariado. Os autores concluíram que o voluntariado formal considera o informal como um campo fértil para recrutamento de americanos com mais idade.

No contexto europeu, Hank e Stuck (2008) investigaram as relações entre o trabalho voluntário formal, ajuda informal e cuidados entre a população idosa. Os resultados apontam que existe uma grande variação na participação destes voluntários entre os países pesquisados. Porém, independentemente dessa variação, as evidências indicam uma relação de complementação e interdependência entre as três atividades (voluntariado formal, informal e cuidados).

Apesar de ser um dado difícil e escasso, o fenômeno do voluntariado informal também pode ser evidenciado na pesquisa Inquérito ao Trabalho Voluntário (INE, 2012). A pesquisa realizada em Portugal estimou a taxa de voluntariado do país em 11,7% da população, correspondendo a um milhão e quarenta mil voluntários. Dentre este quantitativo, 5,9% correspondem ao voluntariado formal e 5,8% ao voluntariado informal.

A viabilidade desta pesquisa na Paraíba, em um contexto de dificuldade de acesso aos dados devido à informalidade do voluntariado, justifica-se pela atuação anterior da pesquisadora como coordenadora de um grupo informal de voluntários, ampliando a rede de contatos com grupos do mesmo formato no estado. Em complemento à atuação da pesquisadora, é possível encontrar evidências do voluntariado informal em notícias, redes sociais e blogs criados pelos próprios voluntários informais na internet. O Projeto Social Vagalumes (2018), por exemplo, consiste em um grupo de amigos, de Campina Grande – PB, que tem por objetivo recrutar voluntários e atender às diversas necessidades de comunidades carentes, asilos, orfanatos, entre outros.

Acerca da escolha do contexto paraibano como *locus* deste trabalho, além das limitações de tempo e de recursos para a pesquisa, o estado possui particularidades relevantes relacionadas ao voluntariado. De acordo com o IBGE (2010), o Nordeste, região na qual se situa o estado da Paraíba, é a segunda com maior quantidade de ONGs no Brasil. Além disso,

dentre os 9 estados desta região, a Paraíba ocupa o quinto lugar no retrato quantitativo de organizações não governamentais.

Esta pesquisa justifica-se quanto à sua importância também no âmbito prático por propiciar ganhos para as organizações sem fins lucrativos que atuam na informalidade, podendo contribuir nas práticas e no aprimoramento da gestão de pessoas e, assim, diminuir a rotatividade expressiva neste segmento (AMORIM, 2018; LEMOS, 2016; SILVA FILHO; FERREIRA, 2015; CAVALCANTE, 2012; CAVALCANTE, 2005). Diante da contextualização do tema, da delimitação do problema e da justificativa de pesquisa aqui apresentadas, esta dissertação buscará responder o seguinte problema: *Qual a relação entre a espiritualidade e o exercício das práticas cidadãs em voluntários informais e não voluntários?*

1.2. Objetivos da pesquisa

1.2.1. Geral

- Evidenciar a relação existente entre a espiritualidade e as práticas cidadãs dos voluntários informais.

1.2.2. Específicos

1. Verificar o nível da espiritualidade em voluntários informais e não voluntários;
2. Verificar o nível das práticas cidadãs nos voluntários informais e não voluntários;
3. Analisar se há diferença na relação entre a espiritualidade e as práticas cidadãs para as duas amostras pesquisadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo estão abordados os temas acerca do trabalho voluntário, da espiritualidade e da cidadania. A primeira seção compreende as conceituações e as discussões em torno do trabalho voluntário, abordando ainda uma subseção que discorre sobre o voluntariado informal, alvo deste estudo. A segunda seção contextualiza a espiritualidade nas discussões que envolvem o termo, conceito e relevância para as organizações. A terceira seção versa sobre a cidadania, direcionando os esforços para o entendimento das práticas cidadãs. Por fim, apresentam-se as hipóteses da pesquisa acerca de todo o referencial discutido.

2.1. Trabalho voluntário

Os conceitos acerca do trabalho voluntário, a nível nacional e internacional, existem em grandes quantidades com variadas abordagens e diversos autores. Segundo Cavalcante (2016), apesar do grande número de modelos conceituais sobre o voluntariado, existe a dificuldade em encontrar uma ou algumas poucas teorias que sejam consideradas completas sobre o tema.

Para Hustinx, Cnaan e Handy (2010), as várias formas existentes de trabalho voluntário contribuem para que haja a dificuldade de uma definição completa desta atividade. Entretanto, para enxergar um determinado fenômeno a partir da lente da ciência faz-se necessário que haja um conceito consistente, além de demarcações claras que diferenciem tal fenômeno de outros que possuam semelhança, mas que teoricamente sejam distintos (MUSICK; WILSON, 2008).

Em seu livro, Cavalcante (2016) destina um dos capítulos escritos para conceituar o voluntariado. No Quadro 1, é possível identificar este resumo teórico sobre os diversos conceitos de voluntariado:

Quadro 1 – Resumo das características dos conceitos de trabalho voluntário

Linha conceitual	Destaques do conceito
Organizações das Nações Unidas	<ul style="list-style-type: none"> - não é executado por ganhos financeiros, com a possibilidade de reembolso dos gastos, mas estes não podem ser nem iguais nem maiores aos pagos no mercado de trabalho - praticado por livre e espontânea vontade - traz benefícios tanto para quem recebe a ajuda quanto para aquele executa - pode ser praticado fora das organizações - pode ser esporádico
Musick e Wilson (2008)	<ul style="list-style-type: none"> - não é participação em organizações voluntárias - não pode haver ganhos materiais, e, se houver, precisam ser menores do que os custos em executar o trabalho - as pessoas podem até se beneficiar com o trabalho, mas esta não pode ser a motivação para continuar na atividade - não é ativismo social - não é atividade de cuidador nem de ajuda informal - é a oferta gratuita de serviços diretamente a necessitados, ativismo político e representação de comunidades em conselhos de diversos tipos
Cnaan et al. (1996)	<ul style="list-style-type: none"> - há sempre a doação de algo: tempo, trabalho e/ou competências - a decisão é pessoal (<i>free will</i>) e pode ser influenciada interna ou externamente - remuneração que pode ser nenhuma ou ir até a incentivos fiscais - proximidade dos beneficiários pode influenciar a decisão de se voluntariar - considera a existência do voluntariado informal, sem ligação a uma organização - custo <i>versus</i> benefício determina o valor do voluntariado
Penner (2002)	<ul style="list-style-type: none"> - comportamentos pró-sociais planejados e não eventuais que beneficiam estranhos – executados sob um contexto organizacional - atividade permanente e muitas vezes longa e planejada - ajuda não obrigatória
Lei nº 9.608, de fevereiro de 1998	<ul style="list-style-type: none"> - atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos - objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade
Voluntários (2011) e Portal dos Voluntários (2011)	<ul style="list-style-type: none"> - seguem o conceito da ONU

Dohme (2001) e o do Centro de Voluntariado de São Paulo – CVSP (2011)	<ul style="list-style-type: none"> - doação de tempo, trabalho e talento para causas de interesse social e comunitário - busca melhorar a qualidade de vida da comunidade
Fundação Abrinq pela defesa dos Direitos da Criança	<ul style="list-style-type: none"> - ator social e agente de transformação que ofereça serviços não remunerados - benefício (benefício) da comunidade - doa seu tempo e seu conhecimento - atende tanto ao próximo/uma causa quanto às suas motivações pessoais, sejam estas de caráter religioso, cultural, filosófico, político, emocional.

Fonte: Cavalcante (2016)

Considera-se nesta pesquisa o conceito gerado por Cavalcante (2016) como o mais adequado para o desenvolvimento deste trabalho, pois além de ter sido delimitado após uma extensa análise dos principais autores e organizações da temática em nível nacional e internacional (Quadro 1), apresenta um conceito que reflete em maior significado as peculiaridades culturais brasileiras diante daqueles que são apresentados pelos estrangeiros:

Trabalho voluntário é atividade em que um indivíduo doa seu tempo ou conhecimento, que pode ter ganhos financeiros, limitados ao custo de executar essa atividade; de decisão individual, mesmo que estimulado a fazer a tarefa; que permite receber benefícios, mentais ou físicos; de natureza eventual ou permanente; e que pode ou não ser executado sob as orientações de uma organização. (CAVALCANTE, 2016, p. 60)

Dentre as características que compõem o conceito de trabalho voluntário estabelecido por Cavalcante (2016), a mais relevante para este estudo é a execução do trabalho voluntário. De acordo com o autor, o trabalho voluntário pode ser executado através de uma organização, que dita as orientações ou não. Entende-se nesta pesquisa que o voluntário que não precisa de uma organização formal para realizar o voluntariado pode ser chamado de informal.

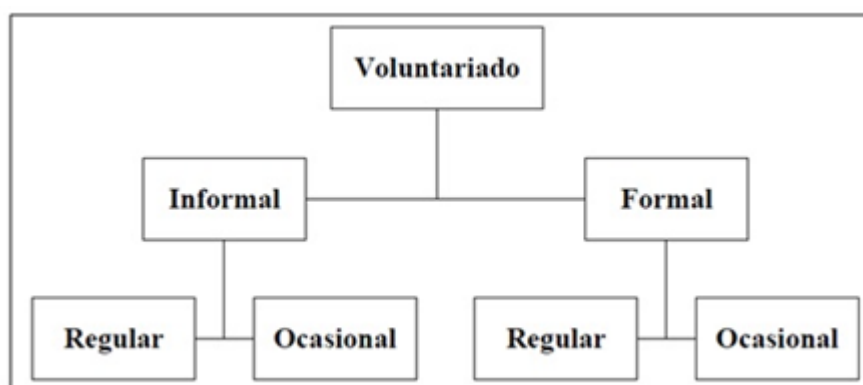
2.1.1 Voluntariado informal

A definição do trabalho voluntário entre formal e informal foi caracterizada por McCurley e Lynch (2006). Para os autores, o voluntariado informal é caracterizado por ser um trabalho realizado de forma direta pelo indivíduo para outros que não façam parte da sua

família. O voluntariado formal versa sobre as mesmas características comportamentais do informal, porém, inseridos em um contexto de uma instituição ou organização.

Barbedo (2015) esquematizou a divisão do voluntariado em formal e informal, subdividindo-o em características de regularidade e ocasião, conforme abaixo na Figura 1. O voluntariado regular se caracteriza por costume e frequência nas atividades, enquanto o ocasional é marcado por atividades de curta duração além de um período pré-determinado.

Figura 1 – Tipos de trabalho voluntário



Fonte: Barbedo (2015).

Pearce e Amato (1980) afirmam ainda que o voluntariado informal é realizado de forma mais direta que o formal, pois na maior parte dos casos existe uma ajuda que é fornecida diretamente pelo indivíduo que recebe a demanda de outro, sem necessariamente haver alguma associação com uma organização formal. Neste sentido, Van Tienen et al. (2011) assumem que mais direto o comportamento voluntário vai ser, quanto mais forte o indivíduo perceber que o voluntariado que exerce é de verdade útil.

Para Van Tienen et al. (2011), uma diferença entre o voluntariado formal e o informal é a característica da esfera em que ambos ocorrem. Para os autores, o voluntariado formal é mais visível por geralmente ocorrer de maneira pública, ou seja, ligado a alguma organização. O voluntariado informal, em contrapartida, ocorre em uma esfera mais privada, geralmente sem muita visibilidade para os demais membros da comunidade que não sejam aqueles afetados pela ação voluntária. Segundo Batson et al. (1993), esta visibilidade do voluntariado é importante nos casos em que o voluntário aprecia o reconhecimento social.

Porém, esta divisão do trabalho voluntário em formal e informal não é unânime entre os pesquisadores da área, existindo assim pouco consenso na análise dessa característica. De acordo com os conceitos apresentados anteriormente no Quadro 1 é possível identificar tal divergência entre os autores relacionados.

Dentre os autores considerados na construção do Quadro 1, para Cnaan et al. (1996) e a ONU o voluntariado pode ser executado no contexto informal, sem precisar necessariamente que haja uma organização formalizada para que a atividade aconteça. Esta consideração da informalidade no voluntariado também foi adotada por Cavalcante (2016) em seu conceito de trabalho voluntário.

No âmbito empírico são raras as pesquisas acerca do voluntariado informal. Choi et al. (2007), neste sentido, pesquisaram a relação entre o voluntariado formal e informal e o cuidado do cônjuge entre idosos casados. Concluiu-se que o estado de saúde funcional dos idosos e demais capitais humanos e culturais foram determinantes para escolha do voluntariado formal e informal entre homens e mulheres.

Finkelstein e Brannick (2007) aplicaram em sua pesquisa também empírica um modelo de voluntariado formal em um contexto informal com graduandos. Nos resultados, evidenciaram-se duas dimensões acerca do voluntariado informal: orientação para as pessoas a quem o voluntariado se dirigia e orientação para as tarefas executadas. Segundo os autores, a contribuição do estudo é a sustentação do voluntariado informal através da aplicação de variáveis que até então só descreviam voluntários formais, mas que podem ser vistas como importantes na mesma medida.

Transpondo o empirismo para o viés da economia, Sardinha e Cunha (2013) apresentam ao leitor um estudo sobre o valor econômico do trabalho voluntário. Neste trabalho, as autoras admitem a existência do voluntariado informal e vão além à definição proposta, ao complementarem que esta modalidade do trabalho voluntário é mais difícil de mensurar que a formal.

Seguindo a perspectiva econômica, Marcos e Amador (2014) afirmam a existência da dificuldade de medição do impacto do terceiro setor na economia e explicam que isto se deve ao fato da atividade voluntária ser constituída em parte por uma vertente informal e irregular. Portanto, o máximo que se consegue é estimar essa medida. Diante das explanações acerca do voluntariado informal evidencia-se a lacuna existente na literatura sobre as especificidades deste tipo de trabalho voluntário. A escassez de trabalhos seguindo esta temática reafirma a importância da presente pesquisa para o terceiro setor.

2.2. Espiritualidade

Desde o século XX, a espiritualidade tem sido discutida amplamente em vários países, podendo ou não ser relacionada às tradições religiosas, e mesmo assim, ainda não existe um conceito que abarque toda a amplitude deste termo satisfatoriamente (WAKEFIELD, 2003). A espiritualidade, portanto, é um construto que pode ser abordado a partir de diferentes perspectivas (CAVANAGH; BANDSUCH, 2002). Os autores escolhidos ou a área de conhecimento estudada são os fatores determinantes na escolha da abordagem.

De acordo com Koenig (2008) e Moreira-Almeida e Koenig (2006), algumas das definições existentes sobre espiritualidade evidenciam que a prática dela está ligada ao que é transcendental e que não precisa estar relacionada de forma direta com alguma religião. Ashmos e Duchon (2000) também definem a espiritualidade como alheia à religião, não se relacionando com qualquer conjunto de crenças. Os autores se referem à espiritualidade como dimensional e que possui relações com a expressão e a busca por significado, além do propósito e do sentido de coletividade. Complementando, Bierly et al. (2000) conceituam a espiritualidade como possuidora de natureza emocional e moral, estabelecendo para isso relações com a existência do universo.

Boff (2001) afirma que espiritualidade é o mergulho que os sujeitos fazem em si mesmos, retomando o seu eu interior. Portanto a espiritualidade é, nessa perspectiva, uma atividade do espírito, e não necessariamente a fé em algum ser superior, característica da vivência da religiosidade (PINTO, 2009). Dessa forma, descobrir o que está no mais profundo do ser humano por meio da reflexão é cultivar a espiritualidade e para expandir essa prática na vida não é fundamental a crença em Deus, na religião ou na vivência da religiosidade (GIOVANETTI, 2005).

Para Ashmos e Duchon (2000), a espiritualidade é um novo fenômeno, movimento ou conceito que pode ser encontrado ou aplicado em algumas organizações, não se relacionando com regras ou normas, mas com questões de significado, sentido de comunidade e propósito. Um local de trabalho pode ser considerado espiritualizado quando tem a visão que os funcionários possuem uma vida interna que nutre e é nutrida através de um trabalho significativo que ocorre dentro de um contexto de comunidade (DUCHON; PLOWMAN, 2005). A relação entre espiritualidade e organizações do terceiro setor foi proposta por Van Tienen et al. (2011) em sua pesquisa na Holanda, e nesta pesquisa será buscada seguindo a mesma perspectiva no contexto brasileiro.

Moreira-Almeida e Koenig (2006), no entanto, admitem que apesar da possibilidade de análise da espiritualidade alheia à religião, existe um consenso geral que os dois construtos estão envolvidos na procura do ser humano pelo sagrado ou transcendente, incluindo conceitos de Deus, algum poder superior, o divino ou a realidade suprema da existência. Nesse sentido, Hill e Pargament (2003) afirmam que o mais importante destino procurado pelos indivíduos espiritualizados/religiosos é o sagrado.

Contextualizadas as relações teóricas que são estabelecidas entre a espiritualidade e a religiosidade, neste trabalho serão utilizadas como base as definições propostas por Koenig et al. (2001) para estes dois construtos. Para os autores, a espiritualidade é definida como a busca do indivíduo pela compreensão das respostas sobre indagações fundamentais sobre a existência, seu significado ou ainda sobre a ligação do ser humano com o sagrado ou transcendente e esta busca pode (ou não) guiar ou surgir do desenvolvimento de crenças ou comunidades religiosas. A religiosidade, por sua vez, é uma estrutura organizada de crenças, rituais, hábitos e linguagens (ou símbolos) que possuem a missão de aproximar o indivíduo do sagrado ou do que é transcendente (Deus, poder superior ou verdade/realidade suprema).

Stark e Glock (1968), partindo da perspectiva que a espiritualidade está relacionada com a religiosidade, apresentaram maneiras diferentes pelas quais a religiosidade poderia se manifestar nos indivíduos, sendo estas: crença, prática, consequências, conhecimento e experiência. Neste sentido, os autores definem a espiritualidade e a caracterizam como uma “experiência religiosa” individual.

A crença está relacionada com crenças religiosas e cristãs clássicas, como por exemplo, acreditar em Deus, e que existe vida após a morte, podendo ser também considerada como uma visão de mundo religiosa. A prática pode ser exemplificada através da adesão à uma determinada denominação religiosa ou mesmo a oração individual. As consequências religiosas se referem às leis de determinadas religiões que as pessoas transpõem para outros aspectos do cotidiano. O Conhecimento se refere ao conhecimento religioso que as pessoas possuem. Por fim, a experiência se refere à espiritualidade como uma orientação de religião ampla, personificada e além de uma instituição religiosa (STARK; GLOCK, 1968).

No cristianismo, os “puros de coração” são bem-aventurados (Mt 5,8) e progredem em sua vida espiritual. Outras tradições religiosas apontam a importância da bondade capaz de compaixão (budismo) e o desatamento dos nós do coração (hinduísmo) para o aperfeiçoamento da vida interior (TEIXEIRA, 2005). No Brasil, a Igreja Católica, por meio de suas obras de caridades, incentivou a prática de ações que possuíam como palavras-chave a

gratidão, o amor, a compaixão, a solidariedade. Por meio das Comunidades Eclesiais de Base, agentes pastorais se organizavam em grupos para atender aos indivíduos que viviam à margem da sociedade em condições de violência, de fome, de discriminação em ações efetivas que se ligavam às normas religiosas e davam sentido à fé cristã (FERNANDES, 1994).

Em sua grande maioria, as escalas existentes no cenário nacional e internacional que medem espiritualidade são direcionadas para as áreas de saúde e aplicadas geralmente no contexto hospitalar (PANZINI et al., 2011; YONG et al., 2008; WHOQOL SRPB GROUP et al., 2006; UNDERWOOD; TERESI, 2002; HATCH et al., 1998; HOWDEN, 1992; REED, 1986). A escala desenvolvida por Yong et al. (2008), por exemplo, buscou avaliar as necessidades espirituais de pacientes coreanos que possuíam câncer. A confiabilidade da escala foi de 0,92. A partir da análise fatorial realizada, extraíram-se cinco subconstrutos: amor e conexão, esperança e paz, significado e propósito, relacionamento com Deus e aceitação da morte. Os autores concluíram a importância que a espiritualidade tem exercido no cotidiano de pacientes que possuem doenças crônicas e que ter uma escala específica nesse contexto é fundamental para saber lidar com tais necessidades dos pacientes.

A escala proposta por WHOQOL SRPB Group et al. (2006) - Módulo Espiritualidade, Religiosidade e Crenças Pessoais (WHOQOL-SRPB), pertencente à Organização Mundial da Saúde, em seu desenvolvimento original - estava inserida em um estudo transcultural com 18 países, entre eles o Brasil. Panzini et al. (2011) validaram a escala no Brasil através da aplicação em funcionários e pacientes, incluindo um hospital universitário e uma universidade, mostrando a sua validade e a confiabilidade para utilização no contexto brasileiro. Apesar desta escala ser utilizada frequentemente em contextos relacionados à saúde, Panzini et al. (2011) sugerem a sua aplicação em novos estudos que abranjam populações específicas de religiões ou grupos culturais diferentes e, considerando todos estes pontos, essa foi a escala escolhida para medir a espiritualidade nesta pesquisa.

Um preceito que justifica a elaboração da escala WHOQOL-SRPB é o de que, crer profundamente em alguma doutrina - seja religiosa ou não - poderia dar à vida e às ações do cotidiano significados transcendentais, atuando estrategicamente para que o indivíduo consiga enfrentar e lidar com dilemas advindos da existência e com o sofrimento inerente ao ser humano (FLECK; SKEVINGTON, 2007).

A escala WHOQOL-SRPB possui em sua composição oito facetas: conexão a ser ou força espiritual; sentido na vida; admiração; totalidade & integração; força espiritual; paz interior; esperança & otimismo e fé. Para a construção desta pesquisa, foram selecionadas

apenas as facetas sentido na vida e força espiritual, pois estão diretamente relacionadas com os objetivos e com a fundamentação teórica aqui proposta.

A faceta sentido na vida é composta pelos itens: (1) até que ponto você encontra um sentido na vida?; (2) até que ponto cuidar de outras pessoas proporciona um sentido na vida para você?; (3) até que ponto você sente que a sua vida tem uma finalidade? e (4) até que ponto você sente que está aqui por um motivo? A faceta força espiritual, por sua vez, compreende os seguintes itens: (1) até que ponto você sente força espiritual interior?; (2) até que ponto você pode encontrar força espiritual em épocas difíceis?; (3) quanto a força espiritual o ajuda a viver melhor? e (4) até que ponto a sua força espiritual o ajuda a se sentir feliz na vida? Estes itens representam a validação da escala WHOQOL-SRPB no Brasil através de Panzini et al. (2011).

2.3 Cidadania

A cidadania é considerada por diversos autores (MIGUEL, 2015; PINSKY; PINSKY, 2010; DAGNINO, 2004) como um fenômeno histórico que pode variar no tempo e no espaço. A conceituação da cidadania não é simples e a principal razão que explica esta dificuldade é não se tratar de um conceito estático e sim evolutivo. Segundo Marshall (1967), esse conceito evolutivo abarca direitos e obrigações definidos pelas ideias, crenças e valores existentes de forma específica na sociedade onde a cidadania se desenvolve.

A abordagem utilizada nesta pesquisa como base do construto cidadania é a proposta por Marshall (1967), que apresenta o conceito como uma propriedade de todos os membros de uma determinada comunidade, de maneira que estes possuem três tipos de direitos: civis, políticos e sociais. Para o autor, os indivíduos serão considerados cidadãos apenas quando desfrutarem plenamente dos três tipos de direitos, seguindo a princípio e de forma ideal a ordem em que ele os apresenta.

Para Marshall (1967), o direito civil é formado pelos direitos necessários para que o indivíduo exerça sua liberdade individual. Alguns exemplos citados pelo autor neste aspecto são o direito de ir e vir, direito à propriedade, liberdade de imprensa, além do pensamento e da fé. O direito político refere-se à participação para exercer o poder político na sociedade, seja como membro de alguma organização que possua autoridade política ou como eleitor. O direito social abrange desde o simples bem-estar econômico e segurança quanto à garantia de padrão de vida.

No contexto brasileiro, em contrapartida, a cidadania não seguiu a ordem determinada por Marshall (1967) – direitos civis, políticos e sociais -, assumindo assim uma estrutura invertida, onde primeiramente os direitos sociais foram desenvolvidos, seguidos dos políticos e por último os civis (ANDRADE et al., 2012; CARVALHO, 2016). Toqueville (1998) entende, nesta perspectiva, que o ideal de cidadania brasileiro existe a partir da concessão do Estado.

Para Carvalho (2016), de maneira geral, a cidadania representa a vida em sociedade e a relação do indivíduo com o Estado, no sentido da lealdade para com ele, e com a Nação, no sentido de identificação para com ela. A evolução e constante transformação da essência aprofundada da cidadania se dão a partir do surgimento de novas demandas da sociedade. Apoiado nestas demandas que surgem, o próprio ordenamento jurídico da sociedade também evolui acompanhando o processo e passando fatalmente por algum dos três pilares da teoria de Marshall apresentados no parágrafo anterior (ABRANTES, 2015).

Em complemento, Miguel (2015) apresenta a cidadania como o conjunto de direitos e deveres que uma pessoa tem propriedade em face de uma comunidade política estabelecida, possuindo como justificativa a liberdade e podendo assim colaborar na vida pública em conformidade com os seus semelhantes. Portanto, a cidadania concede a um indivíduo não apenas direitos, mas também deveres que devem ser equivalentes no exercício da prática cidadã, podendo esta prática ser comparada, como em uma analogia, a uma balança equilibrada entre estes dois extremos. A liberdade precisa de uma atenção especial na análise, pois, segundo Sorto (2011), aquela não pode ser absoluta. Para o autor, quando essa liberdade é considerada soberana ou absoluta, pode atrapalhar a organização da sociedade, que para existir necessita da liderança e controle de determinada autoridade.

A teoria de Marshall (1967) acerca da cidadania é antiga, apesar de ser considerada referência na temática. Reis (1999) entende que este conceito de cidadania precisa ser atualizado para que possa abarcar outros tipos de direitos, exemplificando: direito às diferenças, direito das minorias – etnia, gênero, ou ainda direitos relacionados ao meio ambiente, à clonagem e à engenharia genética.

Nesta pesquisa, tomou-se a decisão de analisar apenas as práticas cidadãs dos indivíduos, compreendendo para isso a grandiosidade e complexidade do construto cidadania. Para tanto, a escala escolhida é proposta pelo GETS, que se encontra em fase de construção e representa a continuidade dos estudos do grupo. Objetivando mensurar as práticas de cidadania dos indivíduos, o modelo divide-se de acordo com os direitos de Marshall (1967) e as suas atualizações, denominadas de direitos difusos contemporâneos. Portanto, ficam assim

definidas as práticas cidadãs: práticas civis, práticas políticas, práticas sociais e práticas difusas contemporâneas.

As práticas civis, de acordo com Telles (2001), abarcam as normas que orientam os indivíduos em circunstâncias reais de interação, significando assim a contemplação das expectativas das pessoas em visualizar nos outros os seus atos e opiniões como válidos e legítimos. A cidadania ativa dos indivíduos, em respeito às práticas civis, pode ser exercida através das seguintes atitudes: conhecer, ter acesso e obedecer às regras da sociedade (WHITELEY; PATTIE; SEYD, 2001); usar a liberdade de expressão e a voz para investigar, avaliar e aconselhar sobre assuntos públicos (MARSHALL, 1967); associar-se ou formar grupos de indivíduos que possam contribuir para a solução de problemas acerca da coletividade ou da luta em busca dos direitos (AMORIM, 2018; MARSHALL, 1967); agir de acordo com a civilidade (BOLE; GORDON, 2009); comportar-se com bases na ética, moral e valores (BOLE; GORDON, 2009).

Neste sentido, o construto referente às práticas cidadãs civis apresentado na escala de práticas cidadãs, é composto pelos seguintes itens: (1) busco seguir regras sociais para uma boa convivência; (2) utilizo minha liberdade de expressão para cobrar e participar de ações públicas; (3) associo-me com outras pessoas para procurar soluções de problemas coletivos; (4) consigo manter o controle emocional em situações conflitantes e (5) tenho comportamento ético e moral.

As práticas políticas, segundo Clemente (2015), retratam a atuação dos indivíduos na execução do poder político na sociedade. Este poder político pode ser evidenciado através do ato de votar e ser votado, da organização de partidos ou da efetivação de apresentações de cunho político. Portanto, as práticas de cidadania política ativa podem ser representadas por: participação em movimentos políticos, manifestações, protestos (AMORIM, 2018; WHITELEY; PATTIE; SEYD, 2001); o ato de votar (MARSHALL, 1967); liderança e demais funções em organizações de fins públicos e sociais (BOLE; GORDON, 2009); ser membro de partido político (MARSHALL, 1967); envolver-se em atividades cívicas na internet (JONES; MITCHELL, 2016).

O construto referente às práticas cidadãs políticas da escala de mensuração proposta pelo GETS é composto pelos itens a seguir: (1) participo de ações que possam influenciar políticos e representantes, como por exemplo: protestos, manifestos, audiências públicas e conselhos; (2) voto por acreditar que estou participando no governo da sociedade; (3) participo ativamente no processo de tomada de decisão em organizações com fins públicos ou sociais; (4) partilho do poder político por participar de partidos políticos, função pública ou

representativa e (5) envolvo-me em questões cívicas (ações públicas, protestos, cobranças, dentre outros) via Internet.

As práticas sociais, que estão atreladas aos direitos sociais de Marshall (1967), podem ser assim caracterizadas: participação em organizações da sociedade civil (BOLE; GORDON, 2009); participação em ações sociais (BOLE; GORDON, 2009); realização de doações para causas sociais (WHITELEY; PATTIE; SEYD, 2001; AMORIM, 2018); envolvimento em lutas das classes trabalhistas (WHITELEY; PATTIE; SEYD, 2001); atuação em defesa dos direitos humanos (ONU, 2018).

Na escala de mensuração, o construto referente às práticas cidadãos sociais é mensurado pelos seguintes itens: (1) participo de organizações da sociedade civil (como as ONGs e projetos sociais) em prol de bens e serviços para a comunidade; (2) realizo ações sociais eventuais em prol do bem-estar coletivo, como doação de sangue e campanhas solidárias; (3) busco doar voluntariamente dinheiro e bens para causas sociais; (4) sou engajado em ações que busquem melhorias para os grupos trabalhistas e sociais aos quais faço parte e (5) engajo-me em ações que defendem os direitos humanos fundamentados no valor da equidade.

Por fim, as práticas difusas contemporâneas, que correspondem às atualizações acerca da teoria de Marshall (1967), podem ser representadas pelas seguintes atitudes: respeitar, reconhecer a diversidade do indivíduo e tolerar (PINSKY; PINSKY, 2010; BOLE; GORDON, 2009; DAGNINO, 2004); lutar pelos direitos daqueles que estão à margem da sociedade ou em situações de exclusão (AMORIM, 2018); preservar o meio ambiente, com vistas à sustentabilidade (WHITELEY; PATTIE; SEYD, 2001); ser adepto do consumo consciente (AMORIM, 2018; WHITELEY; PATTIE; SEYD, 2001); participar de discussões acerca de temas polêmicos sobre a integridade humana (BOBBIO, 1992).

O último construto que a escala pretende mensurar, referente às práticas cidadãos difusas contemporâneas, compõe-se pelos seguintes itens: (1) respeito a diversidade humana, como as derivadas de diferenças de gênero, raça, idade e classe social; (2) engajo-me na defesa dos direitos dos excluídos socialmente; (3) realizo práticas de preservação do meio ambiente; (4) realizo práticas de consumo consciente (ético e ambiental) e (5) participo de discussões sobre temas polêmicos que influenciam a integridade humana, como o aborto, desarmamento, pena de morte.

Explanadas as bases teóricas necessárias para a compreensão e análise desta pesquisa, no tópico seguinte são apresentadas as hipóteses deste estudo. Esta pesquisa possui cinco hipóteses, que objetivam o alcance do objetivo geral e dos objetivos específicos, e se encontram exploradas uma a uma no tópico referente à análise dos resultados.

2.4 Hipóteses da pesquisa

Partindo da revisão da literatura, serão apresentadas neste tópico as hipóteses da pesquisa relacionadas aos construtos espiritualidade, voluntariado e cidadania, que serão analisadas posteriormente a partir dos dados coletados.

O pressuposto inicial desta pesquisa e ponto de partida para construção das hipóteses é o principal resultado encontrado na pesquisa de Van Tienen et al. (2011). Os autores afirmam na conclusão do seu estudo que a espiritualidade é uma fonte de voluntariado informal. Esta espiritualidade abrange uma séria atenção com os compromissos de valor, entendimento de que as ocorrências da vida não são aleatórias e por isso, atribui às relações sociais uma relevância especial. Ver o mundo de maneira espiritual, segundo Van Tienen et al. (2011) parece encorajar os indivíduos para agir ativamente quando são solicitados ou percebem que determinada ajuda é necessária.

Em consonância com este resultado, Saroglou et al. (2004) e Fontaine et al. (2005) concluíram em pesquisas anteriores que a espiritualidade está relacionada com a abertura do indivíduo para mudanças ou ainda ao universalismo. Estes resultados se relacionam com o voluntariado informal por este não estar relacionado a um assunto determinado ou objetivo específico. Diante destas premissas, apresenta-se abaixo a primeira hipótese desta pesquisa:

Hipótese 1 (H1) – A espiritualidade aumenta a probabilidade do voluntariado informal.

As relações pretendidas nas próximas quatro hipóteses possuem ligação entre a espiritualidade dos voluntários informais e as práticas que envolvem o exercício da cidadania. Inicialmente, De Lima Vaz (1991) compreende a existência de uma relação, entre outras, de encontro entre o homem e a experiência de existir de maneira intra-societária. Nessa relação, chamada de eu-nós, através da crença religiosa do amor ao próximo, ocorre na forma da obrigação civil a reciprocidade dos deveres e direitos dos indivíduos.

A lacuna apresentada por Amorim (2018) nas conclusões da sua pesquisa, mostra uma igualdade de média entre voluntários e não voluntários em face dos direitos civis. Amorim (2018) sugere a continuidade dos estudos neste sentido para que haja o correto entendimento desta igualdade estatística, pois, com mais estudos neste sentido, será possível determinar se os dois grupos entendem semelhantemente os direitos civis ou se ambos os grupos não possuem o conhecimento desejado de tais direitos. Esta relação de igualdade também pode ser

determinada devido aos direitos civis se apresentarem como os últimos a se fortalecerem no Brasil (ANDRADE et al., 2012; PINSKY; PINSKY, 2010).

Conforme afirmado nos resultados apresentados por Ferraz (2017), apesar de se evidenciar na pesquisa a influência positiva, considerando a proximidade das médias e se aproximando aos resultados de Amorim (2018), são necessários ainda estudos que busquem aprofundar as relações existentes entre o trabalho voluntário e as práticas civis acerca da cidadania. Neste sentido, evidencia-se a segunda hipótese desta pesquisa:

Hipótese 2 (H2) – A espiritualidade dos voluntários informais influencia nas práticas cidadãs civis.

Pensar na relação da religiosidade com a política, segundo Oro (2005), é entender que existe uma fronteira fluida entre essas duas esferas sociais. No contexto brasileiro, existem fatos (aproximações e passagens) existentes nessas duas esferas que diferem de acordo com a sentença religiosa e o momento político e histórico vivido. Um fato bastante atual que ilustra essa aproximação entre a religiosidade e a política é o interesse dos segmentos religiosos pela sua representatividade, por exemplo, as bancadas evangélicas atuantes nos diferentes níveis políticos, que perpassam desde as Câmaras municipais até ao Congresso Nacional (ORO, 2005).

A aproximação entre a política e a religião na sociedade brasileira parece ser, antes de tudo, um recurso cultural possuidor de finalidade políticas. Segundo Novaes (2001), a Bíblia (e aqui se pode estender esse conceito para a religião de forma geral), mesmo no século XXI, segue sendo um potente recurso cultural para compreender o mundo e para fundamentar inclinações religiosas com efeitos políticos. O domínio daquilo que é considerado sobrenatural (religiosidade/espiritualidade), segundo Velho (1991), é fundamental para a compreensão de todo o sistema de representações políticas no Brasil. Nesse ponto, Carvalho (1999) observa a existência de uma luta que deseja ampliar a proporção e o peso religioso em todo o espaço público.

Com relação aos direitos políticos, Amorim (2018) identificou nos resultados da sua pesquisa maiores níveis ao comparar voluntários e não voluntários. Musick e Wilson (2008) corroboram com este achado ao entenderem que aqueles que executam o trabalho voluntário possuem maior consciência da necessidade de decisões políticas. Apesar da diferença favorável para os voluntários nos direitos políticos, comparando-os com os não voluntários na

pesquisa de Amorim (2018), esta dimensão política apresentou os menores níveis de todo o trabalho. Para a autora, este dado se explica devido às práticas cidadãs políticas, para além do ato de votar, ainda não serem totalmente desenvolvidas na cidadania do Brasil.

Em contrapartida, no contexto internacional, Flanagan et al. (1998) defendem esta relação ao afirmarem que os voluntários são capazes de produzir confiança a partir da rede social estabelecida, significando que estes estariam mais propensos para um envolvimento político diante da comunidade. As conclusões de Eyler, Giles e Braxton (1997) apresentaram que, depois de o indivíduo realizar serviços voluntários em prol da comunidade, o engajamento, interesse e ações voltados para a política obtiveram aumento significativo nas mesmas pessoas. Corroborando, o estudo de Verba, Schlozman e Brady (1995) concluiu que a prestação de serviços de voluntariado pode atuar como um ajudante para a evolução de valores inerentes à cidadania e participação política. Portanto, para aprofundar esta análise, determina-se a terceira hipótese deste trabalho:

Hipótese 3 (H3) A espiritualidade dos voluntários informais influencia nas práticas cidadãs políticas.

A relação existente entre a religiosidade/espiritualidade e os direitos sociais dos cidadãos é histórica. No contexto brasileiro, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Igreja Católica incentivava a prática de obras sociais de caridade. Através das CEBs, agentes pastorais se estruturavam em grupos com o objetivo de prestar apoio aos indivíduos excluídos ou marginalizados na sociedade. Tais ações estavam sempre ligadas às regras religiosas e concediam sentido para a fé dos cristãos (FERNANDES, 1994).

Panzini et al. (2011) sugerem a existência de uma relação positiva da espiritualidade/religiosidade com a dimensão social do comportamento humano e com os valores pró-sociais. Seguindo a mesma perspectiva, o WHOQOL SRPB Group (2006) demonstrou que no aspecto social e psicológico, variáveis como o apoio social são afetadas pela experiência espiritual ou religiosa.

Nos resultados das pesquisas de Amorim (2018) e Ferraz (2017), os dados alcançados apontam para uma maior percepção dos voluntários em relação aos seus direitos sociais fundamentais. Nesta perspectiva, esta pesquisa também buscará entender se as práticas cidadãs sociais são mais executadas no âmbito do voluntariado informal em relação aos indivíduos que não praticam o trabalho voluntário.

Amorim (2018) identificou em seus resultados, de maneira mais específica, a influência de atitudes de apoio informais em práticas cidadãs sociais, concluindo assim o maior exercício destas práticas naqueles que exercem o voluntariado em comparação aos que não exercem. Ferraz (2017) considera em suas conclusões, em consonância com os resultados de Amorim (2018), que as práticas sociais de cidadania são as mais reconhecidas pelos voluntários brasileiros.

Os resultados de Eley (2001) também contribuem para esta linha de pensamento. No estudo, após nove meses de voluntariado, houve um aumento significativo no número de voluntários que citaram o trabalho na comunidade como um dos motivos principais para que estes realizassem a atividade. Nesta perspectiva, Cavalcante (2016) estabelece como um dos perfis de motivação do seu modelo acerca do trabalho voluntário a “justiça social”, caracterizada pela atenção com a igualdade, auxílio em prol de outros, além do apoio aos menos favorecidos e do benefício existente no resgate da cidadania numa perspectiva local. Musick e Wilson (2008), neste sentido, defendem que o trabalho voluntário influencia a consciência dos indivíduos acerca da estrutura de base existente nos problemas sociais. Portanto, a seguir, determina-se neste contexto a quarta hipótese desta pesquisa:

Hipótese 4 (H4): A espiritualidade dos voluntários informais influencia nas práticas cidadãs sociais.

Como ponto de partida para a quinta e última hipótese desta pesquisa, Benko e Da Silva (1996) propõem-se a analisar a espiritualidade no ensino de graduação. As autoras abordam que a assistência espiritual deve direcionar o indivíduo para o autoconhecimento e experiência pessoal. Essa abordagem deve respeitar a diversidade e a estrutura de crença de cada indivíduo. Diaz (1993) em complemento, afirma a necessidade do respeito perante a diversidade de percepções do indivíduo acerca da saúde espiritual.

O estudo de Bole e Gordon (2009) convida para o entendimento da diversidade humana e para a participação de todos os cidadãos americanos em prol desta causa. Os autores entendem que as escolas da atualidade não estão contribuindo para que os alunos se tornem cidadãos em atividade e, por conseguinte, estejam engajados publicamente na sociedade civil.

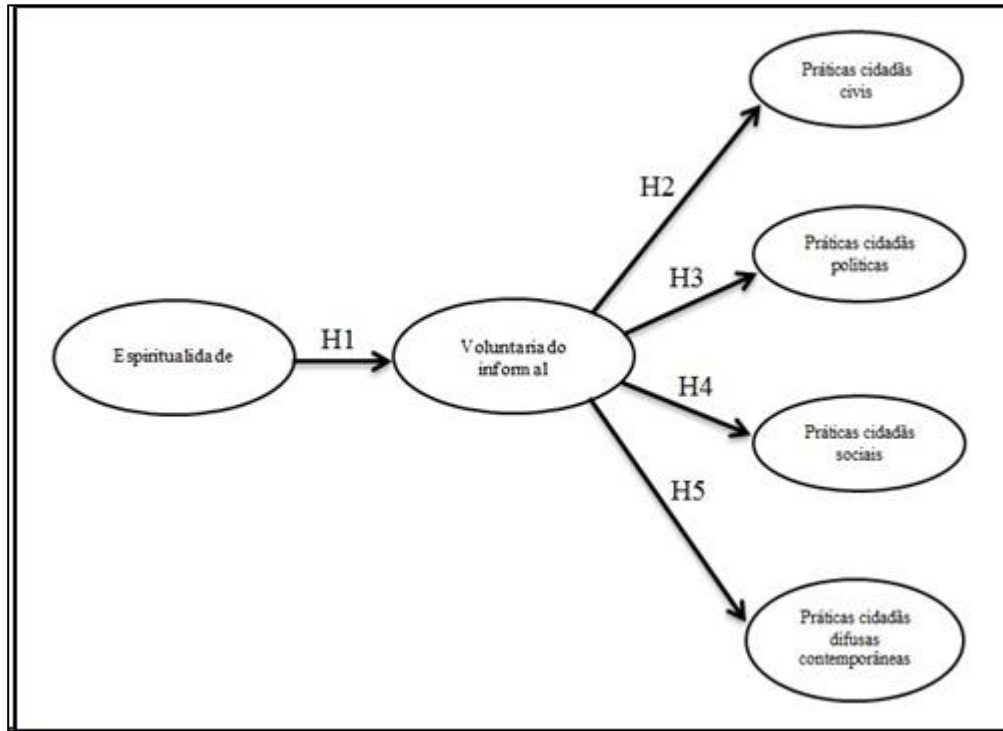
No âmbito do voluntariado internacional, Bröckerhoff e Wadham-Smith (2008) e Schattle (2008) reconhecem as relações presentes entre o trabalho voluntário e a cidadania em prol do meio ambiente. Seguindo a mesma perspectiva, Lorimer (2010) acredita que o

voluntariado de conservação do meio ambiente é necessário, apesar de não ser o único responsável por esse problema, pois muitas partes do planeta são esquecidas devido a questões variadas, por exemplo, custos, acesso e periculosidade. Saroglou (2003) apresenta a reflexão que a espiritualidade acarreta ou subentende a autonomia do indivíduo no nível de construção da sua identidade e dos seus valores. Nesse sentido, o indivíduo passaria do pensamento natural de grupo para o universalismo com pensamentos mais coletivos de identidade e dos seus valores, entre estes, a ecologia.

Citando outros aspectos pertencentes aos direitos difusos contemporâneos, que podem ser visualizados em sua totalidade na seção 2.3 deste referencial teórico, para Lie, Baines e Wheelock (2009) o voluntariado também está relacionado a um meio de retorno ao trabalho remunerado para aqueles que se encontram fora da atuação no mercado de trabalho por algum motivo. Brooks (2009) inclui nesta discussão que o voluntariado incentiva os que participam desta atividade a declararem suas posições e julgamentos acerca do mundo em que estão situados, com destaque para as estruturas das relações de gênero. Para além da diversidade humana, a luta pelos direitos dos excluídos ou marginalizados e o consumo consciente também estão entre as práticas cidadãs difusas contemporâneas. Amorim (2018) destaca a importância de ambas as práticas em relação ao voluntariado na sua pesquisa no contexto brasileiro. Diante disto, a seguir, apresenta-se a quinta e última hipótese desta pesquisa:

Hipótese 5 (H5) – A espiritualidade dos voluntários informais influencia nas práticas cidadãs difusas contemporâneas.

Diante da explanação das cinco hipóteses propostas nesta pesquisa, na Figura 2 a seguir é possível visualizar o modelo apresentado com base nas teorias discutidas neste capítulo.

Figura 2: Modelo teórico da pesquisa

Fonte: elaboração própria (2018)

Para tanto, o modelo teórico desta pesquisa (apresentado na figura acima) servirá como base para a posterior Análise de Equações Estruturais (AEE), pertencente aos resultados desta pesquisa, em conjunto com o teste das hipóteses apresentadas também neste capítulo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, estão apresentadas as características desta dissertação de acordo com os métodos que foram previamente determinados para o seu desenvolvimento. Nos parágrafos que seguem é possível identificar não somente a apresentação, mas também a conceituação teórica da caracterização metodológica desta pesquisa.

A natureza desta pesquisa é dedutivo-hipotética com abordagem quantitativa. Para Marconi e Lakatos (2003), o argumento dedutivo possui o objetivo de explicar a essência das premissas que sustentam a pesquisa. Para as autoras, as premissas da pesquisa, que na natureza dedutiva são os argumentos, devem sustentar completamente a sua conclusão. Quando inexistente esta sustentação, a lógica dos argumentos está incorreta.

Somada ainda à abordagem quantitativa, esta pesquisa assume também o caráter descritivo. Segundo Benedicto et al. (2012), nos estudos administrativos e organizacionais, as pesquisas com abordagem quantitativa admitem que sejam mensuradas em um universo determinado as opiniões, atitudes, hábitos e reações através de uma amostra que estatisticamente seja representativa.

Marconi e Lakatos (2003) definem os estudos quantitativos do tipo descritivo como pesquisas empíricas de investigação que possuem como objetivo principal analisar ou esboçar as características pertencentes aos casos ou fenômenos, o parecer de programas, ou ainda a segregação de variáveis importantes para o estudo em questão.

Os estudos descritivos possuem como uma de suas características mais marcantes a aplicação padronizada de métodos que permitem a coleta de dados, podendo ser citados como exemplos os questionários e a observação sistemática. Este tipo de pesquisa é frequentemente utilizado pelos pesquisadores da área social que buscam sempre estar preocupados com a atividade prática (GIL, 2002).

Pretendeu-se comprovar de maneira geral nesta pesquisa, através das confirmações ou refutações das hipóteses, que a espiritualidade em voluntários informais impacta positivamente ou negativamente nas práticas cidadãs destes indivíduos. Para que esta relação pudesse ser estudada, foi feita uma comparação com indivíduos que nunca exerceram o voluntariado.

A escolha dos voluntários informais como centro deste estudo parte dos resultados empíricos encontrados por Van Tienen et al. (2011), que evidenciam a espiritualidade como causa do aumento da probabilidade da informalidade no voluntariado. Corroborando com

estes resultados e reforçando o universo desta pesquisa no contexto paraibano, a existência do fenômeno do voluntariado informal impactando consideravelmente a sociedade, somada à lacuna de pesquisas específicas sobre a informalidade neste setor, tornam a escolha relevante.

Portanto, o universo desta pesquisa abrange os voluntários informais e os indivíduos não voluntários do estado da Paraíba. Entendem-se aqui por informais aqueles que realizam o trabalho voluntário de forma isolada ou em grupos, desde que não haja aspectos de formalização, em principal a obtenção do CNPJ. Ademais, compreendem-se por não voluntários os indivíduos que nunca realizaram qualquer tipo de voluntariado.

Este estudo possui, por conseguinte, duas amostras. A primeira foi formada por voluntários informais e a segunda por indivíduos que nunca exerceram nenhum tipo de trabalho voluntário. Estabeleceu-se como critério para a obtenção das duas amostras desta pesquisa o mínimo especificado por Hair et al. (2009) de cinco respondentes válidos vezes o número total de variáveis. Para os autores, uma amostra mais aceitável tem a proporção de dez vezes a quantidade de variáveis e esta foi a meta atingida nesta pesquisa. No total foram aplicados 312 questionários: 167 para a amostra de voluntários informais e 145 para a amostra de não voluntários.

A coleta dos dados foi realizada por meio de duas escalas: a primeira buscou identificar o nível de espiritualidade nas duas amostras pesquisadas, enquanto a segunda o nível das práticas cidadãs também em ambas as amostras. As categorias de respostas das escalas seguiram o tipo *likert* e variaram de 0 a 10 (11 categorias), sendo esta variação demonstrada por Hair et al. (2009) como um facilitador para a análise dos dados onde foram estabelecidas relações entre a espiritualidade e as práticas cidadãs.

Os questionários foram aplicados presencialmente e *online* na plataforma *Google Docs*. Ressalta-se que mesmo nos questionários aplicados presencialmente foram utilizados aparelhos eletrônicos (*smartphone* e *Ipad*) a fim de reduzir os dados perdidos (*missing values*) por meio do estabelecimento de respostas obrigatórias para gravação dos dados na plataforma utilizada. A pesquisa ocorreu entre setembro e outubro do ano de 2018.

Para a amostra de voluntários informais, inicialmente a pesquisa foi realizada com os voluntários pertencentes ao grupo informal no qual a pesquisadora foi coordenadora anteriormente. Em seguida, estes voluntários indicaram outros grupos existentes no estado que atuavam com as mesmas prerrogativas do voluntariado informal. Para a amostra dos não voluntários, a coleta aconteceu com indivíduos de diferentes faixas etárias, respeitando o critério pré-estabelecido de não serem voluntários ou terem exercido a prática do voluntariado em algum momento passado da vida.

No grupo dos voluntários informais, com 167 respondentes, a distribuição geográfica na Paraíba foi desta forma representada: 126 respondentes na cidade de Campina Grande, 27 em João Pessoa, 4 em Remígio, 3 em Massaranduba, e 1 em Queimadas, São Sebastião de Lagoa de Roça, Lagoa Seca, Montadas, Gurjão, Aroeiras e Cubati. Para a amostra dos não voluntários a distribuição nas cidades paraibanas apresentou os seguintes dados: 79 respondentes em Campina Grande, 46 em João Pessoa, 11 em Cuité, e 1 em Cabedelo, Conde, Guarabira, Juazeirinho, Taperoá, Pocinhos, Esperança, Fagundes e Patos, respectivamente.

A escala de espiritualidade utilizada nesta pesquisa foi desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) por meio do WHOQOL SRPB Group et al. (2006). Através de um estudo internacional em 18 países, incluindo o Brasil, o objetivo da escala foi analisar como a espiritualidade, a religião e as crenças pessoais (em inglês, SRPB) relacionam-se com a qualidade de vida (em inglês, QoL). A objetividade do modelo e a validação da escala no Brasil pelos autores Panzini et al. (2011) tornam a aplicação deste instrumento viável no contexto brasileiro.

A escala proposta pela OMS possui 8 facetas: conexão a ser ou força espiritual, sentido na vida, admiração, totalidade & integração, força espiritual, paz interior, esperança & otimismo e fé. Entre estas, foram selecionadas para compor o presente estudo as facetas *sentido na vida* e *força espiritual*, por estarem mais próximas da base teórica e contribuir para o alcance dos objetivos aqui propostos. Portanto, os oito itens que estruturam as duas facetas escolhidas da escala WHOQOL SRPB (2006) podem ser visualizados abaixo na Tabela 1.

Tabela 1: Indicadores da escala de espiritualidade WHOQOL SRPB

FACETAS	SIGLA	ITENS
SENTIDO NA VIDA	ESP1	1. Até que ponto você encontra um sentido na vida?
	ESP2	2. Até que ponto cuidar de outras pessoas proporciona um sentido na vida para você?
	ESP3	3. Até que ponto você sente que a sua vida tem uma finalidade?
	ESP4	4. Até que ponto você sente que está aqui por um motivo?
	ESP5	5. Até que ponto você sente força espiritual interior?

FORÇA ESPIRITUAL	ESP6	6. Até que ponto você pode encontrar força espiritual em épocas difíceis?
	ESP7	7. Quanto a força espiritual o ajuda a viver melhor?
	ESP8	8. Até que ponto a sua força espiritual o ajuda a se sentir feliz na vida?

Fonte: Panzini et al. (2011)

Para analisar o construto das práticas cidadãs, utilizou-se a escala proposta por Caldas (em construção), que representa a continuidade dos estudos do GETS e busca mensurar as práticas ativas de cidadania dos indivíduos. A escala é composta por vinte itens e pode ser visualizada na Tabela 2 a seguir. O trabalho da autora é uma tese de doutoramento em desenvolvimento e representa a continuidade das produções do GETS, buscando suprir a lacuna evidenciada nos trabalhos de Ferraz (2017) e Amorim (2018) acerca de um instrumento de mensuração nacional sobre cidadania ativa.

A proposta de mensuração das práticas cidadãs se estrutura é estruturada em quatro tipos de cidadania ativa, sendo estes: práticas cidadãs civis, práticas cidadãs políticas, práticas cidadãs sociais e práticas cidadãs difusas contemporâneas. Os três primeiros grupos de práticas cidadãs utilizam como base para a construção da escala os estudos de Marshall (1967), considerados referência em cidadania à nível mundial, e Pinsky e Pinsky (2010), considerando o Brasil e o mundo. O último grupo (práticas cidadãs difusas contemporâneas) representa uma tentativa da autora para a atualização dos estudos de Marshall (1967), pois se acredita que há uma evolução no entendimento do construto da cidadania desde as primeiras contribuições teóricas escritas (CLEMENTE, 2015; REIS, 1999). Esses indicadores podem ser visualizados na tabela 02 a seguir:

Tabela 2 – Indicadores da escala de cidadania

PRÁTICAS DE CIDADANIA ATIVA	SIGLA	ITENS DE MENSURAÇÃO
Práticas Civis	CIV1	1. Busco seguir regras sociais para uma boa convivência.
	CIV2	2. Utilizo minha liberdade de expressão para cobrar e participar de ações públicas.

	CIV3	3. Associo-me com outras pessoas para procurar soluções de problemas coletivos.
	CIV4	4. Consigo manter o controle emocional em situações conflitantes
	CIV5	5. Tenho comportamento ético e moral
Práticas Políticas	POL1	6. Participo de ações que possam influenciar políticos e representantes, como por exemplo: protestos, manifestos, audiências públicas e conselhos.
	POL2	7. Voto por acreditar que estou participando no governo da sociedade
	POL3	8. Participo ativamente no processo de tomada de decisão em organizações com fins públicos ou sociais.
	POL4	9. Partilho do poder político por participar de partidos políticos, função pública ou representativa.
	POL5	10. Envolver-me em questões cívicas (ações públicas, protestos, cobranças, dentre outros) via Internet.
Práticas Sociais	SOC1	11. Participo de organizações da sociedade civil (como as ONGs e projetos sociais) em prol de bens e serviços para a comunidade.
	SOC2	12. Realizo ações sociais eventuais em prol do bem-estar coletivo, como doação de sangue e campanhas solidárias.
	SOC3	13. Busco doar voluntariamente dinheiro e bens para causas sociais.
	SOC4	14. Sou engajado em ações que busquem melhorias para os grupos trabalhistas e sociais aos quais faço parte.
	SOC5	15. Engajo-me em ações que defendem os direitos humanos fundamentados no valor da equidade.
Práticas Difusas Contemporâneas	CON1	16. Respeito a diversidade humana, como as derivadas de diferenças de gênero, raça, idade e classe social.
	CON2	17. Engajo-me na defesa dos direitos dos excluídos socialmente.
	CON3	18. Realizo práticas de preservação do meio ambiente.
	CON4	19. Realizo práticas de consumo consciente (ético e ambiental).
	CON5	20. Participo de discussões sobre temas polêmicos que influenciam a integridade humana, como o aborto, desarmamento, pena de morte.

Fonte: Caldas (em construção)

Excepcionalmente para analisar a primeira hipótese desta pesquisa, fez-se necessária a aplicação de uma regressão logística no estudo. Segundo Dias filho e Corrar (2009), a regressão logística segue os mesmos pressupostos das demais regressões: elucidar valores de uma variável definida na dependência de outras variáveis com outros valores manifestos. A especificidade deste método que o conduz para esta análise é a presença de uma variável

dicotômica (que possui apenas duas categorias de resposta), que neste estudo está representada pela variável do voluntariado informal.

Os dados coletados foram analisados através da Análise de Equações Estruturais (AEE) combinada com o teste das hipóteses (H2 a H5), que de acordo com Marôco (2010) representa uma técnica de modelagem generalizada, combinando as técnicas clássicas da Análise Fatorial com a Regressão Linear, além de basear-se inicialmente em um modelo pré-estabelecido através do quadro teórico da pesquisa (racionalidade da AEE), delineado na Figura 2.

Para tanto, as técnicas utilizadas foram a análise fatorial confirmatória, análise fatorial exploratória e análise descritiva. Também foram utilizados o teste de hipóteses com base no modelo proposto na Figura 2 e o cálculo do Alfa de Cronbach. A análise fatorial confirmatória (AFC), aplicada na AEE, é utilizada para qualificar a adaptação do modelo teórico à estrutura de correlações existentes entre as variáveis manifestas, sendo estas assim definidas por serem medidas ou observadas de maneira direta na AEE (MARÔCO, 2010).

Na análise fatorial exploratória (AFE) todos os fatores da AEE podem ser representados em qualquer uma das variáveis manifestas, sem necessitar, a priori, de uma estrutura de correlações mediadas pelas hipóteses da pesquisa. Neste tipo de análise, erros não podem apresentar correlações, ou seja, apenas as variáveis latentes ou construtos da pesquisa (não diretamente mensuráveis ou observáveis) podem explicar tal estrutura correlacional (MARÔCO, 2010).

Através da análise descritiva, planejou-se verificar qual a periodicidade existente entre as variáveis sociodemográficas e as variáveis pertencentes aos construtos do modelo teórico proposto nesta pesquisa. Neste tipo de avaliação, foram identificadas medidas como a média, mediana, desvio padrão, assimetria e curtose. A confiabilidade, validade e a análise de consistência interna foram medidas através do Alfa de Cronbach, da confiabilidade composta e da variância média extraída, além da AFE citada anteriormente (LUQUE et al., 2012).

Para uma melhor visualização da construção desta pesquisa, no Quadro 2 é possível identificar o caminho escolhido na técnica de coleta e na análise dos dados para responder os objetivos específicos propostos em consonância com o objetivo geral estabelecido. O tipo de análise escolhida para o tratamento dos dados objetiva a consecução do objetivo geral e dos objetivos específicos do trabalho.

Quadro 2: Construção da pesquisa

Objetivo geral	Objetivo Específico	Técnica de coleta de dados	Análise de dados empregada
Evidenciar a relação existente entre a espiritualidade e as práticas cidadãs dos voluntários informais.	1. Verificar o nível da espiritualidade em voluntários informais e não voluntários;	Questionário estruturado	Regressão logística
	2. Verificar o nível das práticas cidadãs nos voluntários informais e não voluntários;	Questionário estruturado	Análise descritiva dos construtos
	3. Analisar se há diferença na relação entre a espiritualidade e as práticas cidadãs para as duas amostras pesquisadas.	Questionário estruturado	Modelagem de equações estruturais

Fonte: elaboração própria (2019)

Com base em todos os caminhos traçados na metodologia desta pesquisa, pretendeu-se não apenas atingir os objetivos propostos e contribuir academicamente acerca dos temas estudados, como também auxiliar gestores de projetos informais no âmbito prático e gerencial. No próximo tópico serão discutidos e analisados os resultados da presente pesquisa.

1. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, estão apresentados os resultados desta dissertação e as discussões pertinentes ao problema e aos objetivos de pesquisa apresentados na introdução. A análise dos dados estrutura-se começando pela análise descritiva sociodemográfica das amostras pesquisadas, seguindo da análise descritiva dos construtos espiritualidade e práticas cidadãs. A análise continua com a regressão logística aplicada na variável binária do voluntariado informal relacionada com a espiritualidade e encerra com a análise multivariada na AEE, através da AFE e AFC que possibilitaram o teste de hipóteses desta pesquisa.

1.1 Análise Descritiva das Amostras

A primeira parte do questionário aplicado consistiu nos dados sociodemográficos das duas amostras pesquisadas (voluntários informais e não voluntários), que estão apresentados nesta seção. Estes dados referem-se ao gênero, idade, estado civil, grau de formação e renda familiar mensal.

Os dados referentes à variável gênero apresentaram a prevalência feminina (67,66%) entre os voluntários informais em relação ao gênero masculino (32,34%), conforme disposto na Tabela 3, em sequência. Este dado corrobora com outras pesquisas existentes sobre o voluntariado formalizado, onde há a prevalência do gênero feminino nas amostras dispostas nos trabalhos (AMORIM, 2018, CAVALCANTE, 2012).

Para Amorim (2018), as voluntárias do gênero feminino predominaram apresentando 73,4% da amostra pesquisada. Cavalcante (2012) também apresenta em sua pesquisa o predomínio do gênero feminino com 81% dos voluntários participantes, enquanto os homens representam apenas 19% da amostra.

No grupo referente aos não voluntários houve uma pequena prevalência do gênero masculino, representando 51,72% da amostra, em relação ao gênero feminino correspondente a 48,28% dos pesquisados. Tais dados também podem ser verificados com maior detalhamento na Tabela 3, a seguir.

Comumente, as pesquisas acerca do trabalho voluntário, no cenário nacional e internacional, encontram nos seus dados empíricos a preponderância das mulheres nas amostras estudadas. Nesse sentido, Zweigenhaft et al. (1996) afirmaram que, em geral, são as

mulheres que estão mais motivadas e mais acessíveis ao voluntariado, além de ser o trabalho executado por estas mais impactante do que o advindo dos homens.

Dolnicar e Randle (2007) pesquisaram as características sociodemográficas e comportamentais em voluntários. Os resultados mostraram que particularidades do indivíduo como o gênero feminino estão intrinsecamente conectadas com o perfil do voluntário dominante. Em outro estudo, Randle et al. (2007) mostraram que os homens estão mais propensos para praticarem o voluntariado em áreas relacionadas ao esporte ou recreação, enquanto as mulheres se predispõem com maior efetividade para as atividades sociais da comunidade.

Tabela 3 - Descrição das amostras na variável gênero

GÊNERO	Voluntários Informais		Não Voluntários	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Feminino	113	67,66%	70	48,28%
Masculino	54	32,34%	75	51,72%
TOTAL	167	100%	145	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Quanto à idade, a preponderância na amostra dos voluntários informais se apresentou entre os indivíduos mais jovens, conforme mais detalhado na Tabela 4: 47,31% dos respondentes são pertencentes à categoria de até 25 anos e outros 38,92% à categoria de 26 a 35 anos. Em complemento a estes dados, 8,38% estão entre 36 e 45 anos, 4,79% entre 46 a 55 anos e apenas 0,60% acima de 56 anos.

Tabela 4: Descrição das amostras na variável idade

IDADE	Voluntários Informais		Não Voluntários	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Até 25 anos	79	47,31%	45	31,03%
De 26 a 35 anos	65	38,92%	75	51,72%
De 36 a 45 anos	14	8,38%	14	9,66%

De 46 a 55 anos	8	4,79%	7	4,83%
Acima de 56 anos	1	0,60%	4	2,76%
TOTAL	167	100%	145	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Tal preponderância corrobora com os dados da pesquisa PNAD Contínua do IBGE (2018), que demonstram que no Nordeste existe uma maior taxa de voluntários no grupo de indivíduos entre 25 e 49 anos em contraste com a média brasileira, onde predominam voluntários com idade superior a 50 anos. Também em compatibilidade com os dados apresentados nesta pesquisa, Cavalcante (2016) encontrou como perfil padrão entre os seus respondentes a mulher jovem com média de 31 anos, pesquisa esta que envolveu cerca de 720 voluntários permanentes da Pastoral da Criança.

Os dados de Ferraz (2017) também apontam para estes resultados: 32,4% dos voluntários possuem até 20 anos e 49% estão incluídos entre 21 e 39 anos. Em Aquino (2015), a amostra de pretendidos candidatos a voluntários da sua pesquisa teve predominância na idade de 31 anos, ratificando também os resultados aqui encontrados.

Ao analisar de maneira mais profunda estes dados descritivos, apesar de estarem alinhados com os demais resultados de outras pesquisas, é possível identificar na Tabela 4 uma maior preponderância de indivíduos com até 25 anos na amostra dos voluntários informais. Tal dado pode ser explicado através de Pearce e Amato (1980), que explicam o voluntariado informal como mais desprezioso e com menos responsabilidades que o formal, não precisando, portanto, ser originado em uma organização cercada de regras.

Quanto à variável estado civil denotada na Tabela 5, tanto na amostra dos voluntários informais quanto na amostra dos não voluntários, prevalecem os indivíduos solteiros, correspondendo a 78,44% e 71,72% dos respondentes, respectivamente. Amorim (2018) e Ferraz (2017) encontraram nas suas amostras 76,1% e 73,8% de voluntários formais solteiros, nessa ordem, sendo estes resultados s e em consonância com o desta pesquisa.

Tabela 5 - Descrição das amostras na variável estado civil

ESTADO CIVIL	Voluntários Informais		Não Voluntários	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Solteiro(a)	131	78,44%	104	71,72%

Casado(a)	26	15,56%	30	20,69%
Divorciado/separado(a)	4	2,4%	8	5,52%
Viúvo(a)	2	1,2%	1	0,69%
União estável	4	2,4%	2	1,38%
TOTAL	167	100%	145	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Com base na análise dos dados de Cavalcante (2016), Lemos (2016), Aquino (2015) e Ageu (2015), é possível destacar a não prevalência de voluntários solteiros nas amostras pesquisadas. As semelhanças entre estas pesquisas são as relações com organizações de bases religiosas, o que nos permite evidenciar que a dinâmica do voluntariado nestas instituições acontece de modo diferente, sendo a religião um grande incentivador do voluntariado formal (WILSON; JANOSKI, 1995; WILSON; MUSICK, 1997).

Quanto ao grau de formação, de acordo com a Tabela, é possível identificar a predominância na amostra dos voluntários informais dos indivíduos com ensino superior (59,28%) e pós-graduação (26,95%), respectivamente. Amorim (2018), em concordância com estes resultados, encontrou em sua amostra uma grande predominância do ensino superior nos voluntários pesquisados (69,4%). Ferraz (2017), por sua vez, apontou que 58% dos seus respondentes se enquadravam também na categoria ensino superior. Na pesquisa PNAD Contínua (IBGE, 2018) este dado também é confirmado. Tanto na esfera brasileira quanto na esfera nordestina são os indivíduos possuidores de ensino superior que prevalecem no exercício do trabalho voluntário.

Van Tienen et al. (2011), em confirmação com os dados desta pesquisa, explicam que a relação positiva existente entre o grau de formação e o desenvolvimento do comportamento voluntário no indivíduo sustentam a teoria da educação como fomentadora da orientação do ser humano em relação ao ambiente em que estão inseridas.

Para Machado e Predebon (2011), seguindo a mesma perspectiva do parágrafo anterior, o conhecimento, a informação e a consciência são fatores determinantes para os indivíduos no momento da decisão de se voluntariar. Estudos como o destes autores ajudam a compreender com mais clareza as especificidades do perfil proeminente no trabalho voluntário.

Tabela 6: Descrição das amostras na variável grau de formação

GRAU DE FORMAÇÃO	Voluntários Informais		Não Voluntários	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Ensino Fundamental	0	0%	2	1,38%
Ensino Médio	23	13,77%	17	11,72%
Ensino Superior	99	59,28%	81	55,86%
Pós-graduação	45	26,95%	45	31,04%
TOTAL	167	100%	145	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Quanto à renda familiar mensal, na Tabela 7 é verificada a dominância de duas categorias que apresentam pouca diferença percentual entre elas: voluntários com renda de até R\$ 1.908,00, com 35,92% de representação na amostra, e voluntários com renda entre R\$ 1.908,00 e R\$ 3.816,00, com 32,35% de representatividade.

Tabela 7 - Descrição das amostras na variável renda familiar mensal

RENDA FAMILIAR MENSAL	Voluntários Informais		Não Voluntários	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Até R\$ 1.908,00	60	35,92%	34	23,45%
Entre R\$ 1.908,00 e R\$ 3.816,00	54	32,35%	44	30,34%
Entre R\$ 3.816,00 e R\$ 6.678,00	32	19,16%	32	22,07%
Entre R\$ 6.678,00 e R\$ 9.540,00	12	7,18%	27	18,62%
Entre R\$ 9.540,00 e R\$ 19.080,00	9	5,39%	5	3,45%
Acima de R\$ 19.080,00	0	0%	3	2,07%
TOTAL	167	100%	145	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Em corroboração com estes dados, Ferraz (2017) encontrou na sua amostra uma porcentagem de 44,01% para voluntários com renda entre 3 e 6 salários mínimos, correspondente à segunda categoria desta pesquisa (entre R\$ 1.908,00 e R\$ 3.816,00). Na amostra de Amorim (2018), 49,01% dos voluntários possuíam renda de até 2 salários mínimos, correspondente à primeira categoria desta pesquisa (até R\$ 1.908,00), e 33,8% estavam concentrados entre 3 e 6 salários mínimos de renda familiar mensal.

Por fim, com base nos dados sociodemográficos acima detalhados, podemos estabelecer um breve perfil do voluntário que atua na informalidade no estado da Paraíba: gênero feminino, de até 25 anos, solteira, possuidora do grau de formação superior (completo ou incompleto) e com renda familiar mensal variando até 6 salários mínimos. Este perfil estabelecido, de uma maneira geral, concorda com outras pesquisas existentes sobre trabalho voluntário. É comum que haja a predominância da caracterização feminina, jovem e solteira (AMORIM, 2018; FERRAZ, 2017; CAVALCANTE, 2016; AGEU, 2015; AQUINO, 2015; TRIGUEIRO, 2010; MUSICK; WILSON, 2008), enquanto as características sobre renda familiar mensal e grau de formação aparentemente variam de acordo com o tipo de voluntariado realizado.

1.2 Análises Descritivas dos Construtos

Neste tópico, a análise proposta contém as medidas descritivas dos construtos utilizados como base nesta pesquisa: espiritualidade e práticas cidadãs. O construto de práticas cidadãs é formado por práticas cidadãs civis, práticas cidadãs políticas, práticas cidadãs sociais e práticas cidadãs difusas contemporâneas. Para esta análise descritiva, serão comentadas a média, mediana, desvio padrão, assimetria e curtose, respectivamente, para cada um dos construtos mencionados anteriormente.

De acordo com a metodologia desta pesquisa, a escala utilizada foi de 11 pontos com variação de 0 a 10, seguindo o proposto por Hair et al. (2009). Seguindo as regras e orientações de Costa (2011) e Júnior e Costa (2014), nas escalas de mensuração, para a análise da média e da mediana valores até 6 foram considerados baixos, entre 6 e 8 moderados e acima de 8 indicadores altos. Com relação ao desvio-padrão, medidas até 1,5 foram consideradas baixas, entre 1,5 e 2,0 moderadas e acima de 2,0, altas.

A assimetria e a curtose foram utilizadas com o objetivo de precaver erros no estabelecimento das hipóteses da pesquisa através das inferências estatísticas que comumente se baseiam em distribuições normais de população. Para tanto, a referência de indicação de normalidade de acordo com o *software* utilizado para a extração é para valores que se encontrem entre -1 e +1.

A Tabela 8, logo a seguir, descreve o construto acerca da espiritualidade em voluntários e não voluntários. Para iniciar esta análise, a média das oito variáveis pertencentes ao construto espiritualidade na amostra dos voluntários é cerca de um ponto maior do que na amostra dos não voluntários. Tal apontamento também se confirma ao analisar a média agregada dos construtos nas duas amostras: 8,45 para os voluntários e 7,50 para os indivíduos não voluntários.

Esta análise inicial, acerca da influência da espiritualidade nos voluntários e não voluntários, traz indícios e tende a aproximar este trabalho da confirmação da primeira hipótese desta pesquisa: a espiritualidade aumenta a probabilidade do indivíduo de se tornar um voluntário informal. O possível resultado, se confirmado nas demais análises aprofundadas presentes na continuidade deste estudo, está em consonância com o principal resultado encontrado por Van Tienen et al. (2011), que foi utilizado como uma das bases teóricas na construção desta pesquisa: a espiritualidade é uma fonte de voluntariado informal.

Tabela 8: Medidas descritivas dos itens e do construto espiritualidade em voluntários e não voluntários

AMOSTRA DE VOLUNTÁRIOS						
SIGLA	ITEM	Média	Mediana	Desvio	Assimetria	Curtose
ESP 1	Até que ponto você encontra um sentido na vida?	8,461	9,000	1,8877	-1,454	1,987
ESP 2	Até que ponto cuidar de outras pessoas proporciona um sentido na vida para você?	9,210	10,000	1,4262	-3,011	11,733

ESP 3	Até que ponto você sente que a sua vida tem uma finalidade?	8,485	9,000	1,8461	-1,622	3,138
ESP 4	Até que ponto você sente que está aqui por um motivo?	8,413	9,000	2,2096	-1,590	1,965
ESP 5	Até que ponto você sente força espiritual interior?	8,162	9,000	2,2902	-1,508	1,933
ESP 6	Até que ponto você pode encontrar força espiritual em épocas difíceis?	8,066	9,000	2,2976	-1,493	2,062
ESP 7	Quanto a força espiritual o ajuda a viver melhor?	8,491	10,000	2,2465	-1,947	3,678
ESP 8	Até que ponto a sua força espiritual o ajuda a se sentir feliz na vida?	8,305	9,000	2,2218	-1,736	3,072
MÉDIAS AGREGADAS DO CONSTRUTO		8,45	9,25	2,05	-1,79	3,70
AMOSTRA DE NÃO VOLUNTÁRIOS						
SIG LA	ITEM	Média	Mediana	Desvio	Assimetria	Curtose
ESP 1	Até que ponto você encontra um sentido na vida?	7,690	8,000	2,2439	-1,291	1,677
ESP 2	Até que ponto cuidar de outras pessoas proporciona um sentido na vida para você?	8,179	8,000	1,7307	-,778	-,327
ESP 3	Até que ponto você sente que a sua vida tem uma finalidade?	7,676	8,000	2,3478	-1,101	,647

ESP 4	Até que ponto você sente que está aqui por um motivo?	7,559	8,000	2,7786	-1,259	,816
ESP 5	Até que ponto você sente força espiritual interior?	7,193	8,000	2,7646	-1,103	,364
ESP 6	Até que ponto você pode encontrar força espiritual em épocas difíceis?	7,021	8,000	2,9732	-1,075	,167
ESP 7	Quanto a força espiritual o ajuda a viver melhor?	7,407	8,000	2,8831	-1,236	,743
ESP 8	Até que ponto a sua força espiritual o ajuda a se sentir feliz na vida?	7,248	8,000	2,9120	-1,204	,574
MÉDIAS AGREGADAS DO CONSTRUTO		7,50	8,0	2,58	-1,13	0,58

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

O item “Até que ponto cuidar de outras pessoas proporciona um sentido na vida para você?”, representado na Tabela 8 através da sigla ESP2 na amostra dos voluntários, se destaca em relação aos outros por apresentar os índices mais deslocados em comparação com os demais: maior média (9,21), maior mediana (10,0), maior curtose (11,733), além do menor desvio padrão (1,4262) e da menor assimetria (-3,011).

Ao interpretar estatisticamente estes dados, é possível entender a superioridade do item ESP2 nos índices da média e da mediana, além do menor desvio padrão na amostra dos voluntários, pois dentro do construto espiritualidade é o item que mais se aproxima do sentido central do trabalho voluntário segundo a maioria das teorias acerca deste tema. O cuidado com outras pessoas, que aparece relacionado com a espiritualidade no item ESP2, está incluso dentre as características apresentadas por diversos autores para definir o voluntariado.

Musick e Wilson (2008), por exemplo, citam em sua definição a oferta gratuita e direta de serviços para as pessoas mais necessitadas. Para Cnaan et al. (1996), o voluntário está sempre doando algo em benefício do próximo, seja o seu tempo, trabalho e/ou as suas competências. Penner (2002), neste sentido, afirma que o voluntário é formado por

comportamentos pró-sociais e Dohme (2001), por sua vez, sustenta que um dos objetivos do indivíduo ao se voluntariar é buscar a melhoria na qualidade de vida da comunidade.

Para Saroglou (2003), a espiritualidade coincide nos valores (justiça social, ecologia e da definição de “quem é o meu próximo”) que implicam o cuidado com o outro e o respeito do outro pela expansão do eu, persistindo um anti-hedonismo e não aceitação da materialidade. De acordo com Teixeira (2005), o essencial compromisso com os outros, com a sua causa, ganha em profundidade e riqueza quando vem acompanhado pelo exercício da vida espiritual, sendo o amor pelo outro enriquecido quando alimentado pela experiência da gratuidade que acompanha o ser humano por toda a vida.

Ao continuar a análise acerca do item ESP2, os valores apresentados na assimetria e na curtose indicam a grande distância da normalidade para essa variável. O valor da assimetria (-3,011) aponta para uma distribuição na variável ESP2 bastante assimétrica para a direção esquerda, isto é, as respostas da amostra neste item se concentram em sua grande maioria perto do maior valor da escala (10). Para a curtose no item ESP2 dos voluntários informais, que demonstrou o maior valor de todos os construtos analisados neste estudo (11,733), quanto maior o índice, mais a distribuição se encontra perto da média. Ou seja, a média (9,21) é um bom valor para estimar todos os outros da medida.

Ressalta-se que, em todo o construto da espiritualidade e para as duas amostras, nenhuma das variáveis possui as características de uma distribuição normal de dados, pois não se encontram dentro dos parâmetros com valores entre -1 e 1. A ausência da normalidade nas distribuições de dados em pesquisas de ciências sociais é comum, principalmente em variáveis abstratas em que se deve buscar a minimização dos erros de mensuração (COSTA, 2011).

Concluída a análise descritiva acerca da espiritualidade em voluntários e não voluntários, abaixo se inicia a mesma análise para os construtos acerca das práticas cidadãs. Na Tabela 9 a seguir, estão expostos os índices referentes à análise descritiva dos construtos das práticas cidadãs para a amostra dos voluntários e dos não voluntários e, logo depois, as análises necessárias para este estudo.

Tabela 9: Medidas descritivas dos itens e dos construtos pertencentes às práticas cidadãs em voluntários e não voluntários

AMOSTRA DE VOLUNTÁRIOS						
PRÁTICAS CIDADÃS CIVIS (PCC)						
SIGLA	ITEM	Média	Media na	Desvio	Assimétrica	Cur-tose
CIV1	Busco seguir regras sociais para uma boa convivência.	8,275	9,000	1,8969	- 1,518	2,676
CIV2	Utilizo minha liberdade de expressão para cobrar e participar de ações públicas.	7,695	8,000	2,0933	-,900	,415
CIV3	Associo-me com outras pessoas para procurar soluções de problemas coletivos.	8,246	8,000	1,6149	-,797	,205
CIV4	Consigo manter o controle emocional em situações conflitantes.	7,180	8,000	1,9491	-,676	,191
CIV5	Tenho comportamento ético e moral.	8,766	9,000	1,1298	-,721	,272
MÉDIAS AGREGADAS DO CONSTRUTO		8,03	8,4	1,73	- 0,922	0,752
PRÁTICAS CIDADÃS POLÍTICAS (PCP)						
POL1	Participo de ações que possam influenciar políticos e representantes, como, por exemplo: protestos, manifestos, audiências públicas e conselhos.	5,557	6,000	3,4249	-,372	- 1,204
POL2	Voto por acreditar que estou participando no governo da sociedade.	8,036	9,000	2,6249	- 1,726	2,407
POL3	Participo ativamente no processo de tomada de decisão em organizações com fins públicos ou sociais.	5,743	6,000	3,0733	-,387	- ,974

POL4	Partilho do poder político por participar de partidos políticos, função pública ou representativa.	3,114	2,000	3,4369	,581	- 1,15 9
POL5	Envolve-me em questões cívicas (ações públicas, protestos, cobranças, dentre outros) via Internet.	6,078	7,000	3,3796	-,547	- 1,02 2
MÉDIAS AGREGADAS DO CONSTRUTO		5,705	6,0	3,1879	- 0,490	- 1,95 2
PRÁTICAS CIDADÃS SOCIAIS (PCS)						
SOC1	Participo de organizações da sociedade civil (como as ONGs e projetos sociais) em prol de bens e serviços para a comunidade.	8,138	9,000	2,4493	- 1,576	2,06 4
SOC2	Realizo ações sociais eventuais em prol do bem-estar coletivo, como doação de sangue e campanhas solidárias.	8,305	9,000	2,1077	- 1,820	3,92 5
SOC3	Busco doar voluntariamente dinheiro e bens para causas sociais.	7,701	8,000	2,4136	- 1,129	,867
SOC4	Sou engajado em ações que busquem melhorias para os grupos trabalhistas e sociais dos quais faço parte.	7,072	8,000	2,8040	-,856	- ,038
SOC5	Engajo-me em ações que defendem os direitos humanos fundamentados no valor da equidade.	7,611	8,000	2,6636	- 1,125	,497
MÉDIAS AGREGADAS DO CONSTRUTO		7,765	8,4	2,4876	- 1,301	1,46 3
PRÁTICAS CIDADÃS DIFUSAS CONTEMPORÂNEAS (PCDC)						
CON1	Respeito a diversidade humana, como a derivada de diferenças de gênero, raça, idade e classe social.	9,557	10,000	1,0215	- 2,901	8,90 3

CON2	Engajo-me na defesa dos direitos dos excluídos socialmente.	8,515	10,000	2,0793	- 1,849	4,03 9
CON3	Realizo práticas de preservação do meio ambiente.	7,808	8,000	2,0474	- 1,029	1,00 6
CON4	Realizo práticas de consumo consciente (ético e ambiental).	7,491	8,000	2,2141	- 1,178	1,55 3
CON5	Participo de discussões sobre temas polêmicos que influenciam a integridade humana, como aborto, desarmamento, pena de morte.	7,467	8,000	2,8870	- 1,154	,473
MÉDIAS AGREGADAS DO CONSTRUTO		8,168	8,8	2,0499	- 1,622	3,19 5
AMOSTRA DE NÃO VOLUNTÁRIOS						
PRÁTICAS CIDADÃS CIVIS (PCC)						
SIGLA	ITEM	Média	Media na	Desvio	Assimetria	Curtose
CIV1	Busco seguir regras sociais para uma boa convivência.	8,297	9,000	1,8376	- 1,672	4,35 6
CIV2	Utilizo minha liberdade de expressão para cobrar e participar de ações públicas.	6,407	7,000	2,3936	-,781	,305
CIV3	Associo-me com outras pessoas para procurar soluções de problemas coletivos.	6,000	6,000	2,5495	-,617	- ,312
CIV4	Consigo manter o controle emocional em situações conflitantes.	6,566	7,000	2,3028	-,611	- ,098
CIV5	Tenho comportamento ético e moral.	8,524	9,000	1,3181	- 1,317	2,31 1
MÉDIAS AGREGADAS DO CONSTRUTO		7,16	7,6	2,08	-0,1	1,31
PRÁTICAS CIDADÃS POLÍTICAS (PCP)						

POL1	Participo de ações que possam influenciar políticos e representantes, como, por exemplo: protestos, manifestos, audiências públicas e conselhos.	3,938	4,000	2,9515	,117	- 1,20 3
POL2	Voto por acreditar que estou participando no governo da sociedade.	7,338	8,000	2,7265	- 1,192	,863
POL3	Participo ativamente no processo de tomada de decisão em organizações com fins públicos ou sociais.	2,814	3,000	2,6405	,514	- ,845
POL4	Partilho do poder político por participar de partidos políticos, função pública ou representativa.	1,966	,000	2,7295	1,161	,033
POL5	Envolve-me em questões cívicas (ações públicas, protestos, cobranças, dentre outros) via Internet.	5,228	6,000	3,2398	-,257	- 1,21 4
MÉDIAS AGREGADAS DO CONSTRUTO		4,26	4,2	2,86	0,07	- 0,47
PRÁTICAS CIDADÃS SOCIAIS (PCS)						
SOC1	Participo de organizações da sociedade civil (como as ONGs e projetos sociais) em prol de bens e serviços para a comunidade.	2,752	1,000	3,0059	,733	- ,790
SOC2	Realizo ações sociais eventuais em prol do bem-estar coletivo, como doação de sangue e campanhas solidárias.	4,634	5,000	3,2613	-,157	- 1,39 0
SOC3	Busco doar voluntariamente dinheiro e bens para causas sociais.	5,021	5,000	2,9403	-,320	- 1,03 9
SOC4	Sou engajado em ações que busquem melhorias para os grupos trabalhistas e sociais dos quais faço parte.	3,662	4,000	3,0556	,234	- 1,27 0
SOC5	Engajo-me em ações que defendem os direitos humanos fundamentados no valor da equidade.	4,255	4,000	3,3099	,098	- 1,34 2

MÉDIAS AGREGADAS DO CONSTRUTO		4,06	3,8	3,11	0,12	- 1,17
PRÁTICAS CIDADÃS DIFUSAS CONTEMPORÂNEAS (PCDC)						
CON1	Respeito a diversidade humana, como a derivada de diferenças de gênero, raça, idade e classe social.	9,276	10,000	1,2719	- 1,991	3,373
CON2	Engajo-me na defesa dos direitos dos excluídos socialmente.	6,310	7,000	3,0265	-,620	- ,563
CON3	Realizo práticas de preservação do meio ambiente.	6,993	7,000	2,4224	- 1,032	1,053
CON4	Realizo práticas de consumo consciente (ético e ambiental).	6,710	7,000	2,4293	-,767	,295
CON5	Participo de discussões sobre temas polêmicos que influenciam a integridade humana, como aborto, desarmamento, pena de morte.	6,021	7,000	3,2987	-,515	- ,935
MÉDIAS AGREGADAS DO CONSTRUTO		7,06	7,6	2,49	-4,92	0,64

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Na discussão referente às estatísticas descritivas nas práticas cidadãs, uma prévia visualização comparando as médias agregadas dos construtos na Tabela 9 mostra o indício de superioridade das médias na amostra dos voluntários informais sobre a amostra dos não voluntários. Esta superioridade é identificada de forma branda em três dos quatro construtos que formam as práticas cidadãs: práticas cidadãs civis (PCC), práticas cidadãs políticas (PCP) e práticas cidadãs difusas contemporâneas (PCDC). O construto das práticas cidadãs sociais (PCS), por sua vez, apresenta uma superioridade maior e mais expressiva entre as práticas dos voluntários informais sobre os não voluntários.

Nas práticas cidadãs civis, a diferença das médias agregadas do construto entre os voluntários informais (média 8,03) e não voluntários (média 7,16) denota menos de um ponto (0,87), sendo este o construto que apresentou a menor distância entre as duas amostras. As

práticas cidadãs políticas apresentaram diferença de 1,445 entre as amostras (voluntários informais com média agregada de 5,705 e não voluntários com 4,26), enquanto as práticas cidadãs contemporâneas mostraram uma dissemelhança de 1,108 nos dois grupos pesquisados (voluntários informais com média agregada de 8,168 e não voluntários com 7,06). As práticas cidadãs civis, que representaram a menor diferença entre as médias agregadas das duas amostras pesquisadas, referem-se a atitudes menos complexas e mais individualizadas de cidadania, não necessitando de maior envolvimento coletivo da comunidade para ocorrer. Portanto, são práticas cidadãs que acontecem com maior facilidade, justificando a alta proximidade estatística entre as duas amostras pesquisadas.

O construto referente às práticas cidadãs sociais manifestou a maior e mais expressiva diferença entre as médias agregadas nas duas amostras. A amostra dos voluntários informais demonstrou a média agregada de 7,76 neste construto, enquanto a amostra dos não voluntários apresentou a média agregada de 4,06, resultando na diferença de 3,7 pontos entre as duas amostras - índice cerca de mais de quatro vezes maior que a menor diferença das amostras entre os construtos pertencentes às práticas cidadãs (0,87), apresentada nas médias agregadas das práticas cidadãs civis.

Sobre este resultado de destaque para uma maior participação dos voluntários em práticas de cidadania relacionadas ao cunho social, observa-se que o voluntariado, segundo Harris et al (2016), desde suas origens, tem relação com práticas de ajuda mútua, caridade, assistencialismo, valores inclusive pregados por instituições religiosas, que tiveram forte influência na expansão do terceiro setor na América Latina e, especificamente no Brasil, conforme aponta Fernandes (1994, p. 36), pois nos anos 70, “quem sentisse a necessidade de envolver-se em algum tipo de ativismo social na América Latina, fosse a pessoa religiosa ou materialista confessa, o melhor que tinha a fazer era procurar algum membro da igreja dos pobres”.

Segundo Singer (2016), os direitos sociais, historicamente, vêm sendo conquistados desde século XX, pós Segunda Guerra Mundial, a partir de lutas travadas pelo movimento operário e sindical (atrelados a organizações pertencentes ao terceiro setor, que buscam melhorias das condições de trabalho e outros direitos sociais). Com mudanças na sociedade, a luta por direitos sociais também tem mudado de direção: antes, de responsabilidade exclusiva do Estado, ela vem passando a ser ofertada pela própria sociedade civil: associações e cooperativas organizam solidariamente os socialmente excluídos com o apoio de uma rede cada vez mais ampla de agências de fomento (SINGER, 2016, p.260).

A diferença positiva, apresentada com maior índice e expressividade na amostra dos voluntários informais em relação a dos não voluntários, entre as médias agregadas no construto das práticas cidadãs sociais, pode então ser explicada pela relação direta dos itens deste construto com o trabalho voluntário. As cinco questões que formam este construto versam de maneira geral sobre a participação em projetos sociais e realização de ações e doações em prol dos necessitados.

Para além das práticas da dimensão social, o resultado da superioridade do exercício das práticas cidadãs nos voluntários informais em comparação com os não voluntários corrobora com outras pesquisas que se propuseram a relacionar o voluntariado com a cidadania. Nessa perspectiva, Amorim (2018) concluiu que o voluntariado desempenha a função de terreno fértil para o exercício das práticas cidadãs, e Ferraz (2017) mostrou que existe uma inclinação positiva naqueles que exercem o voluntariado para que desenvolvam a atividade da cidadania através das práticas ou de comportamentos cidadãos.

As duas amostras pesquisadas (voluntários informais e não voluntários), de acordo com os dados expostos na Tabela 9, aparentam ter um comportamento parecido, embora as médias sejam diferentes e apresentem, em sua maioria, os maiores índices na amostra dos voluntários informais. Por exemplo, o item CON1 (“Respeito a diversidade humana, como a derivada de diferenças de gênero, raça, idade e classe social.”) apresentou as maiores médias nas duas amostras (9,557 para os voluntários informais e 9,276 para os não voluntários) e o item POL4 (“Partilho do poder político por participar de partidos políticos, função pública ou representativa.”) exibiu as menores médias também nas duas amostras (3,114 para os voluntários informais e 1,966 para os não voluntários).

A assimetria e a curtose, medidas de distribuição, chamam atenção pela grande distância do padrão normal no item CON1 na amostra de voluntários informais e nos itens CIV1 (“Busco seguir regras sociais para uma boa convivência.”) e CON1 na amostra dos não voluntários. O item CON1 nos voluntários informais apresentou -2,901 de assimetria e 8,903 de curtose, enquanto os itens CIV1 e CON1 na amostra dos não voluntários apresentaram -1,672, 4,356 e -1,991, 3,373, respectivamente em assimetria e curtose. Estes valores indicam que os itens citados exibem distribuições assimétricas para a direção esquerda e com formato leptocúrtico, ou seja, as respostas para estes itens se concentram em maior quantidade perto dos maiores valores da escala e a média que os representa é um bom valor para determinar os demais valores da mesma medida.

Os itens com maiores médias na amostra dos voluntários informais (CIV1, CIV5, SOC2, CON1 e CON2), curiosamente, representam ações mais individualizadas, que não

necessitam, necessariamente, da ligação com outros indivíduos para acontecerem. Portanto, estes dados representam nos voluntários informais a predominância de esforços particulares, mais simples de serem realizados no dia-a-dia e também menos impactantes na sociedade, que para resolver problemas mais complexos exige postura mais coletiva dos indivíduos.

A especificidade das práticas e das características do voluntariado informal, considerando o contexto do trabalho voluntário em sua totalidade, ajudam a entender o perfil e o comportamento destes indivíduos e o auxílio que promovem na sociedade. De acordo com Wilson (2000), o comportamento do voluntário que atua na informalidade é mais espontâneo e muitas vezes acontece em um ambiente mais privado ou individual, enquanto o voluntário formal apresenta uma natureza de comportamento mais pública e relacionada a associações ou instituições.

A individualidade como característica do voluntário informal também é abordada por Pearce e Amato (1980). Para os autores, o voluntariado informal é mais direto que o formal, pois na maioria das vezes a assistência é prestada diretamente pelo indivíduo que recebe a solicitação de ajuda, sem necessitar da intervenção de alguma associação. Na mesma perspectiva, Van Tienen et al. (2011) assumem que quanto mais intensamente o voluntário perceber que a sua ação é útil para o outro, mais direto e instantâneo o seu comportamento de ajuda será. Portanto, os voluntários informais parecem se mover mais energicamente para solucionar problemas urgentes da sociedade.

Relacionando estes dados com o contexto geral do trabalho voluntário, sem considerar as especificidades da informalidade no setor, esperava-se que no grupo dos voluntários informais as dimensões políticas e sociais (que representam itens de práticas mais coletivas) pudessem ter valores mais altos, pois tendem teoricamente a se envolver em atividades mais complexas de cidadania. Na prática, de acordo com Lie, Baines e Wheelock (2009), esse é um dos grandes desafios da atualidade que as lideranças políticas estão enfrentando: ampliar a cidadania nas regiões através do desenvolvimento das práticas cidadãs ativas nos indivíduos.

1.3 Relações entre Espiritualidade e Voluntariado Informal Através da Regressão Logística

A primeira hipótese desta pesquisa buscou analisar se a espiritualidade aumenta a probabilidade de ocorrência do voluntariado informal nos indivíduos. Portanto, para aceitar ou rejeitar esta hipótese, foi necessária a aplicação de uma regressão logística no estudo. A

regressão logística segue a mesma lógica dos demais tipos de regressão, ou seja, interpretar valores de uma determinada variável na dependência de valores conhecidos provenientes de outras variáveis (DIAS FILHO; CORRAR, 2009). A principal particularidade deste método de análise, e motivo pelo qual está sendo aplicada neste estudo, é o caso da variável dependente ser dicotômica, sendo aqui representada pela variável do voluntariado informal que possui como respostas as categorias sim ou não.

Portanto, o objetivo da regressão logística é calcular a probabilidade em que determinado evento venha a ocorrer ou que um fenômeno se encaixe em alguma das duas categorias definidas (DIAS FILHO; CORRAR, 2009). Neste estudo, a probabilidade encontrada relacionou a variável espiritualidade com a variável dicotômica acerca de o indivíduo exercer ou não o voluntariado informal.

Partindo para dados concretos, na Tabela 10 abaixo é possível visualizar os resultados da regressão logística aplicada neste estudo. Os primeiros valores a serem considerados nesta análise são o p representado na tabela pela significância (Sig.) e o B que representa o coeficiente das variáveis do modelo. O p , representado pelo valor 0,000 (ou seja, menor que 0,005), e o B, que apresenta diferença de 0 (0,522), mostram que o fator espiritualidade é significativo diante do modelo.

Outro dado fundamental para a compreensão do fator espiritualidade no voluntariado informal é a Odds Ratio (OR) ou Razão de Chances (representada na Tabela 10 por ExpB). O valor encontrado para este dado na Tabela 10 é 1,685, significando que a cada 1 ponto no fator espiritualidade, o indivíduo tem um aumento de 68,5% de chances para ser um voluntário informal em comparação com outro indivíduo que não possui o ponto no fator. Seguindo este raciocínio, deduz-se que quanto mais pontos o indivíduo possuir no fator espiritualidade, mais chances ele terá de exercer o voluntariado informal.

Tabela 10: Variáveis na equação da regressão logística

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp (B)	95% C.I. para EXP(B)	
								Inferior	Superior
Etapa 1^a	ESPIRITUALIDADE	,522	,128	16,639	1	,000	1,685	1,311	2,166

	Constante	,135	,117	1,335	1	,248	1,145		
--	-----------	------	------	-------	---	------	-------	--	--

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Os dados da Tabela 10, especificamente o coeficiente B, sugerem que a espiritualidade enquanto variável pode ser aplicada na composição do modelo da pesquisa, pois os valores gerados diferem do zero. Portanto, o valor positivo de 0,522 encontrado para a espiritualidade no coeficiente B demonstra que variações positivas no fator espiritualidade concorrem para o aumento da probabilidade de o indivíduo se tornar um voluntário informal. Este resultado está de acordo com o estudo utilizado como um dos pressupostos desta pesquisa que encontrou como o mais relevante e principal achado que a espiritualidade aumenta a probabilidade do voluntariado informal no contexto holandês (VAN TIENEN et al., 2011).

Portanto, o principal resultado encontrado através da aplicação da regressão logística mostra que existe uma relação positiva entre a espiritualidade e o voluntariado informal de acordo com os dados apresentados acima. Através da estatística Wald contida na Tabela 10, que é equivalente ao Teste T na regressão linear, foi possível testar e confirmar a primeira hipótese (H1) desta pesquisa de que a espiritualidade é significativa e estima a probabilidade de ocorrência do voluntariado informal nos indivíduos pesquisados.

Na Tabela 11, a seguir, é possível visualizar a confirmação da H1 desta pesquisa. A análise desta hipótese, especificamente, ocorreu separada das outras por se tratar de uma variável dicotômica em análise e necessitar da aplicação de uma regressão logística, não podendo ser testada através da regressão linear, como as demais aqui apresentadas.

Tabela 11: Resultado do teste da Hipótese 1 através da regressão logística

SIGLA	HIPÓTESE	p-valor	DECISÃO
H1	A espiritualidade aumenta a probabilidade do voluntariado informal.	$p < 0,05$	Confirmar

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Parte de Van Tienen et al. (2011) a primeira lacuna que esta pesquisa buscou responder: ser um indivíduo espiritualizado influencia positivamente para que este intervenha

quando existe algum tipo de demanda real por ajuda? Como resposta para a lacuna evidenciada, os dados encontrados na regressão logística confirmam a existência dessa influência positiva.

No contexto desta pesquisa, afirmar que a espiritualidade é um dos preditores do voluntariado informal ajuda a comunidade acadêmica a entender um pouco mais do perfil dos voluntários que se enquadram nesta categoria e deste fenômeno da informalidade no voluntariado, ainda tão pouco explorado devido à dificuldade de acesso aos grupos que atuam neste meio (MARCOS; AMADOR, 2014).

Em contrapartida, os índices extraídos da regressão, apesar de positivos, são baixos, demonstrando que a espiritualidade por si só não é capaz de determinar que o indivíduo seja um voluntário informal. Ou seja, podem existir outros fatores que o levem ao voluntariado com atuação na informalidade. Outro dado que leva à compreensão da influencia da espiritualidade é o valor da área sob a curva ROC que apresentou o resultado 0,653. Considerando que o valor 0,5 em uma curva ROC corresponde à aleatoriedade entre os fatores e que quanto mais perto de 1 o valor estiver mais confiável será a sua precisão, o valor encontrado nesta pesquisa é baixo.

Para explicar a diminuição da influencia da espiritualidade no voluntariado informal nesta pesquisa, ao relacionar o contexto holandês com o brasileiro, encontramos diferenças substanciais na religiosidade e na espiritualidade dos dois países. Ressalta-se que o conceito de espiritualidade utilizado nesta pesquisa abarca o viés religioso, sendo, portanto, mais amplo. Segundo a pesquisa realizada pela empresa WIN/Gallup em 2015, a Holanda é o 5º país menos religioso do mundo com apenas 26% da população entrevistada se identificando como cristãos (BBC, 2015).

O forte declínio da religiosidade na Holanda nas últimas décadas (BERNTS et al., 2007), ressaltando aqui a grande influência de base que a religião exerce acerca do trabalho voluntário, não ocasionou o declínio do voluntariado no país neste mesmo espaço de tempo (VAN INGEN, 2008). Para Van Tienen et al. (2011), uma das razões que explica este fenômeno é que nem todos os que saíram das comunidades religiosas passaram a ser não religiosos, portanto, estes podem ainda ter crenças ou experiências religiosas, se enquadrando nesta última categoria citada a espiritualidade do indivíduo, razão de ser da pesquisa dos autores. Van Tienen et al. (2011), nesse sentido, assumem na sua base teórica que a espiritualidade pode ser conceituada possuindo relações com a religiosidade ou não e tomam como decisão uma análise deste construto alheio à religião, de acordo com a realidade

holandesa e como uma experiência individual inerente ao ser, enquanto a religiosidade seria uma demonstração coletiva.

O declínio da religiosidade na população também é uma realidade no contexto brasileiro (ANDRADE; MENEZES, 2013; VILLASENOR, 2011), porém bem menos impactante do que na Holanda. O crescimento dos indivíduos que se auto declaram sem religião ficou evidente no último censo do IBGE (2010), chegando a 15 milhões (8%) de brasileiros. Analisando sob outro ângulo, o mesmo censo realizado em 2010 no Brasil aponta que 92% da população brasileira entrevistada possui alguma religião ou crença (IBGE, 2010). Em um país que ainda é amplamente religioso existe uma maior dificuldade em definir de forma desconexa a espiritualidade da religião e, portanto, evidencia-se que a espiritualidade é entendida de forma diferente nas duas populações.

No âmbito acadêmico brasileiro, comumente estes dois construtos aparecem relacionados em pesquisas ou teorias (ABDALA et al., 2009; DA SILVA; DA SILVA, 2014). Portanto, outro caminho mais próximo da realidade brasileira pode ser tomado para entender o construto da espiritualidade e suas relações com a religiosidade. Para Da Silva e Da Silva (2014), autores nacionais, uma das maneiras do indivíduo praticar a sua espiritualidade é através da religião, mesmo que esta não seja a única.

Para Glock e Stark (1968), autores também utilizados por Van Tienen et al. (2011) para mostrar o contraponto da teoria acerca da espiritualidade utilizada em sua pesquisa, a religiosidade é um fenômeno multidimensional, podendo ser dividido entre ação, fé, experiências (neste ponto se encontra a espiritualidade), consequências e conhecimento. A ação é a demonstração da religião na prática através da participação e/ou afiliação religiosa, enquanto as demais divisões são características religiosas individuais que ocorrem na esfera privada do ser humano.

Admite-se que a essência da religião é a relação homem-Deus, homem-homem e homem-mundo (RIGACCI, 2005). Krause (2015) estabelece uma relação nas instituições religiosas entre: (1) indivíduos que vão à igreja com mais frequência receberão mais apoio espiritual; (2) as pessoas que recebem mais apoio espiritual serão mais profundamente comprometidas com a fé; (3) aqueles que estão mais comprometidos com sua fé terão mais compaixão pelo próximo; e (4) indivíduos que sentem mais compaixão por seu semelhante serão mais envolvidos em trabalhos voluntários. Dessa forma, compreende-se que ocorre um compromisso com a fé por meio do voluntariado, podendo a religião influenciar na decisão dos indivíduos na prática do trabalho voluntário.

De Lima Vaz (1991) compreende que existe uma relação de encontro que o homem faz a experiência de existir interpessoal, intracomunitário e intra-societário. O primeiro apresenta a relação eu-tu, em que a relação de reciprocidade tende à gratuidade da doação de si. No segundo, realiza-se a relação eu-nós, em que está presente a reciprocidade espontânea que marca a amizade que fortalece a vida da comunidade. No terceiro, a relação eu-nós efetiva a reciprocidade dos direitos e deveres sob a forma da obrigação civil (Vaz, 1992).

A proximidade entre os construtos religiosidade e espiritualidade aponta para uma possível explicação da influência positiva, porém não impactante, da espiritualidade no voluntariado informal brasileiro. Em contrapartida, o nível de religiosidade presente nos indivíduos estaria ligado diretamente ao voluntariado atuante na formalidade.

Assume-se, portanto, neste ponto da pesquisa que a religião também pode atuar como uma fonte de voluntariado informal, assim como a espiritualidade (VAN TIENEN et al., 2011), mas que ainda são necessários estudos acerca do tema para elucidar melhor tal fenômeno. Alguns estudos internacionais buscaram analisar o papel da religiosidade em face das características informais do comportamento voluntário, por exemplo, ajudar familiares, amigos ou vizinhos, porém ainda são insuficientes e com resultados imprecisos (WILSON; MUSICK, 1997; SCHEEPERS; JANSSEN, 2003).

Trazendo estes resultados desta regressão logística para o campo da atuação prática, os gestores dos projetos informais podem se valer destes dados para a gestão dos recursos humanos destas organizações, entendendo que a probabilidade de atuação no voluntariado informal é maior entre os indivíduos que desenvolvem características mais espiritualizadas, desde que compreendam que por si só este fator não consegue ser um determinante.

1.4 Análise fatorial e teste das hipóteses na modelagem de equações estruturais

Os resultados deste tópico em diante serão analisados segundo a seguinte sequência: (1) Análise Fatorial Exploratória (AFE), abrangendo os testes de KMO e de Bartlett, a matriz rotacionada, a variância explicada e as comunalidades; (2) Teste de hipóteses via AFE (análise da consistência interna dos indicadores através do Alfa de Cronbach, Confiabilidade Composta e Variância Média Extraída) e (3) Teste de hipóteses via Análise Fatorial Confirmatória (Medidas de Ajustamento, Estimativas do Modelo e Validade discriminante) a partir da Modelagem de Equações Estruturais.

1.4.1 Análise fatorial exploratória (AFE)

A primeira verificação a ser realizada nos resultados será a aplicação da técnica estatística multivariada de Análise Fatorial Exploratória (AFE) nos dados das duas amostras, objetivando constatar a necessidade de redução de variáveis das escalas utilizadas na pesquisa. É válido salientar que a verificação da dimensionalidade por meio da AFE foi realizada com os dois modelos em tópicos separados. Assim, primeiramente há a AFE com o modelo de espiritualidade e, na sequência, com o modelo referente às práticas cidadãs, na qual todos os fatores também foram examinados isoladamente.

1.4.1.1 AFE com o modelo de espiritualidade

Para a análise fatorial exploratória do modelo de espiritualidade, foram utilizados a medida Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o teste de esfericidade de Bartlett, para averiguar a adequação da amostra. Segue abaixo a Tabela 12 com os resultados dos testes.

Tabela 12: KMO e Teste de Bartlett do modelo de Espiritualidade

TESTE		NÃO VOLUNTÁRIOS	VOLUNTÁRIOS
KMO		,892	,870
Esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	1102,430	1153,617
	Df	28	28
	Sig.	,000	,000

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Conforme os dados da Tabela 12, observa-se que ambas as amostras se adequam ao conjunto de variáveis do modelo de espiritualidade, visto que apresentam nível de significância adequado no teste de esfericidade de Bartlett (menor que 0,05) e no teste Kaiser-

Meyer-Olkin (KMO) alto (acima de 0,5), de acordo com Costa (2011). Neste sentido, a escala de espiritualidade está apta para realização dos próximos procedimentos consistentes da AFE, que podem ser visualizados na Tabela 13 abaixo: verificação dos escores fatoriais (na matriz rotacionada), comunalidades e variância referentes ao modelo analisado.

Tabela 13: Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada no modelo de espiritualidade

ITENS	NÃO VOLUNTÁRIOS		VOLUNTÁRIOS		
	Escore	Comunalidade	Escore		Comunalidade
	Comp. 1		Comp 1	Comp 2	
ESP1	,788	,621		,787	,754
ESP2	,430	,185		,778	,646
ESP3	,836	,698		,862	,818
ESP4	,827	,683		,765	,790
ESP5	,893	,798	,852		,798
ESP6	,895	,801	,849		,815
ESP7	,908	,825	,869		,860
ESP8	,912	,832	,868		,891
Variância	68,047		79,646		

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Conforme a Tabela 13, todos os itens tiveram variância adequada (acima de 50%) em ambos os grupos pesquisados, de acordo com Costa (2011). Os escores fatoriais e comunalidades também se mostraram, em sua maioria, adequados, acima de 0,6 e 0,5 respectivamente, conforme indicação de Hair et. al. (2009). A exceção de adequação foi para o item 2, que na amostra dos não voluntários, apresentou tanto o escore fatorial baixo quanto a comunalidade. Embora sejam indicações para exclusão do segundo item do modelo de espiritualidade, este foi mantido pois, após retirá-lo, nada foi acrescentado ao modelo de maneira geral, ocasionando apenas na perda de informações para a regressão logística

analisada anteriormente na seção 4.3 desta pesquisa. Apesar de as comunalidades aumentarem nos testes após a exclusão do item 2, a ausência da questão não influenciou no fator construído. Além disso, o item aqui referido trata acerca do sentido na vida advindo do cuidado do indivíduo para com outras pessoas, estando, portando, diretamente relacionado com o exercício do trabalho voluntário.

Também é possível observar a partir dos dados da Tabela 13, que no caso da amostra dos voluntários, os itens da escala de espiritualidade se dividem em duas dimensões, conforme estabelecidas em Panzini et al. (2011): os itens de 1 a 4 são itens que remetem ao sentido na vida e os itens de 5 a 8 abordam questões sobre a força espiritual. Nas análises aqui realizadas, ambos os fatores do modelo de espiritualidade foram mantidos juntos, pois quando analisados separadamente resultaram na ausência de significância à nível de $p < 0,05$.

Por fim, o construto referente à espiritualidade apresentou para as duas amostras pesquisadas o índice de 0,932 para o Alfa de Cronbach, sendo esta uma ótima medida de confiabilidade, segundo Hair et al. (1998). Portanto, diante dos resultados expostos, a Análise Fatorial Exploratória confirma a existência dos constructos e respectivos indicadores do modelo de espiritualidade. Nesse sentido, segue-se para a Análise Fatorial Exploratória em relação ao segundo modelo testado por esta pesquisa, sendo este referente às práticas cidadãs.

4.4.1.2 AFE com o modelo de práticas cidadãs

A escala de práticas de cidadania é composta por 20 itens, classificados em quatro dimensões: (1) Práticas Cidadãs Civas - PCC; (2) Práticas Cidadãs Políticas - PCP; (3) Práticas Cidadãs Sociais - PCS e; (4) Práticas Cidadãs Difusas Contemporâneas - PCDC. Os itens serão analisados por cada uma dessas dimensões separadamente. Inicialmente, visualiza-se na Tabela 14 a análise do KMO e o teste de esfericidade de Bartlett para averiguar a adequação da amostra.

Tabela 14: KMO e Teste de Bartlett do modelo de práticas cidadãs

TESTE	NÃO VOLUNTÁRIOS				VOLUNTÁRIOS			
	PCC	PCP	PCS	PCD C	PCC	PCP	PCS	PCDC
KMO	,546	,672	,732	,551	,689	,806	,731	,655

Teste de esfericidade de Barlett	Aprox. Qui-quadrado	86,608	153,067	218,827	192,631	110,377	314,605	214,040	289,050
	Df	10	10	10	10	10	10	10	10
	Sig.	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Os dados da Tabela 14 demonstram que ambas as amostras possuem, para o conjunto de variáveis, condições adequadas para que sejam realizados procedimentos consistentes de análise fatorial, uma vez que apresentam nível de significância adequado para o teste de esfericidade de Barlett (menor que 0,05) e KMO acima de 0,5. Seguem abaixo, portanto, as análises das medidas de variância extraída, escores fatoriais e comunalidades (ver Tabela 15).

Tabela 15: Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada do modelo de práticas cidadãs

DIMENSÃO	ITEM	NÃO VOLUNTÁRIOS			VOLUNTÁRIOS		
		ESCORE		COMUNALIDADE	ESCORE		COMUNALIDADE
		Com p. 1	Comp . 2		Comp . 1	Com p. 2	
Práticas Cidadãs Civas - PCC	CIV1	-	,723	,572	,594	-	,353
	CIV2	,877	-	,769	,776	-	,602
	CIV3	,854	-	,737	,659	-	,435
	CIV4	-	,591	,349	,633	-	,401
	CIV5	-	,817	,668	,565	-	,319
Variância Fator Civil		61,896			42,199		
Práticas Cidadãs Políticas - PCP	POL1	,636	-	,596	,846	-	,715
	POL2	-	,869	,761	,725	-	,525
	POL3	,880	-	,774	,765	-	,585
	POL4	,783	-	,625	,713	-	,509
	POL5	-	,740	,684	,820	-	,673
Variância Fator Político		68,815			60,144		
Práticas Cidadãs Sociais - PCS	SOC1	,649	-	,421	,638	-	,407
	SOC2	,790	-	,624	,729	-	,532
	SOC3	,688	-	,473	,694	-	,481

	SOC4	,775	-	,601	,719	-	,517
	SOC5	,768	-	,590	,796	-	,633
Variância Fator Social		54,17			51,415		
Práticas Cidadãs Difusas Contemporâneas - PCDC	CON1	-	,612	,376	-	,764	,588
	CON2	-	,845	,724	-	,769	,728
	CON3	,915	-	,854	,932	-	,896
	CON4	,929	-	,875	,916	-	,875
	CON5	-	,770	,627	-	,741	,564
Variância Fator Difuso Contemporâneo		69,109			73,015		

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Observando os dados da Tabela 15, de maneira geral, percebe-se que a amostra dos não voluntários apresenta nas dimensões referentes às práticas cidadãs questões mais contaminadas, ou divididas em dois fatores, quando comparada com a amostra dos voluntários. Estes dados reforçam ainda mais os resultados apresentados na análise descritiva dos construtos desta pesquisa, que demonstram maiores níveis de cidadania ativa em indivíduos que praticam trabalho voluntário. Estes resultados também corroboram com os apresentados por Amorim (2018) e Ferraz (2017) em suas pesquisas. A AFE segue a discussão a partir do próximo parágrafo com as dimensões acerca das práticas cidadãs separadas, a fim de analisar mais profundamente os construtos envolvidos nas duas amostras.

Sobre o fator práticas cidadãs civis (PCC), analisando primeiramente a variância extraída, observa-se que na amostra de voluntários, ela apresentou percentual um pouco abaixo do recomendado (50%), segundo Costa (2011). Como se trata de uma escala ainda em construção, sendo esta a sua primeira aplicação, será preciso aprimorá-la para outros estudos com a modificação de alguns itens, conforme se observa ao analisar os escores fatoriais e as comunalidades da maioria dos itens da dimensão práticas cidadãs civis na amostra dos voluntários.

Essa dimensão representa práticas que demonstram o envolvimento dos indivíduos em atividades em prol de relações civilizadas e da liberdade individual das pessoas em vida na sociedade. São práticas mais individualizadas, cujo o indivíduo não depende muito de outras pessoas para executá-la, mas que interferem na ordem social (e a possibilidade de viver em sociedade) e, assim, em direitos e deveres civis. Para a amostra dos voluntários, as questões referentes às PCC agruparam-se em um único fator, enquanto para os não voluntários as questões se agruparam em dois fatores diferentes.

Conforme os resultados apresentados é preciso melhorar os itens dessa dimensão, excluindo alguns, reescrevendo ou complementando-os. Uma opção inicial para a melhoria da dimensão é uma segunda análise das teorias existentes sobre direitos, deveres e práticas civis, possibilitando alterações a partir de novas perspectivas sobre o assunto. Contudo, é uma dimensão importante para o construto geral de cidadania e, conforme as médias retratadas anteriormente, representa a segunda dimensão mais praticada tanto por voluntários como por não voluntários. O Alfa de Cronbach apresentado para a dimensão das práticas cidadãs civis foi de 0,612, que, segundo Hair et al. (1998) é um valor aceitável para pesquisas exploratórias.

No que tange o fator práticas cidadãs políticas (PCP), que representam práticas de participação (direta e indireta) dos indivíduos no governo da sociedade, observa-se que todas as medidas de variância extraída, escores fatoriais e comunalidades estão adequadas. Nesta dimensão, todas as questões se agruparam em um único fator na amostra dos voluntários. Por esses resultados, têm-se boas evidências (exploratórias) de que os cinco itens são adequados para medir esta dimensão, mesmo que na amostra dos não voluntários estas tenham se dividido em dois componentes:

- a) O componente 1 preservou os itens POL1 - “Participo de ações que possam influenciar políticos e representantes como, por exemplo: protestos, manifestos, audiências públicas e conselhos”; POL3- “Participo ativamente no processo de tomada de decisão em organizações com fins públicos ou sociais” e POL4 - “Partilho do poder político por participar de partidos políticos, função pública ou representativa”. Estes itens estão relacionados à práticas mais coletivas e de participação mais ativa, que necessitam de um esforço um pouco maior que as práticas que ficaram atreladas ao segundo componente.
- b) O componente 2 preservou os itens POL2 - “Voto por acreditar que estou participando no governo da sociedade” e POL5 - “Me envolvo em questões cívicas (ações públicas, protestos, cobranças, dentre outros) via Internet. Comparando este ao componente anterior, estas práticas são mais individualizadas, ou seja, não exigem um esforço mais complexo de participação.

A decisão final, portanto, foi manter todos os itens na dimensão práticas cidadãs políticas, de acordo com os bons resultados e índices apresentados na amostra dos voluntários e por analisar que ambos os itens conseguem medir corretamente tais práticas, conforme o

proposto. Dessa forma, a exclusão de itens neste construto não melhorou o indicador de confiabilidade. A medida de confiabilidade Alfa de Cronbach para esta dimensão foi de 0,797, sendo esta uma medida aceitável, segundo Hair et al. (1998).

Em relação às práticas cidadãs sociais (PCS), o fator apresentou variância acima de 50%, e escores fatoriais adequados (acima de 0,6) em ambas as amostras pesquisadas. Sobre as comunalidades, os itens SOC1 - “Participo de organizações da sociedade civil (como ONGs e projetos sociais) em prol de bens e serviços para a comunidade” e SOC3 - “Busco doar, voluntariamente, dinheiro e bens para causas sociais” apresentaram valores sensivelmente baixos, mas, conforme indicação de Costa (2011), itens abaixo de 0,2 é que são fortes candidatos a serem excluídos da escala. Assim, foram mantidos. Ressalta-se que a dimensão das PCS foi a única que se agrupou em um único fator considerando as duas amostras pesquisadas. A medida de confiabilidade Alfa de Cronbach para esta dimensão foi de 0,872, representando uma boa medida segundo Hair et al. (1998).

Por fim, a respeito das práticas cidadãs difusas contemporâneas (PCDC), que tratam sobre práticas relacionadas a novas demandas sociais, as medidas estatísticas de variância, escores fatoriais da matriz rotacionada e comunalidades apresentaram bons resultados. Há uma exceção da comunalidade para o item CON1 - “Respeito a diversidade humana, como a derivada de diferenças de gênero, raça, idade e classe social”, que apesar de não ser indicação de exclusão, conforme parâmetro de menor que 0,2 de Costa (2011), sugere-se modificação ou complementação da sentença para futuras pesquisas, a fim de melhorar o item a se fazer melhor integrante da escala e/ou da dimensão. Vale salientar que esse foi o item com maior média de prática em ambas as amostras (rever Tabela 9). A medida de confiabilidade Alfa de Cronbach para esta dimensão foi de 0,734, representando uma medida aceitável segundo Hair et al. (1998).

A dimensão referente às PCDC foi a única que, para a amostra dos voluntários, apresentou o agrupamento das questões em dois fatores. Comparando a mesma dimensão com a amostra dos não voluntários, as duas amostras agruparam as mesmas questões em fatores iguais. O primeiro fator se formou com as questões CON3 e CON4, enquanto o segundo fator agrupou as questões CON1, CON2 e CON5, em ambas as amostras.

As questões CON3 - “Realizo práticas de preservação do meio ambiente” e CON4 - “Realizo práticas de consumo consciente (ético e ambiental)”, que se agruparam no primeiro fator em ambas as amostras, estão relacionadas direta ou indiretamente à questões ambientais (ABAHUSSAIN, 2006; AMORIM, 2018; METZGER et al., 2016), explicando teoricamente, portanto, a separação dos fatores.

Para as questões CON1 - “Respeito à diversidade humana, como as derivadas de diferenças de gênero, raça, idade e classe social”, CON2 - “Me engajo na defesa dos direitos dos excluídos socialmente” e CON5 - “Participo de discussões sobre temas polêmicos que influenciam a integridade humana, como o aborto, desarmamento, pena de morte”, percebe-se o viés nas questões referente à participação dos indivíduos em lutas por demandas sociais contemporâneas, que surgem a partir da transformação e evolução da sociedade com o tempo (BOLE; GORDON, 2009; AMORIM, 2018; BOBBIO, 1992). Portanto, o agrupamento destas questões em um mesmo fator para as duas amostras também pode ser explicado teoricamente.

Após a AFE, realizou-se a análise da consistência interna de todos os indicadores da pesquisa (espiritualidade e práticas cidadãs) a partir do coeficiente Alfa de Cronbach, que pode ser visualizada abaixo na Tabela 16.

Tabela 16 - Alfa de Cronbach geral da pesquisa

Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach com base em itens padronizados	N de itens
,908	,907	28

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Conforme proposto por Hair et al. (2009) e Costa (2011), os valores do Alfa de Cronbach variam de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1, maior a evidência de consistência interna e maior a indicação de confiabilidade do conjunto de itens da escala. No caso das duas escalas utilizadas nesta pesquisa em análise conjuntamente e considerando ambas as amostras, o Alfa de Cronbach, como mostra a Tabela 16, alcançou o índice de 0,908, indicando alta consistência interna e confiabilidade.

1.5 Análise das hipóteses

Nesta seção estão expostos os procedimentos aplicados para o teste das hipóteses desta pesquisa. O teste inicial apresenta os resultados encontrados através da regressão linear para o modelo original baseado na teoria, que objetiva confirmar ou refutar as hipóteses propostas anteriormente. Em seguida, é exposta a modelagem de equações estruturais e os procedimentos necessários para o ajustamento e refinamento do modelo proposto.

1.5.1 Procedimentos de teste de hipóteses via AFE

Através do software IBM SPSS Statistics 22, inicialmente foram exploradas a confiabilidade e a validade estatística dos construtos individualmente, objetivando a aplicação do teste de hipóteses do modelo inicial baseado na teoria desta pesquisa. A confiabilidade e a validade estatística foram analisadas através dos índices resultantes das medidas da confiabilidade composta, do Alfa de Cronbach e da variância média extraída. Na Tabela 17 estão organizados os resultados encontrados para estas análises.

Tabela 17: Validade e confiabilidade dos construtos presentes no modelo teórico da pesquisa

Construto	Confiabilidade Composta	Alfa de Cronbach	Variância Média Extraída
Espiritualidade	0,821	0,932	0,585
Práticas cidadãs civis	0,636	0,612	0,289
Práticas cidadãs políticas	1,018	0,797	0,485
Práticas cidadãs sociais	0,596	0,872	0,360
Práticas cidadãs difusas contemporâneas	0,676	0,734	0,480

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Analisando os dados da Tabela 17, de maneira geral e considerando que esta é uma pesquisa preliminar para os construtos que envolvem as práticas cidadãs, é possível visualizar que as práticas cidadãs civis apresentaram índices abaixo do esperado para este estudo em duas das três medidas de confiabilidade e validade. Estes índices estão de acordo com os dados da análise fatorial exploratória apresentada na seção anterior, que também demonstraram a necessidade de adequação dos itens do construto das práticas cidadãs civis em estudos futuros.

O Alfa de Cronbach, segundo Hair et al. (1998), deve apresentar um valor mínimo de 0,7 para ser considerado ideal, porém se consideram aceitáveis índices iguais ou acima de 0,6 para pesquisas de caráter exploratório. Neste sentido, para todos os construtos propostos nesta pesquisa o Alfa de Cronbach apresentou índices aceitáveis de consistência interna. Para Hair JR et al. (2005) e Garver e Mentzer (1999), valores aceitáveis para a medida de confiabilidade

composta são iguais ou superior a 0,70, o que indica uma maior distância deste índice nos construtos de práticas cidadãs civis e práticas cidadãs sociais. A medida de variância média extraída também apresentou uma maior distância dos valores considerados aceitáveis nos construtos de práticas cidadãs civis e práticas cidadãs sociais. Segundo Hair JR et al. (2005) e Garver e Mentzer (1999), bons valores nessa medida para construtos devem ser iguais ou acima de 0,5 (50%).

Portanto, considerando que esta pesquisa representa a primeira aplicação do modelo de práticas cidadãs, os construtos analisados representam índices consideráveis de aceitação, sobretudo acerca do Alfa de Cronbach, que apresentou bons índices em todos os construtos. Os índices que se encontram abaixo do esperado nesta primeira análise, sugerem e apontam para melhorias nos itens formadores dos construtos nas próximas aplicações.

Feitas as considerações relevantes acerca das medidas de validade e confiabilidade dos construtos desta pesquisa, apresenta-se a seguir, a realização do primeiro teste de hipóteses através da regressão linear, aplicada entre os construtos unidimensionais. Os dados referentes ao teste podem ser visualizados logo abaixo na Tabela 18.

Tabela 18 - Resultado do teste de hipótese do modelo teórico através da regressão linear (H2 à H5)

SIGLA	ILUSTRAÇÃO DA HIPÓTESE	p-valor	DECISÃO
H2	Espiritualidade nos voluntários informais >> Práticas cidadãs civis	p < 0,05	Confirmar
H3	Espiritualidade nos voluntários informais >> Práticas cidadãs políticas	p > 0,05	Rejeitar
H4	Espiritualidade nos voluntários informais >> Práticas cidadãs sociais	p < 0,05	Confirmar
H5	Espiritualidade nos voluntários informais >> Práticas cidadãs difusas contemporâneas	p < 0,05	Confirmar

Fonte: dados da pesquisa (2018).

As hipóteses analisadas deste ponto em diante, acerca do modelo inicial proposto com base nas teorias utilizadas, referem-se à influência que a espiritualidade nos voluntários informais exerce sobre os quatro tipos de práticas cidadãs: civis, políticas, sociais e difusas contemporâneas. A segunda hipótese (H2), que previa uma relação direta de influência entre a espiritualidade nos voluntários informais e as práticas cidadãs civis que estes realizam, foi confirmada através do resultado do teste de hipóteses, visualizado na Tabela 18.

A confirmação da H2 está de acordo com a compreensão de De Lima Vaz (1991) acerca da relação existente entre o indivíduo e o sentimento de vivência intra-societária que perpassa pela crença religiosa do amor ao próximo. Para o autor, essa relação (chamada de eunós) se dá através da obrigação civil do indivíduo, pela reciprocidade dos direitos e deveres na sociedade.

A relação de significância comprovada através da H2 nesta pesquisa - a espiritualidade na amostra dos voluntários informais impactando as práticas cidadãs civis - vai ao encontro do mesmo resultado apresentado na amostra dos não voluntários neste estudo, conforme os índices da regressão linear na Tabela 19 abaixo. Esta proximidade de resultado entre as duas amostras pesquisadas também pode ser visualizada nas médias agregadas do construto das práticas cidadãs civis expostas anteriormente (ver Tabela 9), que apresentaram a menor diferença referente às práticas cidadãs entre voluntários informais e não voluntários.

Tabela 19 - Regressão linear na AFE

VOLUNTÁRIOS					NÃO VOLUNTÁRIOS				
	Estimate	S.E.	C.R.	P		Estimate	S.E.	C.R.	P
CIV <--- ESP	,162	,052	3,090	,002	CIV <--- ESP	,244	,072	3,381	***
POL <--- ESP	,224	,196	1,145	,252	POL <--- ESP	,274	,135	2,029	,042
SOC <--- ESP	,233	,085	2,748	,006	SOC <--- ESP	,058	,077	,751	,453
CON <--- ESP	,326	,128	2,553	,011	CON <--- ESP	,051	,140	,365	,715

Fonte: dados da pesquisa (2018)

A influência significativa da espiritualidade nas amostras dos voluntários informais e não voluntários sobre as práticas cidadãs civis que estes exercem, corrobora com os resultados empíricos apresentados por Amorim (2018) e Ferraz (2017) em suas pesquisas. Em ambas as pesquisas, as amostras de voluntários e não voluntários apresentaram médias muito próximas da igualdade em face dos direitos civis dos cidadãos.

Amorim (2018), que sugeriu a continuidade de estudos nessa temática para contribuir com o correto entendimento da igualdade estatística em face da percepção dos direitos civis em voluntários e não voluntários, estabelece duas possíveis explicações para esses resultados próximos: (1) ambos os grupos entendem de forma semelhante os direitos de base civil ou (2) os grupos não detêm a consciência necessária de tais direitos. Com relação a esta última explicação, Andrade et al. (2012) e Pinsky e Pinsky (2010) explicam que foram estes direitos civis os últimos a ganharem forças no Brasil, sendo os sociais os primeiros seguidos dos políticos. Entretanto, ao retornar para a Tabela 9 e analisar as medidas descritivas da dimensão referente às práticas cidadãs civis, percebe-se que os itens que formam o construto possuem médias altas nas duas amostras, o que pode indicar uma boa percepção dos indivíduos acerca destas práticas. Contudo, são necessários estudos futuros que aprofundem a temática referente aos direitos civis no contexto brasileiro para que enfim haja o correto entendimento dessa relação.

A terceira hipótese (H3) desta pesquisa pretendeu analisar a influência da espiritualidade nos voluntários informais acerca das práticas cidadãs políticas, que de acordo com a Tabela 18 foi rejeitada. Antes de aprofundar a análise, verifica-se na Tabela 19 que, na contramão da amostra dos voluntários informais, a amostra referente aos não voluntários apresentou significância na influência da espiritualidade nas práticas cidadãs políticas.

A rejeição da H3 na amostra dos voluntários informais encontra suporte teórico ao se explorarem as particularidades da informalidade no voluntariado. Conforme discutido no referencial teórico desta pesquisa, o voluntariado informal é realizado de modo mais direto, buscando solucionar demandas urgentes dos indivíduos que solicitam ajuda, enquanto o formal busca atuar mais profundamente, objetivando solucionar muitas vezes as raízes dos problemas na sociedade (MCCURLEY; LYNCH, 2006; PEARCE E AMATO, 1980).

As práticas cidadãs políticas, na perspectiva da formalidade e informalidade do voluntariado, buscam maior comprometimento dos cidadãos, por exemplo se tornando

membro de partido político, executando algum cargo político/público na sociedade (MARSHALL, 1967) ou participando ativamente em movimentos políticos, protestos, assinando petições acerca de lutas por direitos, entre outros exemplos (BOLE; GORDON, 2009; AMORIM, 2018).

A relação da espiritualidade/religiosidade com as práticas políticas é confirmada por vários autores (NOVAES, 2011; ORO, 2005; CARVALHO, 1999; VELHO, 1991). Portanto, os dados desta pesquisa e o embasamento da teoria apontam e caminham para os seguintes fatos: a espiritualidade nos voluntários informais não impacta nas práticas cidadãs políticas destes devido às suas atuações estarem concentradas nas demandas urgentes advindas da sociedade (por exemplo: fome, frio e/ou abrigo), enquanto a mesma espiritualidade em indivíduos não voluntários impacta nas suas práticas cidadãs políticas, de modo que estes podem relacionar crenças pessoais com interesses por representatividade em diferentes níveis políticos, por exemplo, as bancadas evangélicas que marcam presença desde as Câmaras municipais até no Congresso Nacional (ORO, 2005).

Seguindo para a análise da quarta hipótese (H4), confirmou-se a relação de influência entre a espiritualidade dos voluntários informais e as práticas cidadãs sociais que estes desenvolvem. As relações existentes entre a espiritualidade, a religiosidade e as práticas cidadãs sociais são comuns na literatura, além de históricas no Brasil. Especificamente na realidade brasileira, a Igreja Católica, por meio das CEBs, incentivava atos e obras de caridade sociais. Estes atos e obras se interligavam sempre com normas e regras religiosas, pois assim davam sentido para a fé dos cristãos (FERNANDES, 1994).

Ainda no campo teórico, Panzini et al. (2011) e o WHOQOL SRPB Group (2006) demonstraram a existência da relação de influência entre a espiritualidade/religiosidade com os comportamentos e valores sociais humanos. No campo empírico, os resultados da presente pesquisa em muito se assemelham no aspecto das práticas cidadãs sociais com os achados de Amorim (2018) e Ferraz (2017). Em ambas as pesquisas, os resultados apontam para voluntários com maior percepção dos seus direitos sociais fundamentais em relação a amostra dos não voluntários.

Embora as pesquisas de Amorim (2018) e Ferraz (2017) retratem amostras de voluntários formalizados, a presente pesquisa mostra através destes resultados que, para os voluntários informais, as práticas cidadãs sociais se encontram intrínsecas ao trabalho voluntário assim como nos voluntários formais. Seguindo esta perspectiva, para as autoras, as práticas cidadãs sociais são as mais expressivamente reconhecidas pelos voluntários no Brasil (AMORIM, 2018; FERRAZ, 2017). De acordo com a Tabela 9 anteriormente analisada, é

possível identificar que, nesta pesquisa, a dimensão referente às práticas cidadãs sociais apresentou as mais expressivas diferenças entre os índices da amostra de voluntários informais relacionados com os da amostra dos não voluntários.

A quinta e última hipótese (H5) desta pesquisa, confirmou a influência da espiritualidade nos voluntários informais acerca das práticas cidadãs difusas contemporâneas. Esta dimensão que retrata as práticas cidadãs difusas contemporâneas apresentou o primeiro e o terceiro maior índice descritivo na amostra dos voluntários informais (CON1 e CON2). Este resultado pode ser relacionado com o perfil demográfico encontrado para o voluntário que atua na informalidade nesta pesquisa: jovem e com formação no ensino superior. Estes dados indicam, portanto, indivíduos que convivem no cotidiano com as demandas mais atuais da sociedade e que apresentam maior nível de conhecimento com relação à sua formação.

Partindo do pressuposto que as práticas cidadãs difusas contemporâneas correspondem às demandas advindas da evolução e da modernização da sociedade, Benko e Da Silva (1996) defendem abordagens que respeitem a diversidade humana e a estrutura espiritual dos indivíduos. Entre as novas demandas da sociedade, autores como Bole e Gordon (2009) abordam, para além da diversidade humana, a importância do respeito às diferenças. Essa perspectiva está inclusa na questão CON1 - “Respeito a diversidade humana, como as derivadas de diferenças de gênero, raça, idade e classe social” dos voluntários informais que apresentou o maior índice de todos os construtos e amostras abordados nesta pesquisa.

As questões ambientais também estão incluídas nas práticas cidadãs difusas contemporâneas e autores como Bröckerhoff e Wadham-Smith (2008) e Schattle (2008) se propuseram a analisar suas relações com o trabalho do voluntário. Saroglou (2003), por sua vez, vai além e aborda a relação proposta nesta pesquisa através da H5: o autor reflete que a espiritualidade contribui para a autonomia do ser humano, ajudando-o na construção da sua própria identidade e dos valores, encontrando entre esses valores a ecologia.

Concluído o teste das hipóteses através da AFE, no próximo tópico os testes de hipóteses são retomados, dessa vez por meio da Análise Fatorial Confirmatória (AFC) e da Análise de Equações Estruturais (AEE) que finalizam a análise de resultados desta pesquisa.

1.5.2 Procedimentos de teste de hipóteses via AFC

A etapa a seguir, referente à Análise Fatorial Confirmatória (AFC), possui o objetivo de adequar o modelo proposto na fundamentação teórica desta pesquisa considerando os

dados amostrais coletados a partir de voluntários informais e não voluntários. Ao mesmo tempo, a AFC também objetiva avaliar as hipóteses propostas na pesquisa em conjunto com os construtos do modelo de equações estruturais (MEE). A construção do MEE foi proposta no software Amos 24 através do método de máxima verossimilhança, sendo este o padrão do programa utilizado.

Previamente à apresentação do MEE, serão discutidas algumas decisões de pesquisa que foram tomadas com base nos resultados da AFE, nos procedimentos de teste de hipóteses também via AFE e na análise de equações estruturais. A primeira adequação feita se refere ao item CON5 - “Participo de discussões sobre temas polêmicos que influenciam a integridade humana, como o aborto, desarmamento, pena de morte”, que passou da dimensão de práticas cidadãs difusas contemporâneas para a dimensão de práticas cidadãs políticas. Esta adequação foi feita com base nas informações fornecidas pelo próprio software a fim de melhorar os índices do MEE proposto.

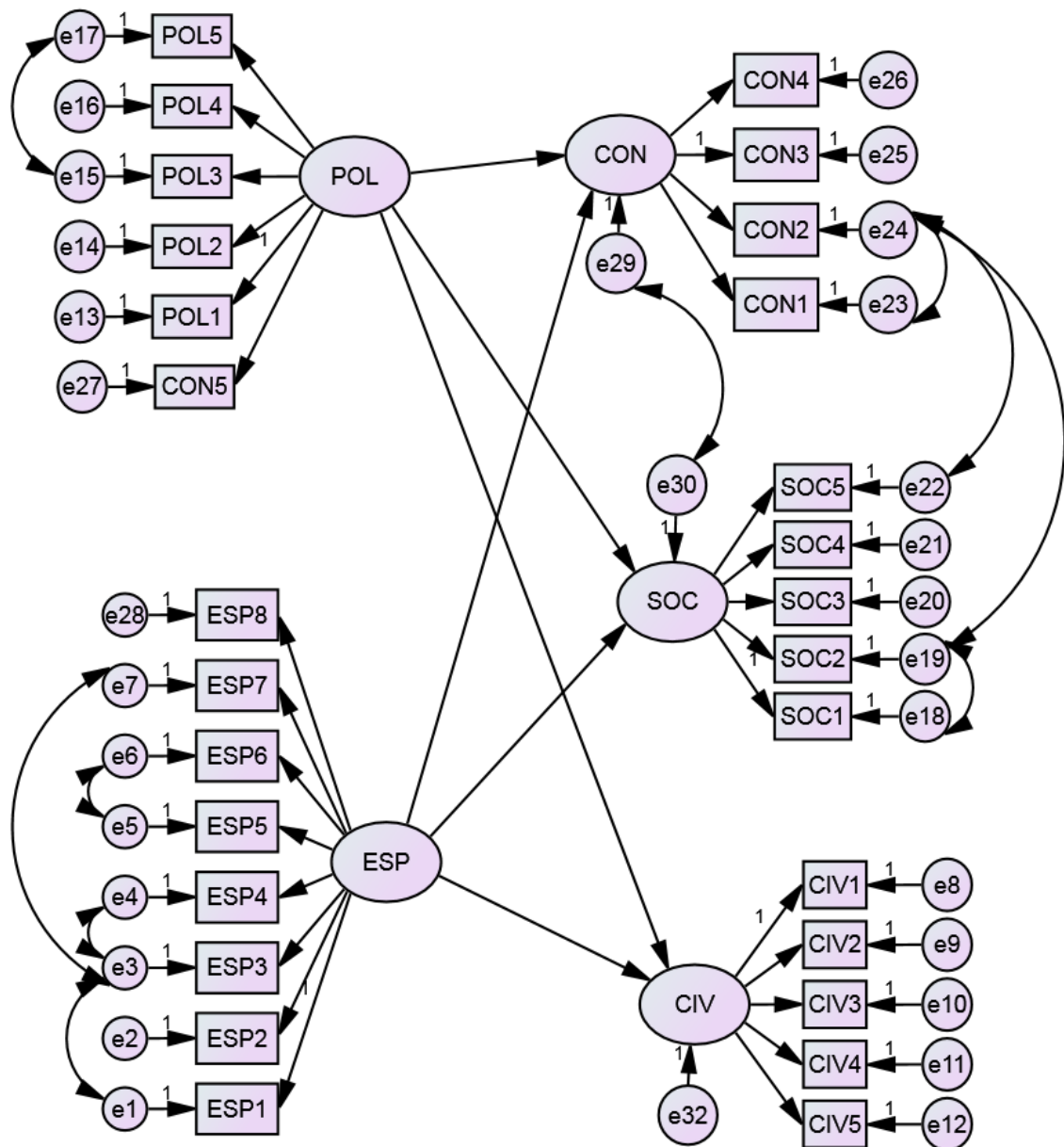
Analisando teoricamente o item CON5, este se aproxima em definição e construção dos itens POL1 - “Participo de ações que possam influenciar políticos e representantes, como por exemplo: protestos, manifestos, audiências públicas e conselhos” e POL5 - “Me envolvo em questões cívicas (ações públicas, protestos, cobranças, dentre outros) via Internet”. Nessa perspectiva, os autores Amorim (2018), Clemente (2015), Bole e Gordon (2009) e Bobbio (1992) estendem a participação política do cidadão até a luta por direitos, que pode ser desenvolvida em vários aspectos, como a discussão de temas polêmicos que influenciam na integridade humana, tema central do item CON5.

A segunda decisão tomada para construção do MEE final foi a realocação do construto referente às práticas cidadãs políticas. De acordo com a Figura 3 abaixo, e comparando-a com a Figura 2 apresentada anteriormente na fundamentação teórica, é possível perceber que o fator político passa a ser totalmente independente dos outros fatores (e sem erro) e influencia os outros três fatores restantes acerca das práticas cidadãs. A decisão foi tomada com base na rejeição da H3 desta pesquisa, que presumia a influência da espiritualidade nos voluntários informais sobre as práticas cidadãs políticas exercidas por estes. Após a realocação do fator político, o modelo apresentou bons índices estatísticos. Evidencia-se que o modelo final proposto na Figura 3 se refere à amostra dos voluntários informais, visto que a amostra dos não voluntários compõe esta pesquisa apenas para fins de comparação.

Para Reis (1999), a universalização dos direitos dos cidadãos é um tema delicado, especificamente pelas políticas cidadãs possuírem limites geográficos que geralmente são nacionais. Dagnino (2004), analisando a cidadania como uma estratégia política, afirma que

esta não possui apenas uma natureza, ou seja, não pode ser considerada universal (com exceção de algumas características, por exemplo, os direitos humanos). Portanto, a cidadania corresponde à atualidade de determinada sociedade, considerando para isso o momento histórico vivido, a dinâmica e os conflitos reais. Considera-se neste ponto, que a pesquisa realizada para construção deste estudo ocorreu no mesmo mês das concorridas eleições presidenciais brasileiras de 2018, fato que pode ter interferido nas respostas das amostras.

Figura 3: Modelo de equações estruturais final



Fonte: dados da pesquisa (2018)

A partir da apresentação do modelo, na Tabela 20 a seguir estão apresentados os índices de ajuste. Nesse sentido, o modelo de mensuração demonstra estar estatisticamente adequado com alguns índices de ajuste obedecendo os limites destacados e outros que se encontram próximos dos limites apresentados na literatura (HAIR et al., 2009). O índice referente à razão entre o qui-quadrado e o grau de liberdade apresenta resultado inferior a 3 ($635,198 / 334 = 1,901$) e o RMSEA (0,074) apresenta resultado inferior a 0,08, sendo estes valores adequados de acordo com Hair et al. (2009). Entretanto, índices como o GFI, CFI e NFI, apesar de estarem próximos do adequado, não atingiram o limite mínimo aceitável, demonstrando que o modelo poderia apresentar melhoras mediante outras alterações.

Marsh et al. (2004) aponta que os limites de corte acerca dos índices de ajustamento servem como orientações gerais ao pesquisador e não como regras absolutas e definitivas. Portanto, ainda que o MEE desta pesquisa não tenha alcançado a totalidade de limites aceitáveis nos índices de ajustamento, optou-se pela não continuidade nas modificações, pois o modelo proposto aqui como final compreende e está de acordo com a literatura acerca do fenômeno aprofundado.

Tabela 20 - Índices de ajuste do modelo final

ÍNDICES	LIMITES	MODELO FINAL
Qui-quadrado (valor)	*	635,198
Graus de liberdade	*	334
Qui quadrado / Graus de liberdade	< 3	1,901
GFI (<i>Goodness of fit</i>)	> 0,90	0,790
CFI (<i>Comparative fit index</i>)	> 0,90	0,880
NFI (<i>Normed fit index</i>)	> 0,90	0,780
RMSEA (<i>Root Mean Square Error of Approximation</i>)	< 0,08	0,074

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Com base no MEE apresentado neste tópico, o resultado do teste de hipóteses evidenciado na Tabela 18 foi mantido. Ressalta-se que, para a relação proposta entre espiritualidade e cidadania nos voluntários informais não foram encontradas pesquisas empíricas relacionando estes construtos, havendo apenas indícios teóricos que apontavam para a relação existente (AMORIM, 2018; FERRAZ, 2017; VAN TIENEN et al., 2011). Portanto, o MEE final desta pesquisa representa uma contribuição para as futuras discussões acerca dos temas aqui relacionados.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo evidenciar a influência da espiritualidade, através da gestão dos voluntários informais, para o exercício das práticas cidadãs. Para atingir esse objetivo, o trabalho se apoiou em dois pressupostos: a espiritualidade aumenta a probabilidade do voluntariado informal (VAN TIENEN et al., 2011) e o trabalho voluntário possibilita o desenvolvimento de práticas cidadãs mais ativas (AMORIM, 2018; FERRAZ, 2017).

Nesse sentido, foram traçados três objetivos específicos para o estudo. O primeiro buscou verificar a influência da espiritualidade para os voluntários informais e não voluntários. Os resultados provenientes da regressão logística demonstram que a espiritualidade impacta positivamente o voluntariado informal. Entretanto, por si só a variável espiritualidade não é suficiente para determinar que o indivíduo se constitua um voluntário atuante na informalidade, ou seja, a espiritualidade é um entre muitos outros fatores que podem influenciar na decisão de se voluntariar. Acredita-se que o contexto brasileiro, que de acordo com o último censo realizado pelo IBGE (2010) possui 92% da população se autodenominando cristã, interfere na percepção acerca da espiritualidade e da religiosidade, fazendo com que estes conceitos sejam interpretados como sinônimos.

O primeiro objetivo contempla, por consequência, a primeira lacuna que esta pesquisa buscou responder: uma visão de mundo espiritualizada influencia os indivíduos a intervirem ativamente quando algum tipo de ajuda lhes é solicitada? A influência positiva da espiritualidade em relação ao voluntariado informal foi confirmada não apenas na regressão logística, como também nas estatísticas descritivas apresentadas nos resultados desta pesquisa.

A segunda lacuna, na qual esta pesquisa pretendeu aprofundar a discussão, refere-se à ausência de estudos empíricos nacionais que busquem entender a relação existente entre a espiritualidade e o trabalho voluntário. A presente pesquisa parte do pressuposto identificado por Van Tienen et al. (2011) que existe uma relação positiva entre a espiritualidade e o voluntariado informal no contexto Holandês. De maneira preliminar e parcial, a presente pesquisa contribuiu para a discussão desta temática e para o entendimento inicial das especificidades brasileiras acerca da espiritualidade.

O segundo objetivo específico buscou verificar o nível das práticas cidadãs existentes em voluntários informais e não voluntários. Através das estatísticas descritivas dos quatro

construtos que formam o fator práticas cidadãs, identificou-se a superioridade das práticas cidadãs ativas na amostra dos voluntários informais. Para as práticas cidadãs civis, políticas e difusas contemporâneas a superioridade encontrada foi moderada. As práticas cidadãs sociais, entretanto, apresentaram a diferença entre as duas amostras na média agregada do construto cerca de quatro vezes maior que a apresentada no construto das práticas cidadãs civis (que apresentou a menor diferença entre as duas amostras).

A terceira lacuna, relacionada diretamente ao segundo objetivo específico, pretendeu investigar um dos pontos sugeridos para estudos futuros por Amorim (2018). A autora sugere uma análise mais aprofundada dos direitos civis em face dos voluntários e não voluntários, visto a igualdade de médias encontrada na sua pesquisa para estes dois grupos. Apesar de na presente pesquisa não ter sido encontrada a igualdade nos índices referentes às práticas cidadãs civis entre os voluntários informais e não voluntários, este foi o construto que apresentou a menor diferença entre as duas amostras pesquisadas.

Para Amorim (2018), é necessário entender se a igualdade dos índices referentes aos direitos civis significa que os dois grupos compreendem a temática da mesma forma ou se estes grupos não possuem conhecimento suficiente sobre tais direitos. O presente estudo não conseguiu alcançar esta lacuna, pois se por um lado a literatura afirma que os direitos civis foram desenvolvidos tardiamente no Brasil (AVRITZER, 2009; PINSKY; PINSKY, 2016), do outro lado as práticas cidadãs civis representaram nesta pesquisa a segunda e a terceira maior média agregada nas duas amostras pesquisadas referentes às práticas cidadãs, significando teoricamente que os indivíduos desenvolvem com maior intensidade as práticas medidas nos itens propostos.

Quanto ao terceiro e último objetivo específico, buscou-se analisar se há diferença na influência da espiritualidade nas práticas cidadãs em relação às duas amostras pesquisadas. Através da modelagem de equações estruturais, identificou-se a influência positiva da espiritualidade nos voluntários informais para as práticas cidadãs civis, sociais e difusas contemporâneas. Na amostra referente aos não voluntários, identificou-se que a espiritualidade dos indivíduos impacta positivamente na dimensão civil e política das práticas cidadãs. A influência positiva da espiritualidade nas práticas cidadãs civis apresentado nas duas amostras pesquisadas, reforça ainda mais a lacuna proposta por Amorim (2018).

Com relação às limitações enfrentadas no desenvolvimento da pesquisa, a principal se refere ao modelo utilizado para medir as práticas cidadãs das amostras. Apesar deste representar os esforços do GETS para a construção de um modelo específico acerca da

cidadania ativa no contexto brasileiro, a escala ainda está em construção e a presente pesquisa representa o pré-teste do estudo.

As demais limitações se referem ao voluntariado informal, seja no campo teórico ou prático da pesquisa. No campo teórico, representa uma limitação pois a ausência do tema é sentida não apenas em teorias como também em estudos empíricos, dificultando a revisão teórica e a comparação dos resultados encontrados. No campo prático, sobretudo, também representa uma limitação, pois estes grupos ou indivíduos não possuem registros formais e resultaram na dificuldade de acesso à amostra, principalmente em outras cidades da Paraíba para além de Campina Grande e João Pessoa.

Através da concretização desta pesquisa, sugerem-se algumas oportunidades para estudos futuros. Inicialmente, faz-se necessário aprofundar o debate sugerido anteriormente por Amorim (2018) e que este estudo não conseguiu alcançar. Possivelmente, uma análise aprofundada e específica acerca dos direitos civis em voluntários e não voluntários pode aumentar o entendimento desta relação no contexto brasileiro.

O fator político apresentado no MEE desta pesquisa, como totalmente independente dos outros fatores pertencentes às práticas cidadãs, representa outro ponto que necessita de estudos futuros. É necessário entender se esta conjectura representa uma especificidade do voluntariado informal, um recorte histórico devido ao momento político que o Brasil atravessa ou um ponto de melhoria no modelo das práticas cidadãs que se encontra em desenvolvimento.

Por fim, outro caminho possível para novos estudos seria a inclusão do construto religiosidade em conjunto com a espiritualidade e suas respectivas influências para o voluntariado no contexto brasileiro. Analisar a diferença entre os níveis de religiosidade e espiritualidade (ou se esta não existe) nos voluntários no contexto nacional, ajudará a entender qual a real relação entre estes dois construtos que parecem estar muito próximos em significado no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABAHUSSAIN, A. A. Indicators measuring the achievement of environmental citizenship. **Journal of the Social Sciences**, v. 34, n. 2, p. 37–57, 2006.
- ABDALA, G. A. et al. A religiosidade/espiritualidade como influência positiva na abstinência, redução e/ou abandono do uso de drogas. **Revista Formadores**, v. 2, n. 3, p. 447, 2009.
- ABRANTES, L. M. N. Políticas públicas e participação popular: um debate sobre o exercício da cidadania no Brasil. In: SANTOS, R. L. C.; ABRANTES, L. M. N. (Orgs.) **Os pilares do direito: estudos de teoria crítica da cidadania**. João Pessoa: Ideia, 2015. p. 85-105.
- AGEU, J. D. **Motivações de permanência no trabalho voluntário**: um estudo na fundação cidade viva João Pessoa-PB. Dissertação (Mestrado em Administração). 91 f. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.
- AMORIM, A. F. A. **Semeando no voluntariado para colher cidadania: Um estudo sobre motivações para o trabalho voluntário, percepções e atitudes cidadãs**. Dissertação (Mestrado em administração). 153 f. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018.
- ANDRADE, D. M.; CASTRO, C. L. C.; PEREIRA, J. R. Cidadania ou “estadania” na gestão pública brasileira? **RAP**, v. 46, n. 1, p. 177-90, 2012.
- ANDRADE, Péricles; MENEZES, Jonatas.. Censo 2010: antigas questões e novos desafios interpretativos à Sociologia da Religião. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 11, 2013.
- AQUINO, M. A. G. **Expectativas, adesão e desligamento no trabalho voluntário**: estudos de motivos do voluntariado da fundação cidade viva, João Pessoa-PB, 2014. Dissertação (Mestrado em Administração). 126 f. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.
- ASHAR, H.; LANE-MAHER, M. Success and spirituality in the new business paradigm. **Journal of management inquiry**, v. 13, n. 3, p. 249-260, 2004.
- ASHMOS D. P.; DUCHON, D. Spirituality at work: A conceptualization and measure. **Journal of management inquiry**, v. 9, n. 2, p. 134-145, 2000.
- AVRITZER, L. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: **Experiências nacionais de participação social**. Belo Horizonte: Cortez, 2010.
- BATSON, C. D.; SCHOENRADE, P.; VENTIS, W. L. **Religion and the individual**. New York, Oxford: Oxford University Press, 1993.
- BARBEDO, Patrícia. O voluntariado: um recurso em valorização na sociedade portuguesa. In: **Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria**. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, 2015.
- BBC. **Os países mais e menos religiosos do planeta**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150414_religiao_gallup_cc>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.
- BENEDICTO, S. C.; BENEDICTO, G. C.; STIEG, C. M.; ANDRADE, G. H. M. Contribuições da história da ciência ao debate sobre metodologia qualitativa e quantitativa nos estudos organizacionais e administrativos. **Revista de Administração da Unimep**. vol.10, n. 02. 2012. p. 179-202.

- BENKO, Maria Antonieta; DA SILVA, Maria Júlia Paes. Pensando a espiritualidade no ensino de graduação. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 4, n. 1, p. 71-85, 1996.
- BERNTS, T.; DEKKER, G.; DE HART, J. **God in Nederland, 1996–2006**. Ten Have: Kampen. 2007.
- BIERLY, P. E.; KESSLER, E. H.; CHRISTENSEN, E. W. Organizational learning, knowledge and wisdom. **Journal of organizational change management**, v. 13, n. 6, p. 595-618, 2000.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOLE, B. E.; GORDON, M. E. Pluribus Unum: fostering a new era of citizenship by teaching civic engagement and healthy civic discourse. **Journal of Public Affairs: An International Journal**, v. 9, n. 4, p. 273-287, 2009.
- BREHM, J.; RAHN, W. Individual-level evidence for the causes and consequences of social capital. **American Journal of Political Science**, 41(3), 999-1023, 1997.
- BRÖCKERHOFF, A.; WADHAM-SMITH, N. **Volunteering: Global citizenship in action**. London: Counterpoint, 2008.
- BROOKS, R. Young people and UK citizenship education: a gender analysis. **Young**, v. 17, n. 3, p. 307-326, 2009.
- BROWN, E. Assessing the value of volunteer activity. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, 28(1), pp. 3–17, 1999.
- CAVALCANTE, C. E. **Desenho do trabalho e comprometimento organizacional: um estudo em voluntários da cidade de Natal/RN**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2005.
- _____. **Motivação no Trabalho Voluntário: expectativas e motivos na Pastoral da Criança**. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2012.
- _____. **Motivação de voluntários: teoria e prática**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2016.
- CALDEIRA, S.; GOMES, A. C.; FREDERICO, M. De um novo paradigma na gestão dos enfermeiros – a espiritualidade no local de trabalho. **Revista de Enfermagem Referência**, v. 3, n. 3, 2011.
- CARVALHO, José Jorge de. **Um espaço público encantado: pluralidade religiosa e modernidade no Brasil**. Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 1999.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CAVANAGH, G. F.; BANDSUCH, M. R. Virtue as a benchmark for spirituality in business. **Journal of Business Ethics**, v. 38, n. 1–2, p. 109–117, 2002.
- CHOI, N. G.; BURR, J. A.; MUTCHLER, J. E.; CARO, F. G. Formal and informal volunteer activity and spousal caregiving among older adults. **Research on Aging**, 29(2), 99-124, 2007.
- CLEMENTE, A. J. **O conceito de cidadania nas ciências sociais brasileira: uma análise a partir do Scielo (1989-2013)**. Tese (Doutorado em Ciência Política). 251 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

- CNAAN, R. A.; CASCIO, T. Performance and commitment: issues in management of volunteers in human service organizations. **Journal of Social Service Research**, v. 24, n. 3/4, p.1-37, 1998.
- CNAAN, R. A.; HANDY, F.; WADSWORTH, M. Defining who is a volunteer: Conceptual and empirical considerations. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, 25(3), 364-383, 1996.
- COSTA, F. J. **Mensuração e Desenvolvimento de Escalas: Aplicações em Administração**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2011.
- CURADO, J. C.; MENEGON, V. S. M. Gênero e os sentidos do trabalho social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, 2009.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (org.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.
- DE LIMA VAZ, Henrique C. **Antropologia filosófica**. Edições Loyola, 1991.
- DELBECQ, A. L. Christian spirituality and contemporary business leadership. **Journal of Organizational Change Management**, v. 12, n. 4, p. 345-354, 1999.
- DIAZ, D. P. Foundations for spirituality: establishing the viability of spirituality within the health disciplines. **J.ealth Educ.**, v. 24, n. 6, p. 324-26, 1993.
- DOLNICAR, S.; RANDLE, M.. What motivates which volunteers? Psychographic heterogeneity among volunteers in Australia. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 18, n. 2, p. 135, 2007.
- DUCHON, D.; PLOWMAN D. A. "Nurturing the Spirit at Work: Impact on Work Unit Performance", **The Leadership Quarterly**, Vol.16, nº5, p.807-833. 2005.
- ELEY, Dian. The impact of volunteering on citizenship qualities in young people. **Voluntary Action-London-Institute for Volunteering Research**, v. 4, n. 1, p. 65-82, 2001.
- EYLER, J.; GILES JR, D. E.; BRAXTON, J. The impact of service-learning on college students. **Michigan Journal of Community Service Learning**, v. 4, p. 5-15, 1997.
- FELLING, A.; PERTERS, J.; SCHREUDER, O. **Dutch religion. The reiligous consciousness of the Netherlands after the Cultural Revolution**. Nijmegen: Instituut voor toegepaste Sociale Wetenschappen, 1991.
- FERGUSON, J. E. **Giving more than a damn: a study of household and individual charitable contributions**. New York: Garland, 1993.
- FERNANDO, M.; JACKSON, B. The influence of religion-based workplace spirituality on business leaders' decision-making: An inter-faith study. **Journal of management & organization**, v. 12, n. 1, p. 23-39, 2006.
- FERRAZ, T. V. **Por civismo ou por amor ? Um estudo sobre as relações existentes entre motivação do trabalho voluntário e cidadania em ONGs de educação no Estado da Paraíba**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

- FINKELSTEIN, M. A.; BRANNICK, M. T. Applying theories of institutional helping to informal volunteering: Motives, role identity, and prosocial personality. **Social Behavior and Personality: an international journal**, v. 35, n. 1, p. 101-114, 2007.
- FLANAGAN, C. A.; BOWES, J. M.; JONSSON, B., CSAPO, B.; SHEBLANOVA, E. Ties that bind: Correlates of adolescents' civic commitments in seven countries. **Journal of Social Issues**, 54(3), 457-475, 1998.
- FLECK, M. P. A.; SKEVINGTON, Suzanne. Explicando o significado do WHOQOL-SRPB. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 34, n. 1, p. 146-149, 2007.
- FONTAINE, J. R. J.; DURIEZ, B.; LUYTEN, P.; CORVELEYN, J.; HUTSEBAUT, D. Consequences of a multidimensional approach to religion for the relationship between religiosity and value priorities. **International Journal for the Psychology of Religion**, v. 15, n. 2, p. 123-143, 2005.
- FOWLER, James. **Estágios da fé**. São Leopoldo, Sinodal, 1992.
- GARVER, Michael S.; MENTZER, John T. Logistics research methods: employing structural equation modeling to test for construct validity. **Journal of business logistics**, v. 20, n. 1, p. 33, 1999.
- GAVIN, J. H. QUICK, J. C.; COOPER, C. L.; QUICK, J. D. A spirit of personal integrity: The role of character in executive health. **Organizational Dynamics**, v. 32, n. 2, p. 165-179, 2003.
- GIACALONE, R. A.; JURKIEWICZ, C. L. Right from wrong: The influence of spirituality on perceptions of unethical business activities. **Journal of business Ethics**, v. 46, n. 1, p. 85-97, 2003.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIOVANETTI, José Paulo. Psicologia existencial e espiritualidade. **Psicologia e espiritualidade**. São Paulo: Paulus, v. 146, 2005.
- GONÇALVES, A. M. S.; PILLON, S. C. Adaptação transcultural e avaliação da consistência interna da versão em português da Spirituality Self Rating Scale (SSRS). **Revista de Psiquiatria Clínica**, vol. 36 n. 1, p. 10-15, 2009.
- GONÇALVES, Maria Joel Lopes. **A espiritualidade no local de trabalho e a performance em contexto organizacional português: um estudo empírico**. Dissertação de Mestrado. FEUC, 2012.
- HAIR, Joseph F.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L. et al. **Multivariate data analysis**. 5. Ed. New Jersey: Prentice Hall, 1998.
- HAIR, . F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAN, R. L. **Análise Multivariada de Dados**. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HAIR JR, JF; BABIN, B.; MONEY, AH; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. 2005.
- HANK, K.; STUCK, S. Volunteer work, informal help, and care among the 50+ in Europe: Further evidence for 'linked' productive activities at older ages. **Social Science Research**, v. 37, n. 4, p. 1280-1291, 2008.

- HARRIS, B. et al.. “History of associations and volunteering”. In: Smith, D. H.; Stebbins, R. A.; Grotz, J. (Eds.). **The Palgrave handbook of volunteering, civic participation, and nonprofit associations**. London: Palgrave Macmillan. 2016.
- HATCH, R. L.; BURG M. A.; NABERHAUS, D. S.; HELLMICH, L. K. The Spiritual Involvement and Beliefs Scale. Development and testing of a new instrument. **J Fam Pract**; v. 46, p. 476–486, 1998.
- HILL, P. C., PARGAMENT, K. I. Advances in the conceptualization and measurement of religion and spirituality. Implications for physical and mental health research. **American Psychologist**, 58(1), 64–74, 2003.
- HOWDEN, J. W. **Development and psychometric characteristics of the Spirituality Assessment Scale**. Unpublished doctoral dissertation. Texas Women’s University, 1992.
- HUSTINX, L.; CNAAN, R. A. M. A.; HANDY, F. Navigating Theories of Volunteering : A Hybrid Map for a Complex Phenomenon. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 40, n. 4, p. 410–434, 2010.
- IBGE. **Outras formas de trabalho 2017 - PNAD Contínua**. [s.l.] IBGE, 2018.
- INE. **Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012**. Disponível em: <https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=157545029&att_display=n&att_download=y/> Acesso em: 12 de julho de 2018.
- JONES, L. M.; MITCHELL, K. J. Defining and measuring youth digital citizenship. **New media & society**, v. 18, n. 9, p. 2063-2079, 2016.
- JÚNIOR, Severino Domingos da Silva; COSTA, Francisco José. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e Phrase Completion. **PMKT–Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, v. 15, p. 1-16, 2014.
- KIMURA, M.; OLIVEIRA, A. L.; MISHIMA, L. S.; UNDERWOOD, L. G.. Cultural adaptation and validation of the Underwood ’ s Daily Spiritual Experience Scale — brazilian version. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 46, p. 99–106, 2012.
- KOENIG, H. G. Concerns about measuring “spirituality” in research. **Journal of Nervous and Mental Disease**, v. 196, n. 5, p. 349–355, 2008.
- KOENIG, H. G.; MCCULLOUGH, M.; LARSON, D. B.. **Handbook of religion and health: A century of research reviewed**. New York: Oxford University Press. 2001.
- LECHNER, F. J. **Dutch Religion: The Religious Consciousness of the Netherlands after the Cultural Revolution**. 1992.
- LEE, Y.; BRUDNEY, J. L. Participation in formal and informal volunteering: Implications for volunteer recruitment. **Nonprofit Management and Leadership**, v. 23, n. 2, p. 159-180, 2012.
- LEMOS, S. L. L. **Motivação para expectativa, entrada, permanência e saída: um estudo longitudinal no voluntariado da fundação cidade viva**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016.
- LIE, M.; BAINES, S.; WHEELLOCK, J. Citizenship, volunteering and active ageing. **Social Policy & Administration**, v. 43, n. 7, p. 702-718, 2009.

- LORIMER, J. International conservation ‘volunteering’ and the geographies of global environmental citizenship. **Political Geography**, v. 29, n. 6, p. 311-322, 2010.
- LUQUE, T. et al. **Técnicas de análisis de datos en investigación de mercados**. Madrid: Pirámide, 2012.
- MACHADO, Augusto Cesar; PREDEBON, Eduardo Angonesi. Gênero, voluntariado e voluntarismo no estado do Paraná. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 10, n. 2, 2011.
- MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- MARCOS, V.; AMADOR, C. A gestão do voluntariado. In: PARENTE, C. (Org.) **Empreendedorismo social em Portugal**. Porto: Ed. Universidade do Porto, 2014. p. 201-218.
- MARÔCO, J. **Análise de Equações Estruturais**. 1. ed. Pêro Pinheiro: ReportNumber, 2010.
- MARSH, H. W.; HAU, K.; WEN, Z. In search of golden rules: Comment on hypothesis testing approaches to setting cutoff values for fit indexes and dangers in overgeneralizing Hu and Bentler's (1999) findings. **Structural equation modeling**, v. 11, n. 3, p. 320-341, 2004.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MCCURLEY, S.; LYNCH, R. **Essential Volunteer Management**. London: The Directory of Social Change, 2006.
- METZGER, A. et al. How children understand civic actions: a mixed methods perspective. **Journal of Adolescent Research**, v. 31, n. 5, p. 507–535, 2016.
- MIGUEL, W. V. Impactos da violação da cidadania sobre a comunidade política estatal. In: SANTOS, R. L. C.; ABRANTES, L. M. N. (Orgs.) **Os pilares do direito: estudos de teoria crítica da cidadania**. João Pessoa: Ideia, 2015. p. 85-105.
- MOREIRA-ALMEIDA, A.; KOENIG, H. G. Retaining the meaning of the words religiousness and spirituality: A commentary on the WHOQOL SRPB group's “A cross-cultural study of spirituality, religion, and personal beliefs as components of quality of life”. **Social Science and Medicine**, v. 63, n. 4, p. 843–845, 2006.
- MUSICK, M. A.; WILSON, J. **Volunteers: A Social Profile**. 1. ed. Bloomington: Indiana University Press, 2008.
- NANDRAM, S. S. Spirituality and business. In: **Spirituality and Business**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2010. p. 17-32.
- NOVAES, R. R. A divina política. Notas sobre as relações delicadas entre religião e política. **Revista USP**, n. 49, p. 60-81, 2001.
- ONU. **Measuring volunteering**: a practical toolkit, a joint project of independent sector and United Nations volunteers. In A. Dingle (Ed.), United Nation, Germany, 2001.
- ORO, Ari Pedro. Religião e política no Brasil. **Cahiers des Amériques latines**, n. 48-49, p. 204-222, 2005.

- PANZINI, R. G.; MAGANHA, C.; ROCHA, N. S.; BANDEIRA, D. R.; FLECK, M. P. Validação brasileira do Instrumento de Qualidade de Vida/espiritualidade, religião e crenças pessoais. **Revista de saúde pública**, v. 45, p. 153-165, 2011.
- PANZINI, R. G.; ROCHA, N. S.; BANDEIRA, D. R.; FLECK, M. P. Qualidade de vida e espiritualidade. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 34, n. 1, p. 105–115, 2007.
- PARK, J. Z.; SMITH, C. To whom much has been given...: Religious capital and community voluntarism among churchgoing Protestant. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 39, n. 3, p. 272–286, 2000.
- PAYNE, S. Leadership and spirituality: business in the USA. **International Journal of Leadership in Public Services**, v. 6, n. 2, p. 68-72, 2010.
- PEARCE, P. L.; AMATO, P. R. A taxonomie of helping: A multidimensional scaling analysis. **Social Psychology Quarterly**, 43(4), 363–371, 1980.
- PINSKY, J.; PINSKY, C. B.. **História da Cidadania**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- PINTO, Ênio Brito. Espiritualidade e Religiosidade: Articulações. **REVER: Revista de Estudos da Religião**, v. 9, 2009.
- PROJETO SOCIAL VAGALUMES. **Projeto Social Vagalumes™ - Campina Grande**. Disponível em: < <http://vagalumescg.blogspot.com/2008/08/projeto-social-vagalumes-campina-grande.html>> Acesso em: 10 de julho de 2018.
- RANDLE, Melanie J.; GRUN, Bettina; DOLNICAR, Sara. Segmenting the volunteer market: learnings from an Australian study. Faculty of Commerce – Paper, University of Wollongong, Wollongong. 2007.
- REED, P. G. Religiousness among terminally ill and healthy adults. **Res Nurs Health**, v. 9, p. 35-41, 1986.
- REGO, A.; CUNHA, M. P.; SOUTO, S. Espiritualidade nas organizações e comprometimento organizacional. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 2, 2007.
- REGO, A.; SOUTO, S.; CUNHA, M. P. Espiritualidade nas organizações, positividade e desempenho. **Comportamento organizacional e gestão**, v. 13, n. 1, p. 7-36, 2007.
- REIS, E. Cidadania: história, teoria e utopia. In: CARNEIRO, L. P.; GRYNSZPAN, M.; CARVALHO, J. M.; PANDOLFI, D. C. (Org.). **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 11–17.
- RIGACCI, J. R. Germano. A experiência religiosa e o encontro humano: Um olhar filosófico. **Psicologia e espiritualidade**. São Paulo: Paulus, p. 49-58, 2005.
- RODRIGUES, Cátia Cilene Lima; GOMES, Antônio Máspoli de A. Teorias clássicas da psicologia da religião. **Compêndio de ciência da religião**. São Paulo: Paulinas, p. 333-346, 2014.
- SARDINHA, B. B.; CUNHA, O. O. **O valor económico do voluntariado do CNE - Corpo Nacional de escutas**. Socius- Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. Escola Superior de Ciências Empresariais: Instituto Politecnico de Setúbal. 2013.
- SAROGLOU, Vassilis. Spiritualité moderne. Un regard de psychologie de la religion. **Revue théologique de Louvain**, v. 34, n. 4, 2003. p. 473-504.

- SAROGLOU, V.; DELPIERRE, V.; DERNELLE, R. Values and religiosity: A meta-analysis of studies using Schwartz's model. **Personality and Individual Differences**, v. 37, p. 721–734, 2004.
- SCHATTLE, H. **The practices of global citizenship**. Lanham: Rowman & Littlefield Pub, 2008.
- SCHEEPERS, P.; JANSSEN, J. Informal aspects of social capital: Developments in the Netherlands 1970–1998. **The Netherlands' Journal of Social Sciences**, vol. 39, n.02, 2003. p. 87–106.
- SHARMA, S. K.; SHARMA, A. Workplace spirituality and burnout. **International Journal of Behavioural and Healthcare Research**, v. 6, n. 2, p. 136-148, 2018.
- SILVA FILHO, A. L. A.; FERREIRA, M. C. O impacto da espiritualidade no trabalho sobre o bem-estar laboral. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, 2015.
- SILVA, J. B.; SILVA, L. B.. Relação entre religião, espiritualidade e sentido da vida. **Revista Logos & Existência: Revista da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial**, v. 3, n. 2, 2014.
- SINGER, Paul. "A cidadania para todos". In: Pinsky, J.; Pinsky, C. B. (Orgs). *História da Cidadania*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2016. (p.191-263).
- SINGH, S; MISHRA; P. A Review on Role of Spirituality at Workplace. **The International Journal of Indian Psychology**, v. 3, n. 3, p. 2349-3429, 2016.
- SORTO, F. O. Cidadania e nacionalidade: institutos jurídicos de direito interno e de direito internacional. **Verba Juris: Anuário da Pós-Graduação em Direito**, v. 8, n. 8, p. 41-64, 2009.
- STARK, R.; GLOCK, C. Y. **American Piety: The nature of Religious Commitment**. Los Angeles, Berkeley: University of California Press, 1968.
- SUBRAMANIAM, M.; PANCHANATHAM, N. A Study of Spirituality in a Public Sector Bank in India. **IJAME**, 2018.
- TECCHIO, E. L.; CUNHA, C. J. C. A.; SANTOS, F. B. Spirituality in organizations?. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 590-608, 2016.
- TEIXEIRA, Faustino. O potencial libertador da espiritualidade e da experiência religiosa. **Psicologia e espiritualidade**. São Paulo: Paulus, p. 13-30, 2005.
- TELLES, V. S. Os sentidos da destituição. In: **Cidadania e pobreza**. São Paulo: Editora, v. 34, 2001.
- TEODOSIO, A. S. S. Voluntariado: entre a utopia e a realidade da mudança social. In: XXVI Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ENANPAD, 2002, Salvador. **Anais**. Salvador: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ANPAD, 2002. p. 1-14.
- TISCHLER, L. The growing interest in spirituality in business: A long-term socio-economic explanation. **Journal of Organizational Change Management**, v. 12, n. 4, p. 273-280, 1999.
- TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TRIGUEIRO, R. P.C. **Percepções das relações entre trabalho remunerado e trabalho voluntário: um estudo com voluntários da Pastoral da Criança**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

UNDERWOOD, L. G.; TERESI, J. A. The daily spiritual experience scale: development, theoretical description, reliability, exploratory factor analysis, and preliminary construct validity using health-related data. **Ann Behav Med**, v. 24, p. 22-23, 2002.

VALLE, João Edênio dos Reis. **Psicologia e experiência religiosa: estudos introdutórios**. Loyola, 1998.

_____. Religião e espiritualidade: um olhar psicológico. **Psicologia e espiritualidade**. São Paulo: Paulus, v. 108, 2005.

VAN INGEN, E. Social participation revisited: Disentangling and explaining period, life-cycle and cohort effects. **Acta Sociologica**, vol. 51, n. 02, 2008. p. 103–121.

VAN TIENEN, M. et al. The Role of Religiosity for Formal and Informal Volunteering in the Netherlands. **Voluntas**, v. 22, n. 3, p. 365–389, 2011.

VASCONCELOS, A. F. Workplace spirituality: empirical evidence revisited. **Management Research Review**, 2018.

VAZ, H.C. de L. **Antropologia filosófica II**. São Paulo, Loyola, 1992.

VELHO, Gilberto. Indivíduo e religião na cultura brasileira: sistemas cognitivos e sistemas de crença. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 31, p. 121-129, 1991.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. **Voice and equality**: Civic voluntarism in American politics. Harvard University Press, 1995.

VILLASENOR, R. L. Crise institucional: os sem religião de religiosidade própria. **Revista do Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade (NURES)**. vol.01, n. 17, 2011. p. 1-13

WAKEFIELD, G. S.. **SCM Dictionary of Christian Spirituality**. 2. ed. London: SCM Press, 2003.

WEINBERG, Frankie J.; LOCANDER, William B. Advancing workplace spiritual development: A dyadic mentoring approach. **The Leadership Quarterly**, v. 25, n. 2, p. 391-408, 2014.

WHITELEY, P. F.; PATTIE, C.; SEYD, P. **Citizen Audit of Great Britain, 2000-2001**. University of Essex, Department of Government, 2001.

WHOQOL SRPB GROUP et al. A cross-cultural study of spirituality, religion, and personal beliefs as components of quality of life. **Social science & medicine**, v. 62, n. 6, p. 1486-1497, 2006.

WILSON, J.. Volunteering. **Annual Review of Sociology**, vol. 26, 2000. p. 215–240.

WILSON, J.; JANOSKI, T. The contribution of religion to volunteer work. **Sociology of Religion**, v. 56, n. 2, p. 137–152, 1995.

WILSON, J.; MUSIK, M.. Who cares? Toward an integrated theory of volunteer work. **American Sociological Review**, vol. 62, n. 05, 1997a. p. 694–713.

WILSON, J.; MUSIK, M.. Work and volunteering: The long arm of the job. **Social Forces**, vol. 76, n. 01, 1997b. p. 251–272.

YONG, J.; KIM, J.; HAN, S. S.; PUCHALSKI, C. M. Development and validation of a scale assessing spiritual needs for Korean patients with cancer. **J Palliat Care**, v. 24, p. 240-246, 2008.

ZWEIGENHAFT, R. L.; AMSTRONG, J.; QUINTIS, F.; RIDDICK, A. The motivational and effectiveness of hospital volunteers, **The Journal of Social Psychology**, v. 136, n. 1, p. 25-34, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DE ESPIRITUALIDADE

Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA

Pesquisa: Espiritualidade em voluntários e não voluntários

A SUA OPINIÃO É MUITO IMPORTANTE. PARTICIPE!

Caro (a) respondente,

Com este questionário pretende-se obter informações acerca da espiritualidade em voluntários e não voluntários. As informações serão tratadas com a máxima confidencialidade, e em hipótese alguma repassadas para terceiros ou utilizadas com fins diferentes do da pesquisa acadêmica aplicada.

Agradeço a vossa preciosa colaboração!

Layse Maria Leite Pereira
Mestranda

1. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Qual a sua idade?

- Até 25 anos
- De 26 a 35 anos
- De 36 a 45 anos
- De 46 a 55 anos
- Acima de 56 anos

- Pós-graduação
(Completo/Incompleto)

Qual a cidade da Paraíba em que você reside? _____

Gênero:

() Masculino () Feminino

Qual o seu estado civil?

- Solteiro (a)
- Casado (a)
- Separado (a) / divorciado (a)
- Viúvo (a)
- Outro

Qual sua renda familiar mensal (a soma da renda de todas as pessoas que moram na sua casa)?

- Até R\$ 1.908,00 (Até 2 Salários Mínimos)
- Entre R\$ 1.908,00 e R\$ 3.816,00 (2 a 4 Salários Mínimos)
- Entre R\$ 3.816,00 e R\$ 6.678,00 (4 a 7 Salários Mínimos)
- Entre R\$ 6.678,00 e R\$ 9.540,00 (7 a 10 Salários Mínimos)
- Entre R\$ 9.540,00 e R\$ 19.080,00 (10 a 20 Salários Mínimos)
- Acima de R\$ 19.080,00 (Acima de 20 Salários Mínimos)

Qual a sua formação?

- Analfabeto
- Ensino fundamental
(Completo/Incompleto)
- Ensino médio
(Completo/Incompleto)
- Ensino superior
(Completo/Incompleto)

Você realiza ou já realizou algum tipo de trabalho voluntário informal?

- Sim
- Não

2. QUESTIONÁRIO DE ESPIRITUALIDADE

ITENS	Nunca										Sempre											
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Até que ponto você encontra um sentido na vida?	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
2. Até que ponto cuidar de outras pessoas proporciona um sentido na vida para você?	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
3. Até que ponto você sente que a sua vida tem uma finalidade?	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
4. Até que ponto você sente que está aqui por um motivo?	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
5. Até que ponto você sente força espiritual interior?	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
6. Até que ponto você pode encontrar força espiritual em épocas difíceis?	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
7. Quanto a força espiritual o ajuda a viver melhor?	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
8. Até que ponto a sua força espiritual o ajuda a se sentir feliz na vida?	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

APÊNDICE 2: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DAS PRÁTICAS CIDADÃS

Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA

Pesquisa: Voluntariado e Cidadania Ativa – uma proposta de mensuração

A SUA OPINIÃO É MUITO IMPORTANTE. PARTICIPE!

Caro (a) respondente,

Com este questionário pretende-se obter informações acerca das suas práticas de cidadania ativa. As informações serão tratadas com a máxima confidencialidade, e em hipótese alguma repassadas para terceiros ou utilizadas com fins diferentes do da pesquisa acadêmica aplicada.

Agradecemos a vossa preciosa colaboração!

Patrícia Trindade Caldas
Doutoranda

Layse Maria Leite Pereira
Mestranda

Dimensão 1 – Práticas Cívicas		Definição: Práticas que representem o envolvimento dos indivíduos em atividades em prol de relações civilizadas.								
Item 1: Obediência às regras sociais										
Busco seguir regras sociais para uma boa convivência.										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Item 2: Liberdade de expressão										
Utilizo minha liberdade de expressão para cobrar e participar de ações públicas										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Item 3: Prática de Associação										
Associo-me com outras pessoas para procurar soluções de problemas coletivos										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Item 4: Práticas de civilidade										
Consigno ter controle emocional em situações conflitantes										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Item 5: Questões éticas e morais										
Tenho comportamento ético e moral										

Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Dimensão 2 – Práticas Políticas		Definição: Práticas que demonstrem a participação declarada dos indivíduos no exercício do poder político ou no governo da sociedade.								
Item 6: Participação em ação política										
Participo de ações que possam influenciar políticos e representantes, como por exemplo: protestos, manifestos, audiências públicas e conselhos.										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Item 7: Voto Eleitoral										
Voto por acreditar que estou participando no governo da sociedade										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Item 8: Liderança com fins públicos e sociais										
Participo ativamente no processo de tomada de decisão em organizações com fins públicos ou sociais.										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Item 9: Membro de Partido Político ou exercer cargo político/público										
Partilho do poder político por participar de partidos políticos, função pública ou representativa.										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Item 10: Envolvimento cívico on-line										
Me envolvo em questões cívicas (ações públicas, protestos, cobranças, dentre outros) via Internet.										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Dimensão 3 – Práticas Sociais		Definição: Práticas que demonstrem o envolvimento dos indivíduos na luta por direitos sociais, no sentido de dar condições mínimas de segurança e bem estar principalmente aos desafortunados e oprimidos.								
Item 11: Participação em Organizações da Sociedade Civil										
Participo de organizações da sociedade civil (como as ONGs e projetos sociais) em prol de bens e serviços para a comunidade.										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Item 12: Ação Social										
Realizo ações sociais eventuais em prol do bem-estar coletivo, como doação de sangue e campanhas solidárias.										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Item 13: Doação Social										
Busco doar voluntariamente dinheiro e bens para causas sociais.										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Item 14: Direitos sociais relacionados às classes trabalhistas										
Sou engajado em ações que busquem melhorias para os grupos trabalhistas e sociais aos quais faço parte.										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Item 15: Direitos Humanos										
Me engajo em ações que defendem os direitos humanos fundamentados no valor da equidade.										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Dimensão 4 – Práticas Difusas Contemporâneas		Definição: Práticas que demonstrem a participação dos indivíduos na luta por novas demandas sociais, decorrentes da evolução da humanidade e da transformação da sociedade no tempo.								
Item 16: Diversidade Humana										
Respeito a diversidade humana, como as derivadas de diferenças de gênero, raça, idade e classe social.										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Item 17: Direito dos excluídos										
Me engajo na defesa dos direitos dos excluídos socialmente.										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Item 18: Preservação do Meio Ambiente										
Realizo práticas de preservação do meio ambiente.										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Item 19: Consumo Consciente										
Realizo práticas de consumo consciente (ético e ambiental).										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Item 20: Temas polêmicos que afetam a integridade humana										
Participo de discussões sobre temas polêmicos que influenciam a integridade humana, como o aborto, desarmamento, pena de morte.										
Nunca										Sempre
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

